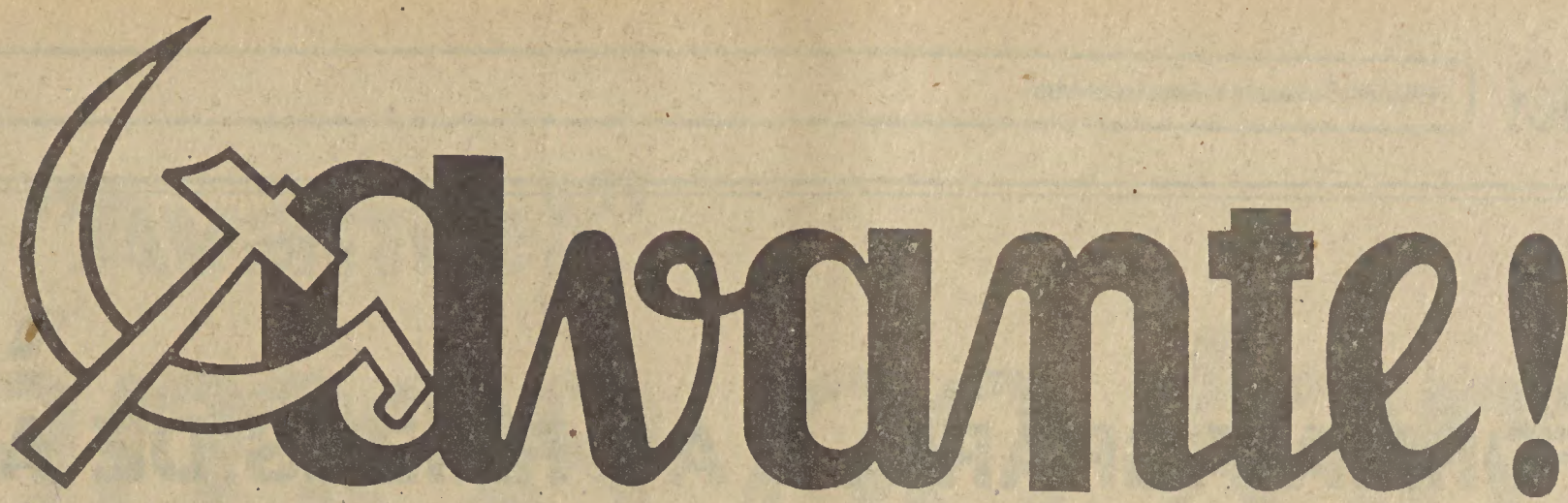


ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 326
17 de Abril de 1980

Preço: 12\$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390

Composição e impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa

JORNADA HISTÓRICA EM APOIO DA REFORMA AGRÁRIA



págs.centrais Pág. 12

Mais de cem mil pessoas concentraram-se em Évora no passado domingo para manifestarem o apoio de todo o povo português aos trabalhadores da Reforma Agrária que, decididos e confiantes, realizaram a sua IV Conferência.



EM GREVE

Os trabalhadores da Função Pública e da Rodoviária Nacional, metalúrgicos e químicos entram hoje em greve na defesa dos seus direitos, contra a política antipopular do governo Carneiro-Amaral!

Pág. 9



Pág. 4

O comício de amizade realizado em Queluz

Amizade reforçada

A visita da delegação do Partido Comunista Checoslovaco dirigida pelo camarada Josef Lénart constituiu significativo reforço da profunda amizade entre o PCP e o PCCh



A delegação do PCP à partida de Lisboa

Delegação do PCP em países da Europa

Pág. 2

PELO DIREITO À VIDA
À REABILITAÇÃO
E AO TRABALHO



DEFICIENTES

No próximo fim-de-semana, o I Congresso Nacional dos Deficientes consolidará o esforço de um milhão de portugueses pelo direito à vida, à reabilitação e ao trabalho Pág. 8

MULHERES

O I Congresso do Movimento Democrático das Mulheres constituiu um passo decisivo na afirmação das mulheres portuguesas na defesa do Portugal de Abril Pág. 10



Editorial

A REFORMA AGRÁRIA E AS RAÍZES DE ABRIL

Editorial

A REFORMA AGRÁRIA E AS RAÍZES DE ABRIL

PARA um observador político que se apoie numa observação isenta da situação do nosso País nesta segunda metade do quarto mês do ano de 1980, uma conclusão fundamental emerge com nitidez: o regime saído do 25 de Abril afirma-se cada vez mais ao cabo de seis anos de existência como uma construção indestrutível e firme cujos alicerces assentam solidamente no próprio cume da pátria portuguesa.

- No plano objectivo, mesmo sacudidas com fúria pelas ondas alterosas da reacção interna e internacional, as grandes transformações económicas e sociais do Portugal democrático mostram-se inquebrantáveis;
- No plano subjectivo, a força das ideias, das instituições, das novas estruturas populares criadas no processo da Revolução de Abril, cresce na consciência das massas, ganha fundas raízes, ramifica-se no coração e na vida diária dos portugueses.

Os inimigos de Abril, encabeçados a nível do aparelho de Estado pelo Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral - o Governo do PPD e do CDS, o Governo da CIP e da CAP, do grande capital financeiro e dos latifundiários - estão visivelmente a cometer um grave erro de cálculo que pode atirar-lhes por terra todas as ambições:

Eles pensam que chegou a hora da "mudança" - da sua "mudança" - que o 24 de Abril tem já o terreno adubado para as novas searas do ódio, da opressão, da exploração e da miséria inerentes ao poder económico e político dos monopólios e do imperialismo e actuam já de facto, como se isto fosse uma verdade adquirida.

Na sua cegueira, os reacccionários de todos os matizes tomam os desejos por realidades, galopam com o freio nos dentes e não querem ver que a si próprios, estão rasgando um abismo sem fundo onde podem perder o pé.

Desestabilizam tudo, tripudiam sobre conceitos que a vida autêntica, provocam a confrontação violenta, "bipolarizam" a sociedade e o contencioso político actual como esquemas desenhados sobre o tempo da mesa por "estrategas" de café.

E, entretanto, as novas realidades da situação portuguesa vão impondo as suas leis, vão ganhando consistência e dinamismo na dialéctica da vida e da luta, vão apontando imparavelmente para objectivos que rompem cada vez mais com o colete de forças que a reacção detentora do Governo lhes quer impor.

VÊM estas considerações a propósito da inolvidável jornada de sábado e domingo em Évora, no coração do Alentejo, em defesa da mais expressiva conquista da Revolução de Abril - a Reforma Agrária.

A IV Conferência da Reforma Agrária, que reuniu na capital alentejana mais de 3200 delegados das UCP/Cooperativas, 900 convidados, 111 delegações sindicais, 20 Comissões de Trabalhadores e ainda representantes de 46 Câmaras Municipais, de centenas de organismos de pequenos e médios

agricultores (proprietários e rendeiros de todo o País) e que terminou em apoteóse no Rossio de S. Brás, sob chuva torrencial, com mais de 100 000 participantes, a Conferência, dizíamos, representou uma das mais significativas manifestações da nova realidade nacional produzida pelo 25 de Abril.

Uma grande epopeia popular contém forçosamente em si, pela sua própria natureza, uma certa carga emocional.

A Reforma Agrária, produto da Revolução e de um poderoso movimento de massas que transformou o fáctico económico e social da vasta zona do latifúndio, não escapa à regra.

Viveu-se neste fim-de-semana em Évora a profunda emoção de uma grandiosa afirmação popular de solidariedade para com os heróicos trabalhadores da zona da Reforma Agrária, submetidos neste momento à raivosa ofensiva da pior reacção agrária instalada no MAP.

A carga emocional emanada da IV Conferência da Reforma Agrária tem, contudo, uma base objectiva: resulta do balanço exaltante de um ano de sacrifícios, de trabalho e de lutas; do irreprimível sentido de repúdio de uma criminosa política dirigida contra o Povo; da indignação popular contra as ilegalidades, as violências, os roubos e vandalismos comandados pelo Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral; contra a reconstituição dos latifúndios com todo o seu velho cortejo de miséria, desemprego e fome.

A IV Conferência da Reforma Agrária mostrou que a epopeia dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos não é uma simples expressão de ruralismo regionalista mas uma parte constitutiva primordial de todo o processo da Revolução de Abril.

O activo da Reforma Agrária trazido à IV Conferência é concluinte: desmonta todo o edifício de calúnias do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral e dos agrários fascistas da CAP contra o trabalho criador de milhares de obreiros que transformaram a chameca do latifúndio em terras de pão e carne para si e para o Povo português.

Em 1978/79, relativamente ao período fascista de domínio dos agrários, a área de semeadura passou de 8 em cada 100 hectares para 32; só nos cereais, com uma diminuição de 13% da área cultivada, a produção cerealífera subiu de 13,4%, enquanto que a produção por hectare subiu dos 578 kg da média nacional para 804 kg nas UCP/Cooperativas.

Nas oleaginosas a produção subiu de 32%; nas forragens de 25% ao ano e, apesar do roubo de 10 000 hectares de terras de regadio, a produção nas áreas regadas, por ano, subiu de 23,3%; no arroz, foram produzidos 36% da produção nacional na zona da Reforma Agrária e registado um aumento de 96% relativamente à produção na época dos agrários.

No tomate mais 18,6%; no milho híbrido, apesar de uma diminuição de 22% na área cultivada, aumentou a produção de 300% (superior em 67% ao rendimento por hectare da produção nacional).

um conjunto de lutas de empresa e sectores e o prelúdio das poderosas e grandiosas acções que se avizinham e terão momentos altos nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

Além das que se efectuam nas três grandes cidades do País, estão ainda convocadas para a mesma hora outras concentrações e manifestações em Braga, Via-

na do Castelo, Caldas da Rainha, Alter do Chão e Campo Maior. As jornadas foram precedidas de plenários sindicais, de CTs e outras organizações do movimento popular de massas, como as comissões de moradores.

O plenário de Coimbra, que marcou a concentração para a Praça 8 de Maio, com início às 16 horas, decidiu desenvolver um amplo trabalho de esclarecimento

Nas novas culturas, o tabaco aumentou desde 1977/78 de 47%, atingindo as 500 toneladas - quase 100% para a produção do País.

Igualmente nas culturas horto-industriais a produção subiu de 50% relativamente ao ano anterior, possibilitando o abastecimento das populações locais e doutros mercados do País.

No domínio da pecuária os números são elucidativos. Apesar dos roubos de 20 000 bovinos, 56 000 ovinos e caprinos e 3500 suínos, a produção subiu de 17% para os primeiros e de 12% para os segundos; o número de cabeças normais relativamente ao período de domínio dos agrários multiplicou-se por 2,4 vezes.

A mecanização não sofre comparação com as existências no tempo dos agrários: só no número de tractores foi atingido o dobro, passando de 2,3 por 1000 hectares para 4,2, mas ainda significativamente a média de laboração por hectare passou de 35,7 ha por tractor para 74,2 ha.

Foram construídas pelas UCP/Cooperativas 200 novas captações de água e investidos nas obras de regadio mais de 50 mil contos.

O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral e os agrários fascistas da CAP como Casqueiro e C., caluniam os trabalhadores da Reforma Agrária para justificarem a obra de destruição que levam a cabo nos campos do Alentejo e do Ribatejo.

Mas a IV Conferência trouxe nos seus números rigorosos o mais formal desmentido dos inimigos da Reforma Agrária.

NA tribuna da IV Conferência, os roubos, os atropelos à lei, as violências do MAP e dos agrários sob cobertura da GNR - de que alguns elementos se destacaram pela sua ferocidade contra os trabalhadores - foram denunciados e trazidos ao conhecimento público em toda a sua crueza e extensão.

Só em valores roubados (340 000 contos em melhoramentos fundiários, 500 000 em máquinas e alfaias, 1 000 000 em gados, 60 000 em equipamentos sociais, 150 000 noutros investimentos) o montante atingiu 2 050 000 contos.

Elementos da GNR cujos nomes foram referidos e verberados na tribuna, desonram as funções cívicas que em teoria competem às forças militarizadas.

As intervenções na IV Conferência são um repositório e um verdadeiro libelo contra os vândalos que tais actos executaram.

A questão da GNR, do selvático comportamento de alguns oficiais, sargentos e praças, deve considerar-se sob vários aspectos.

Quem ordena, quem comanda as arbitrariedades e violências da GNR, a sua cobertura dos roubos e saques? A quem obedecem no plano operacional e nas iniciativas concretas, contrárias à lei, à Constituição, à moral, os elementos da GNR que se destacam nas suas brutalidades, espancamentos e insultos?

A carta aos oficiais, sargentos e praças da GNR saída da Conferência é um alerta à consciência cívica e ao respeito pela legalidade democrática e pela Constituição dos elementos das forças militarizadas que não querem ver-se brutalizados por gente desforrista saudosa do passado fascista.

Mais de 320 processos apresentados no Tribunal atestam a prática das ilegalidades, extorsões e violências que é imperioso rectificar e reparar.

O Portugal democrático, o Portugal do 25 de Abril não pode tolerar tais desmandos; responsabilidades devem ser apuradas, os responsáveis devem ser sancionados e castigados.

A grandiosa jornada popular de Évora é uma afirmação da vontade de um povo que deve ser respeitada e considerada em todos os seus aspectos, doa a quem doer.

A tribuna da IV Conferência da Reforma Agrária foi um espelho duma outra realidade resultante das transformações decisivas operadas na velha zona do latifúndio - o papel decisivo da juventude.

Uma juventude de cara lavada, virada para a construção do futuro, plena de vigor e confiança na sua força, veio ali dizer que a Reforma Agrária será defendida, que não é apenas uma conquista dos trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo mas uma parte essencial do património de luta pela democracia em Portugal, pela elevação das condições de vida dos portugueses, pela defesa e continuidade do 25 de Abril.

Essa grande pujança juvenil é a força impulsora principal da luta pela defesa da mais bela conquista da Revolução.

Durante o ano de 1979 mais de 200 greves, concentrações e manifestações e mais de 3000 plenários forjaram uma consciência revolucionária capaz de defender a Reforma Agrária, capaz de, pela sua conduta serena e firme, infligir um correctivo nos domínios do comportamento e das formas de resistência e luta aos aventureiros esquerdistas.

As conclusões da IV Conferência vão ser um guia prático de luta dos defensores da Reforma Agrária.

Vendo-os, ouvindo-os na tribuna e nos trabalhos da Conferência uma grande certeza se colhe: a Reforma Agrária será defendida, as ilegalidades serão reparadas, os bens ilegalmente roubados aos trabalhadores voltarão à sua posse.

Nem o Governo fascizante de Sá Carneiro, nem os elementos corruptos do MAP, nem os Casqueiros da CAP & C., nem todos os fascistas bêbados de ódio contra o Povo, estejam onde estiverem, conseguirão impedir o uso das liberdades, dos direitos constitucionais, da justiça social devida aos heróicos obreiros da Reforma Agrária.

Da IV Conferência uma convocação profunda se respira:

A Reforma Agrária vencerá!
Os cravos de Abril não murcharão!

Pelo fim deste Governo Tudo se conjuga para a grandiosidade das manifestações de sábado

No fim de uma semana assinalada por um crescimento extraordinário do volume e da extensão das lutas das massas trabalhadoras, grandes manifestações em Lisboa, Porto, Coimbra e outros pontos do País exigirão, no próximo sábado, a demissão do Governo Carneiro/Amaral e o fim de uma política de assalto aos direitos e interesses vitais dos trabalhadores.

Convocada pelas Uniões distritais de sindicatos de Lisboa e Setúbal (USL e USS) e pelas Cintas Industriais dos mesmos distritos (CIL e CIS), a manifestação de Lisboa inicia-se às 15 e 30 com uma concentração na Praça Marquês de Pombal e dirige-se para o Terreiro do Paço. Segundo os dirigentes da USL, a jornada, que se prevê grandiosa, será «o confluir de

um conjunto de lutas de empresa e sectores e o prelúdio das poderosas e grandiosas acções que se avizinham e terão momentos altos nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio».

Além das que se efectuam nas três grandes cidades do País, estão ainda convocadas para a mesma hora outras concentrações e manifestações em Braga, Via-

na do Castelo, Caldas da Rainha, Alter do Chão e Campo Maior. As jornadas foram precedidas de plenários sindicais, de CTs e outras organizações do movimento popular de massas, como as comissões de moradores.

O plenário de Coimbra, que marcou a concentração para a Praça 8 de Maio, com início às 16 horas, decidiu desenvolver um amplo trabalho de esclarecimento

e mobilização a nível das empresas, nomeadamente através de reuniões e distribuição de comunicados». O mesmo está a suceder por todo o lado, a fim de demonstrar, mais uma vez, através de uma participação impressionante, o querer e o sentir das massas trabalhadoras que dizem não à reconstituição do poder do grande capital, de monopolistas e agrários,

empenhados com os seus partidos na destruição do regime democrático.

Forte solicitação para a unidade, as jornadas do próximo sábado vão reunir, à voz do movimento de massas democrático e popular, centenas de milhares de trabalhadores e de elementos de outras camadas da população interessadas na unidade em prol da democracia.

Delegação do PCP visita Suíça, Bélgica, Holanda e Inglaterra

O momento nacional e a situação internacional aconselham a troca de impressões sobre os problemas de interesse comum e informação recíproca da situação existente em cada país e da actividade dos partidos irmãos - afirmou anteontem o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, pouco antes

de partir para a sua visita à Suíça, Bélgica, Holanda e Grã-Bretanha.

Segundo disse, a delegação do PCP - que era composta ainda por Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e membro do CC e responsável pela Secção Internacional do PCP - irá trocar impressões sobre todas as questões que

interessam ao nosso Partido e aos partidos irmãos que nos convidaram a visitar os seus países e conhecer melhor as suas realidades.

Por nosso lado, salientou, informaremos com verdade sobre a situação política existente em Portugal, os perigos que ameaçam a democracia e as

perspectivas de luta do nosso povo. Esta informação é importante no momento presente dada, por um lado, toda a campanha de desinformação que o Governo reacccionário está a desenvolver e, por outro lado, a importante resposta das forças democráticas a esta situação.

O 60.º aniversário do PC de Espanha

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista de Espanha a seguinte mensagem:

Queridos camaradas: Por ocasião do 60.º aniversário do vosso partido, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternalmente o Partido Comunista de Espanha e todos os comunistas e, por seu intermédio, a classe operária, os trabalhadores e povos de Espanha.

A vida do vosso partido encontra-se historicamente ligada à heróica luta da classe operária e dos comunistas espanhóis na defesa dos interesses de todos os trabalhadores e pelo progresso social, na defesa da República

de 1936 e contra a barbárie fascista, na luta contra a ditadura franquista e pela conquista e salvaguarda das liberdades democráticas.

O PCP, confiante de que, tal como no passado, os comunistas espanhóis saberão também nas batalhas do futuro dar o melhor das suas energias na defesa da liberdade, do progresso e da independência da vossa pátria e na luta pelo socialismo, transmite-lhes a solidariedade de combate e os votos de maior sucesso dos comunistas e do povo trabalhador de Portugal.

Camaradas: Actuando firmemente em Portugal para o reforço do entendimento e unidade de todas as forças e sectores democráticos e antifascistas e,

em primeiro lugar, de comunistas e socialistas, a classe operária e os comunistas portugueses estão hoje profundamente empenhados numa luta tenaz em defesa das transformações democráticas e antimonopolistas e do próprio regime constitucional alcançado com a Revolução de Abril de 1974, ameaçado pela ilegal e violenta ofensiva desencadeada pelo governo dos partidos reacccionários PPD e CDS.

Ao mesmo tempo e face à política de corrida aos armamentos, de agravamento da tensão internacional, de ingerência e agressão do imperialismo norte-americano e da reacção mundial, o PCP actua resolutamente para

o alargamento da unidade e o aprofundamento da coesão da frente mundial das forças anti-imperialistas e, em primeiro lugar, para a unidade do seu factor determinante, o movimento comunista internacional.

Neste sentido, e no interesse da luta dos nossos povos, reafirmamos-vos nesta ocasião do vosso 60.º aniversário que o PCP continuará a agir para estreitar e reforçar as relações fraternais de amizade e cooperação existentes entre os comunistas de Portugal e de Espanha, entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Espanha, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - 1095 Lisboa-CODEX. Tel. 768345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1095 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais. Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 779626/779625.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/V - 1000 Lisboa. Tel. 769705 (Abrangência distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 376 - 4000 Porto. Tel. 28638.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio, 185, Pedrulha - 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 25 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779626.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776937. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 361067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 300044.

Composto e impresso na Heeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Março: 71 787



Festa do "Avante!" Entrámos no terreno!

• No próximo dia 27: primeira jornada de trabalho

"Entrámos no terreno!". Quem for ao Alto da Ajuda já ouvirá estas palavras. É verdade: arrancou-se para o terreno da Festa do "Avante!", ou, por outras palavras, começou o trabalho no "duro". Aquele que já conhecemos.

Que já enfrentámos no Vale do Jamor e também ali no Alto da Ajuda. Um trabalho difícil, é certo.

Mas um trabalho que nunca nos meteu medo. O ano passado, na primeira fase do trabalho no recinto, enfrentámos um problema: o grande número de pedras. Agora, é a erva, que atinge uma média de 50 cm de altura e que "invade" quase toda a área da nossa Festa. Se em 79 as pedras foram problema ultrapassado, este ano também não será a erva obstáculo para o atraso na edificação da Festa do Portugal de Abril.

Foi, aliás, com este espírito de firmeza que alguns camaradas de várias organizações do Partido chegaram anteontem ao Alto da Ajuda, levando consigo os primeiros materiais da Festa.

Agora, vai-se marcar todo o terreno. Os planos expressos no papel passam à terra. As canalizações rasgam caminhos. Assinalam-se os pontos da imensa estrutura da nossa Festa.

Ergue-se a partir da raiz a "cidade" do Alto da Ajuda, que queremos alegre, colorida e viva em 11, 12 e 13 de Julho.

A técnica, o estudo, as ideias, a iniciativa, o esforço juntam-se numa esfera comum de acção. Nasce a Festa do "Avante!".

Falar da nossa Festa e particularmente nesta fase é falar do próprio estilo e características dos comunistas. Queremos fazer a nossa Festa e temos a consciência plena que isso dá muito trabalho. Mas o trabalho nunca foi, não é e nunca será problema dos comunistas. Por isso, falamos de Festa e arregaçamos as mangas.

Dia 27, domingo, estamos todos no Alto da Ajuda. Os que puderem ir bem cedo, melhor.

Abril também está lá na Ajuda, no recinto da Festa é daí a nossa proposta: comemoremos a data libertadora na noite de 24, durante o dia 25 e de seguida avancemos para a Ajuda.

Olhos postos no futuro, lá estaremos! Dia 27!

Julho aproxima-se: mãos à obra!

À medida que a Festa se aproxima, as organizações do Partido vão intensificando os trabalhos preparatórios para a sua participação no Alto da Ajuda. A tarefa é um pouco complicada e quanto mais cedo se acertarem as agulhas melhor. Há as iniciativas culturais e recreativas, há as exposições com temas sociais e políticos, há os restaurantes e bares, enfim

um mundo de actividades que necessitam do espírito de iniciativa e do trabalho dedicado de muitos camaradas e amigos.

Planificar, estruturar, dividir tarefas e responsabilizar camaradas por elas, reunir ideias, propor acções, avançar no caminho da concretização — são autênticas palavras de ordem que devem

nortear as diversas organizações do Partido. Julho aproxima-se e o mesmo é dizer que falta já pouco tempo para a nossa Festa. A experiência já nos ensinou que o êxito da maior Festa do Portugal Democrático começa a erguer-se nos meses, nas semanas, nas horas que a antecederem. Por isso, camaradas e amigos: mãos à obra!

Desporto na Festa

— uma participação que é preciso organizar com a antecedência necessária

A presença desportiva na Festa do "Avante!" foi o principal tema da última reunião da Comissão Coordenadora Nacional para as actividades do desporto e da cultura física no âmbito do trabalho do Partido.

O encontro decorreu no passado sábado com a participação de representantes das Organizações Regionais (OR's) do PCP e da JCP, que deram uma breve mais significativa panorâmica da crescente importância das actividades desportivas nas grandes e pequenas iniciativas do Partido e também noutras jornadas de convívio popular, designadamente nas acções unitárias comemorativas de datas como o 2 de Abril, o 25 de Abril e o 1.º de Maio.

Em relação à Festa do "Avante!" é de salientar em primeiro lugar que praticamente todas as Organizações Regionais asseguraram a sua colaboração a participação nas modalidades com fases finais nos dias da Festa: futebol, xadrez, damas, malha, chinquinho. Nos Centros de Trabalho do PCP foram já abertas as inscrições e cabe agora às OR's uma tarefa fundamental: planejar e organizar com a antecedência necessária os torneios regionais de apuramento.

Entretanto, para divulgação e promoção da Festa do "Avante!" realizam-se algumas iniciativas em vários pontos do país, como em Lisboa (um torneio de futebol de 11 com início no dia 4 de Maio) e em Leiria, onde os camaradas irão reeditar a estafeta (para Lisboa) que o ano passado tanto êxito alcançou, estando desta vez prevista a partida na Marinha Grande ou Leiria. No mesmo distrito decorrerá um torneio de futebol feminino.

Uma nova presença no Alto da Ajuda

Do que foi dito e analisado na reunião, uma ideia pode desde já retirar-se com segurança: o desporto terá uma nova presença na Festa, uma presença reforçada, mais aberta e atraente,

correspondendo assim ao interesse ao entusiasmo que nos anos anteriores o desporto, direito do Povo suscitou em muitos dos visitantes.

O núcleo principal das iniciativas centraliza-se na «Cidade do Desporto», onde nos três dias da Festa haverá competição/demonstração de cerca de uma dezena de modalidades. Poderão realizar-se actividades à noite e, além de um «polivalente» (para demonstrações) com uma pequena bancada, serão instaladas estruturas para uma exposição, auditório, testes físicos, pavilhão de xadrez, zona de vendas, etc, tudo numa área superior a de um campo de futebol.

A construção da «Cidade do Desporto» acarreta um problema financeiro que, estamos certos, será ultrapassado com o espírito de iniciativa e a imaginação dos camaradas directamente ligados a esse sector da nossa Festa. Entretanto, os aspectos mais salientes abordados na reunião sobre cada uma das modalidades desportivas da Festa poderão ser assim sintetizados:

Futebol — as organizações do partido devem planejar com antecedência os calendários dos respectivos torneios de apuramento. Este ano, pela primeira vez, a fase final (a realizar nos dias da Festa) incluirá a participação de 13 equipas, em representação de todas as OR's. O «Avante!» publicou o Regulamento da prova na edição de 27/3.

Corrida e Marcha — realiza-se 15 dias antes da Festa, na zona de Belém. Hoje publicamos à parte os pontos fundamentais do Regulamento, além de outras informações.

Ginástica/Halterofilia/Luta — A URSS já confirmou a sua presença desportiva na nossa Festa, esperando-se para breve notícia idêntica da Polónia, Bulgária, Hungria e RDA. O programa da ginástica (com a participação de equipas soviéticas de rítmica, acrobática e desportiva) inclui,

nomeadamente, várias demonstrações nos três dias da Festa e a realização de colóquios e treinos abertos a todos os ginastas e treinadores nacionais durante ou após a Festa. As equipas estrangeiras e nacionais (colectividades de Setúbal e Lisboa) participarão em demonstrações no palco 1 ou no «polivalente» e ainda noutros palcos da Festa. Como se fez o ano passado na Cova da Piedade, está aberta a hipótese de levar os ginastas dos países socialistas a outras localidades fora de Lisboa. Quanto à halterofilia, foi apontada a realização de torneios de apuramento dando-se assim expressão prática ao interesse manifestado por vários atletas o ano passado, designadamente do Porto e da Figueira da Foz. Estão previstos colóquios e treinos abertos durante ou após a Festa. Em relação à luta, os planos são os mesmos.

Xadrez — decorrerá de acordo com o Regulamento elaborado o ano anterior. Está já assegurada a vinda de um grande mestre internacional da URSS.

Jogos Tradicionais — terão este ano uma projecção maior na Festa do "Avante!". Para além da exibição dos jogos que as Organizações Regionais trarão ao Alto da Ajuda — quem se lembra do «mastro», da «mosca», da «bilharda», do «bate e foga», do «dá-me lume» da «rilha», do «caracol», do «botão», do «rebenta o touro», do «reis e rainhas» e tantos outros... — haverá as fases finais da malha e chinquinho, exposições (fotos e materiais usados para a prática dos Jogos Tradicionais) e iniciativas para a petizada. Haverá ainda um recinto próprio para os visitantes que quiserem experimentar este ou aquele jogo. Na reunião foi ainda salientada a importância da inclusão dos Jogos Tradicionais nos programas das festas populares promovidas pelo Partido um pouco por todo o país antes da Festa do "Avante!", como sucederá, em breve, por exemplo, em Almada, Balça da Banheira, Grândola e outras localidades.

Venda da EP: alguns exemplos

Vender a EP é construir a Festa. É um trabalho que requer espírito de iniciativa, imaginação e vontade. Vender a Entrada Permanente é tudo isto e mais alguma coisa: é também uma aposta no prestígio e no impacto da maior Festa Popular do Portugal de Abril.

Nesta perspectiva, muitos camaradas e amigos lançaram-se já ao

trabalho. Exemplos significativos não faltam. Há que ampliá-los. Há que ganhar mais e mais camaradas, amigos e simpatizantes do Partido para a tarefa. Hoje temos já alguns exemplos para divulgar, referentes à zona de Lisboa.

O camarada Mário Pereira, do Sector Intelectual da DORL, vendeu 60 EPs em 15 dias. No mesmo período de tempo, o camarada França,

da Freguesia da Ajuda, "passou" 90. Um camarada da TAP já fez "voar" 80 EPs e uma simpatizante do Partido em Algué vendeu 30. No seu local de trabalho, um camarada da célula da RTP "transmitiu" 26 Entradas Permanentes para a nossa Festa.

Estes alguns exemplos. Na próxima semana divulgaremos mais. E daqui até à Festa a venda da EP não pára!



Regulamento III Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria

• Uma iniciativa já tradicional da nossa Festa este ano com algumas características inéditas...

A Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria não necessita apresentações. Trata-se de uma iniciativa com raízes na Festa do "Avante!". Este ano, decorrerá a sua terceira edição e, para além de um entusiasmo e de uma participação que, estamos certos, serão ainda maiores, a Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria reveste-se de algumas características diferentes, introduzidas na base da experiência adquirida com a sua realização em dois anos consecutivos.

Este ano, a Corrida e Marcha realiza-se antes da Festa. Será em 29 de Junho (portanto, duas semanas antes), no mesmo local: junto à Torre de Belém, ao longo da estrada do porto de Lisboa.

Na mesma data e nas regiões onde não seja possível organizar a vinda de atletas a Lisboa decorrerão provas idênticas com Regulamento e prémios semelhantes.

Por outro lado, e falando ainda das novidades, haverá uma «distância» (3 mil metros) da Corrida aberta a todos os atletas a partir dos 9 anos.

A terceira edição da Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria é uma iniciativa da Festa do "Avante!" aberta a todos os interessados, independentemente do sexo e idade. Tem como objectivo principal «estimular

a prática desportiva regular, como forma de promover a saúde e de proporcionar a alegria, o convívio e a fraternidade entre todos os que nela desejam participar», como assinala o Regulamento.

Sendo uma jornada desportiva popular aberta a toda a gente, a Corrida e Marcha é também uma jornada para a qual a organização aconselha uma fase de treino, estando aliás prevista para muito breve a divulgação de um folheto de apoio técnico aos atletas, à semelhança do que se fez nos anos anteriores.

As distâncias a percorrer e as idades dos participantes são as que indicamos no quadro. Quanto aos prémios de classificação, há a registar que serão atribuídos troféus às equipas melhor classificadas em cada uma das provas, medalhas aos cinco primeiros atletas de cada corrida e da marcha e certificados de

participação a todos os concorrentes.

As inscrições deverão ser enviadas para a Comissão de Desporto da Festa do "Avante!" (Rua Soeiro Pereira Gomes, Lisboa) com a maior brevidade possível. Serão atribuídos galardões («prémios de organização») às colectividades que se inscreverem com um mínimo de 10 participantes até ao próximo dia 20 de Junho. Excepcionalmente, serão admitidas inscrições no local da prova até às 8 horas do próprio dia.

Em Lisboa, na área da Torre de Belém, o programa da III Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria inclui várias actividades com os Pioneiros e a pintura colectiva de um painel alusivo ao desporto e particularmente ao atletismo popular. Esse painel será depois transportado para a Cidade do Desporto da Festa do "Avante!".

DISTÂNCIA	ACTIVIDADE	ESCALÃO ETÁRIO
2000 m	corrida	dos 9 aos 12 anos
3000 m	corrida	dos 13 aos 16 anos
3000 m	corrida	a partir dos 9 anos (para todos)
4000 m	marcha	a partir dos 9 anos (para todos)
5000 m	corrida	dos 16 anos em diante

Almada Avança a campanha para o novo CT

Mil e quinhentos contos é a receita obtida pelos camaradas de Almada para o novo Centro de Trabalho concelhio.

Nos primeiros 15 dias de Abril as receitas atingiram cerca de 150 contos, e prevê-se em todos os organismos do Partido um conjunto de iniciativas no sentido de dinamizar ainda mais a campanha. Todos os camaradas estão empenhados nesse objectivo e estão cientes de que o esforço será compensado.

No passado sábado

realizou-se na SFUAP um espectáculo popular a favor da campanha, que contou com a participação de Carlos Mendes, Luís Basto, Joaquim Pessoa e João Fernando, nos dias 2, 3 e 4 de Maio abrir-se-á a todos, este ano no Alto das Barrocas e integrada na campanha Almada — uma casa do Partido, a tradicional Festa da Amizade. O trabalho de montagem começou já no último sábado.

Todas as freguesias do concelho e outros organismos têm programadas festas para as próximas semanas dentro

do mesmo objectivo — conseguir fundos para o novo Centro de Trabalho.

Na última sexta-feira reuniram-se os camaradas que constituem a Comissão Coordenadora da campanha. Discutido o trabalho realizado e as iniciativas em curso, concluiu-se que, embora os resultados conseguidos até agora tenham sido positivos, há que prosseguir num esforço cada vez mais alargado a todos os camaradas para que esta importante tarefa dos comunistas de Almada seja cumprida nos prazos previstos.

Domingo, em Lisboa Assembleia dos camaradas da Hotelaria e Turismo

«Reforçar o Partido, defender Abril», este o lema da II Assembleia da Organização da Hotelaria e Turismo do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP, que decorrerá no próximo domingo, no Centro Cultural e Social dos Trabalhadores do Comércio, no Largo do Rossio, n.º 113.

Durante o encontro serão analisados e debatidos diversos assuntos relacionados com o trabalho de reforço

e alargamento da organização. A Assembleia tem ainda como objectivo eleger o novo Organismo de Direcção.

A situação política actual e as tarefas dos comunistas serão temas em foco na intervenção que o camarada José Casanova, da Comissão Política do Comité Central, proferirá cerca das 18 horas.

O início dos trabalhos da Assembleia está marcado para as 9 horas.

Camaradas de Montalvão

No próximo domingo, às 16 horas, realiza-se no Centro de Trabalho de Tires (perto de Cascals) uma importante reunião destinada aos camaradas naturais de Montalvão (concelho de Nisa) que residam na área da grande Lisboa. Não faltes!

«O Marxismo-Leninismo e a sua actualidade»

Encontra-se em Moscovo, Vitor Dias, membro suplente do Comité Central do PCP, que, a convite do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, participa na Conferência científico-teórica «O Marxismo-

Leninismo e a sua actualidade».

Esta Conferência, que se iniciou anteontem e termina hoje, realiza-se por ocasião do 110.º aniversário do nascimento de Lênine, que este ano se comemora.

Encontro sobre Problemas de Saúde • Volta a reunir Comissão Organizadora

No próximo domingo, às 10 horas da manhã, volta a reunir, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, a Comissão Organizadora Nacional do Encontro Sobre Problemas de Saúde. Vindos de todo o país, os membros da Comissão darão conta do andamento dos trabalhos preparatórios que, segundo as informações que recolhemos, decorrem em bom ritmo.

Na área de Lisboa houve mais uma reunião de coordenação distrital, com a participação de concelhos e sectores, na sexta-feira passada. O ponto da situação revelou que já se realizaram reuniões nas freguesias da Amadora para a dinamização do Encontro; que em Oeiras também entrou um núcleo em actividade; que em Loures outro

núcleo desenvolve actividades e se elaboraram documentos para levantamento da situação no concelho quanto a meios humanos e materiais de saúde e sobre saneamento básico. Antes do próximo dia 25 está programada uma reunião dos responsáveis dos sectores de Loures para preparação de reuniões — do Partido e públicas. Nas freguesias de São Miguel e Santo Estêvão, em Lisboa, prevêem-se iniciativas a nível autárquico, destinadas a promover uma campanha pública sobre limpeza e saúde. Militantes comunistas participarão em sessões onde serão projectados filmes e «slides» e em acções públicas de limpeza.

Ainda em Lisboa, embora não se encontre elaborado um calendário completo, já se encontram marcadas 10 sessões públicas.

Amanhã, uma reunião dos responsáveis do trabalho de Saúde das 7 zonas do Comité Local de Lisboa versará temas de saúde e segurança social. No Sector dos Transportes elabora-se um trabalho sobre medicina de empresa, com a participação de uma camarada médica especialista na matéria.

Em Carenque, Amadora, no próximo dia 26, às 17 horas, haverá um colóquio sobre saúde e saneamento básico.

Vai ainda realizar-se, no sábado, no Centro de Trabalho Vitória, uma reunião aberta a militantes e não militantes, destinada a debater questões técnicas que intervêm no sector ligado aos equipamentos de saúde. Participa também o camarada Abaim Inglês, do Comité Central.

CAMARADAS FALECIDOS

ISABEL VENTURA — Com apenas 21 anos, faleceu recentemente a camarada Isabel Margarida Baltar Leitão Ventura, trabalhadora do Sindicato da Função Pública. Morava em Lisboa, na zona de Benfica, e pertenceu anteriormente aos quadros da Juventude Comunista.

MANUEL DOS SANTOS — Passa agora um mês sobre a morte do camarada Manuel Venâncio dos Santos, falecido na sequência de um acidente. O jovem comunista reside na Amadora.

Conhecer Lênine

mas que uma questão política uma questão cultural

250\$

a distribuição

Semana

9
Quarta-feira



«Novidades» na cortiça

A administração da Sorefame distribuiu um comunicado interno revelando que, afinal, a empresa "já" não está em crise e tem boas perspectivas, e informando que foi apresentado e aceite pelos "bancos leaders" da empresa — Fomento Nacional e Fonseca e Burnay — o "dossier" de proposição de um novo contrato de viabilização. ■ A greve dos trabalhadores gráficos obtém grande adesão na generalidade das empresas. ■ O Governo Cameiro-Amara decide, em Conselho de Ministros, "fixar por via legal" as normas sobre extração, comercialização e transporte de cortiça. ■ É distribuído o comunicado final da reunião que decorreu entre delegações do Estado português e do Estado de Cabo Verde em Lisboa, onde se assinala que os Governos dos dois países acordaram numa repartição em partes iguais decorrentes dos encargos financeiros decorrentes das obras a efectuar no projecto de consolidação e ampliação do porto da cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde. ■ O ministro dos NE Freitas do Amaral afirma que o Governo PPD/CDS apenas "consolidará" o estabelecimento de relações com a OLP após a conclusão do processo da sua concretização "com todos os países árabes". ■ Com uma adesão total, os cerca de três mil pescadores do Peniche concluem uma greve de 72 horas pelo pagamento dos subsídios de desemprego e pela publicação da Portaria Regulamentadora de Trabalho para o sector.

10
Quinta-feira



Reformados manifestam-se

Os trabalhadores da indústria química terminam uma paralisação de 24 horas consecutivas a nível nacional, como forma de luta contra o boicote parafarmas das negociações de um novo CCTV para o sector; a adesão rondou os 70%. ■ Termina em Lisboa o encontro dos comités europeus de solidariedade com o Portugal democrático, que ontem começou com a presença de representantes da RFA, Holanda, Suécia e Suíça; o encontro, promovido pelo Conselho Português para a Paz e a Cooperação contou ainda com a presença de deputados comunistas e socialistas, representantes de Partidos políticos, sindicalistas e jornalistas portugueses. ■ Milhares de reformados de Lisboa e Setúbal manifestam-se, frente ao Ministério dos Assuntos Sociais, pelo fim das pensões de miséria e pela demissão do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral. ■ Realiza-se em Queluz um comício de amizade PCP-PC da Checoslováquia para assinalar a visita a Portugal de uma delegação do PCCh dirigida por Josef Lenart, da Comissão Política do CC. ■ Guardas da GNR, comandados pelo capitão Jerónimo Santos, ameaçam de morte o vaqueiro da UCP Trabalho e Paz, na Amareleja, Moura, forçando-o a dizer onde se encontrava o gado; com a reserva demarcada nesta UCP, o MAP reconstituiu o latifúndio da família Pígarra. ■ O Conselho da Europa, reunido em Lisboa, decide que os países membros deverão estar presentes na Conferência de Segurança e Cooperação Europeias a realizar em Madrid, no próximo Outono. ■ O Conselho de Redacção do "Diário Popular" realinha em comunicado não reconhecer a Fonseca Bastos — indigitado para chefe da Redacção após a chefia tripartida ser saneada pela Direcção — competência para o desempenho das funções para que surge proposto. ■ A CGTP-IN divulga os quantitativos definitivos das reivindicações pecuniárias constantes do Caderno Reivindicativo aprovado pelo III Congresso da central sindical, aberto a todos os Sindicatos.

11
Sexta-feira

O Conselho da Revolução declara inconstitucional a "lei de entrega" preparada pelo Governo PPD/CDS e que visava, a coberto de uma nova delimitação dos sectores público e privado, entregar a este último sector importantes ramos da economia, nacionalizados pela Revolução, como a banca, os seguros, os adubos e os cimentos. ■ A União dos Sindicatos de Lisboa (USL) anuncia em conferência de Imprensa os principais pontos do seu programa de comemorações do 1.º de Maio, em conjunto com a União dos Sindicatos de Setúbal. ■ A União dos Sindicatos da Madeira (USAM) divulga um comunicado protestando contra os aumentos dos preços dos produtos essenciais para a alimentação decretados pelo Governo regional.

12
Sábado



MDM em Congresso

1759 — O antigo povoado de Aveiro, cujas origens remontam à denominação romana da Península, passa à condição de cidade por alvará de D. José I.

13
Domingo

1846 — É inaugurado em Lisboa o Teatro Nacional D. Maria II.

14
Segunda-feira

1978 — O Supremo Tribunal de Justiça legaliza a Aliança Povo Unido (ex-FEPU).

15
Terça-feira

1976 — É criada a empresa pública Petrolgal, resultante da fusão da Sacor, Cidla, Sonap e Petrosul.

Termina em Lisboa o Seminário sobre a acção sindical face às sociedades multinacionais, promovido conjuntamente pela Confederação Mundial do Trabalho-CMT e CGTP-IN, tendo-se apontado nas conclusões que as sociedades multinacionais controlam já uma parcela significativa da actividade portuguesa. ■ O coronel na reserva Pires Veloso afirma no Algarve que a sua candidatura às próximas eleições presidenciais é "irreversível". ■ Jovens do Minho concluem em Guimarães uma semana de acções de solidariedade com a Reforma Agrária, promovida pela JCP. ■ Termina em Évora a IV Conferência da Reforma Agrária com a realização de um gigantesco comício a que assistiram cerca de 100 000 pessoas, idas de todo o País. ■ Termina em Lisboa o I Congresso do MDM, que aprovou a "Carta dos Direitos da Mulher".

Sá Carneiro afirma em Bonn, na RFA, que o seu governo apoiaria um boicote económico contra o Irão se as diligências diplomáticas não "conseguissem resolver" a questão dos reféns; o Primeiro-Ministro foi o único governante aliado dos EUA a pronunciar-se desta forma sobre esta questão. ■ Os professores da Grande Lisboa decidem em plenário aderir às Jornadas de Luta da Função Pública, marcadas para os próximos dias 15 e 17. ■ O Conselho Permanente da "AD" decide, no Porto, "pronunciar-se favoravelmente" sobre "o apoio à candidatura do general Soares Carneiro" à Presidência da República.

Com o Conselho de Ministros aprova novo diploma destinado a entregar ao sector privado importantes sectores da economia hoje nacionalizados, poucos dias após o CR ter considerado inconstitucional um decreto-lei no mesmo sentido. ■ Largos milhares de trabalhadores da Função Pública desfilam em Lisboa até ao palácio de S. Bento reafirmando a sua disposição de lutar pelas reivindicações contidas na PRC entregue ao governo em Janeiro pelos seus 32 Sindicatos.

Reforço dos velhos laços que unem os comunistas portugueses e checoslovacos

O comício realizado na passada quinta-feira à noite no salão dos Bombeiros de Queluz, perante uma assistência entusiástica que enchia completamente o recinto, constituiu sem dúvida um dos pontos altos da visita que, conforme noticiámos já no último número, uma delegação do Partido Comunista da Checoslováquia efectuou ao nosso País, a convite do Comité Central do PCP.

O comício, no decorrer do qual usaram da palavra os camaradas Jozef Lenart, membro do Presidium do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia, Primeiro-

-Secretário do Comité Central do Partido Comunista da Eslováquia e Presidente do Comité Central da Frente Nacional da República Socialista Eslovaca, e Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP,

cujas intervenções publicamos nesta edição, constituiu uma vibrante jornada internacionalista e um vivo testemunho da amizade fraternal que une os comunistas dos dois países.

Amizade fraternal essa que, aliás, se reflectiu do mesmo modo em todos os outros contactos mantidos pelos camaradas checoslovacos com diversas estruturas e organizações do nosso partido, nomeadamente as conversações com uma delegação de que faziam parte, além de Álvaro Cunhal, os camaradas Carlos Costa, da Comissão

Política e do Secretariado do CC, e Jorge Araújo, do Secretariado do CC. No termo das conversações foi divulgado um Comunicado Comum que junto publicamos.

A visita dos camaradas checoslovacos incluiu ainda diversos contactos com as organizações do PCP e de trabalhadores.

A primeira visita foi ao Barreiro, no dia 9, onde após o encontro com a Comissão Concelhia do PCP os camaradas checoslovacos puderam conhecer as instalações da Quimigal, e trocar impressões

com a Comissão Geral de Trabalhadores e a Comissão Sindical daquela Empresa Pública.

Na tarde do mesmo dia a delegação checa foi recebida por responsáveis da DORL no Centro de Trabalho Vitória.

No distrito de Santarém, onde os visitantes se deslocaram no dia 10, puderam contactar com o presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, que os recebeu e acompanhou depois numa passagem pelas obras de habitação social. Para além de um encontro com responsáveis da DORSA, os camaradas

checoslovacos visitaram a UCP "Mouchão do Inglês", antes de um almoço oferecido em sua homenagem em Almeirim.

No último dia passado no nosso país aqueles camaradas do partido irmão prestaram homenagem aos antifascistas mortos no Tarrafal, junto ao monumento aos tarrafalistas, no Alto de S. João.

Ainda na sexta-feira, mas ao fim da tarde, a delegação da Checoslováquia visitou o "Avante!" onde trocou impressões com o colectivo da redacção.



A homenagem da juventude comunista e a solidariedade calorosa dos comunistas e do povo português



Jozef Lenart e o comício de Queluz «Um dos mais importantes momentos de toda a minha vida»

"O comício em que participámos em Queluz, e que foi o verdadeiro culminar da nossa estadia aqui em Portugal, constituiu um dos mais importantes momentos da minha vida" — afirmou-nos o camarada Jozef Lenart, chefe da delegação do Partido Comunista da Checoslováquia, durante a troca de impressões realizada no decorrer da visita que a delegação daquele partido-irmão fez na passada sexta-feira à Redacção do "Avante!".

Já no final das suas declarações, o camarada Lenart fez questão de, através do "Avante!", expressar "o nosso cordial agradecimento pelo acolhimento que em todo o lado nos foi dispensado, aproveitando para saudar os seus leitores e desejar os maiores êxitos nas lutas que vos esperam".

nossa parte, iremos sempre ampliar e aprofundar.

"Constatámos, por outro lado, o peso, a importância, da amizade pelo Partido Comunista da União Soviética, entre as mais vastas camadas do Povo português."

"É evidente o crescimento constante do PCP desde a Revolução de Abril, a sua acção em prol dos interesses do Povo português, os resultados positivos alcançados. Impressiona particularmente a abnegação dos camaradas na sua justa luta em prol da classe operária, do povo trabalhador, de Portugal, a sua justa orientação — na linha do internacionalismo proletário — em íntima ligação com o movimento comunista e operário internacional, as forças democráticas de todo o mundo. Impressiona igualmente a orientação correcta do trabalho que se pode constatar da base ao topo, tanto no CC, como nas células de base, em estreita ligação com uma ética verdadeiramente revolucionária, com o heroísmo e abnegação dos militantes na luta conjunta com outras forças democráticas."

"As conversações e encontros com o camarada Álvaro Cunhal, com muitos militantes do Partido, com os trabalhadores da Quimigal, de diversas cooperativas, câmaras e outros sectores — convenceram-nos que o PCP, que os trabalhadores e o operariado português, embora se encontrem num momento particularmente difícil da sua luta — têm pela frente o futuro vitorioso."

O socialismo e a paz

Outro tema abordado na conversa na Redacção do "Avante!" foi a situação internacional e os perigos para a paz. Dir-nos-ia Jozef Lenart:

"As forças reacţionárias a nível mundial desencadearam uma campanha conducente à "guerra-fria". Por trás dessa campanha, estão os interesses económicos do complexo militar-industrial, o empenho na conquista do poder por parte dos sectores mais reacţionários da burguesia."

"Mas hoje há no mundo um elemento novo: as forças da comunidade socialista, que estão prontas a impedir qualquer tipo de guerra e contam com as capacidades económicas e militares para o concretizarem."

É este elemento novo, salientou o camarada Lenart, que se contrapõe aos perigos reais que se vivem actualmente, pois, face ao avanço da revolução técnico-científica a guerra "significa um jogo que inclui a possibilidade da catástrofe nuclear".

"É na base da política de paz da comunidade socialista, política que a Checoslováquia partilha, é na base da luta mundial das forças da paz, que se trava a batalha da paz e se impõe a sua imprescindível vitória. Na neutralização dos intentos agressivos do imperialismo, inerentes à sua própria natureza, conta-se também com os círculos mais realistas do mundo burguês."

"Na dialéctica dos perigos reais

e simultaneamente na força crescente dos sectores empenhados na paz, há razões para ter confiança."

E foi precisamente sobre esta confiança, sobre as razões para, na actual conjuntura internacional, alimentar, apesar de tudo, um fundado optimismo, que nos falaria o camarada Vladimir Janku, adjunto do Chefe do Departamento para a Política Internacional do Comité Central do PCP.

"Duas razões fundamentais para este optimismo: Em primeiro lugar esta política agressiva por parte dos EUA está em contradição com o equilíbrio internacional de forças. E não tem nenhuma hipótese de alterar este equilíbrio. Um dos anteriores presidentes norte-americanos, Nixon, admitiu, nas conversações de Moscovo, que as bases em que se apoiou a política capitalista do pós-guerra, estão actualmente ultrapassadas. Nós acrescentaremos que há muito que o estão, e que o retrocesso é impossível."

"O segundo factor do nosso optimismo é o facto de a política norte-americana estar em aberto confronto com a vontade, os interesses, os sentimentos, da esmagadora maioria da Humanidade. Por isso partimos da certeza de que se formos capazes de mobilizar todas essas formas numa luta comum — será possível pôr finalmente fim à política actualmente seguida pelos EUA e retomar o processo do desarmamento, da redução progressiva de armamentos até ao desarmamento geral."

Trata-se, frizaria, de uma longa e dura luta em que a comunidade socialista detém a iniciativa estratégica e em que o Povo português tem e terá um importante papel a desempenhar.

"A luta de Portugal contra as tentativas da reacção interna e externa para subverter o processo revolucionário, desempenhou um papel decisivo na evolução mundial nos últimos anos. Também hoje a sua luta pelo futuro é parte integrante da luta mundial pela paz."

A Checoslováquia de hoje

A Checoslováquia comemora nestes dias o 35.º aniversário da sua libertação pelo Exército Soviético com a participação das massas populares e dos comunistas do país. 35 anos de vida em liberdade têm um saldo amplamente positivo que se traduz no cumprimento, com êxito, das tarefas económicas e sociais, no desenvolvimento da democracia socialista, na iniciativa dos trabalhadores para o aumento de produtividade. A produção industrial aumentou em 11 vezes, a produção agrícola duplicou. Resultados importantes foram obtidos na melhoria do nível de vida dos operários e camponeses assim como em sectores tão importantes como educação, cultura e saúde.

Todos estes factos — destacou o camarada Lenart — contribuem para consolidar a unidade do povo checo com o Partido Comunista da Checoslováquia, consolidar

o papel e a importância do Partido Comunista da Checoslováquia entre as mais amplas camadas populares."

São tarefas do momento: a aplicação simultânea na prática das vantagens da sociedade socialista e dos resultados da revolução técnico-científica na realidade da Checoslováquia; o reforço do carácter científico e efectivo da direcção da economia nacional; o aprofundamento da participação dos trabalhadores na actividade de direcção a todos os níveis; o aprofundamento das formas de democracia socialista.

Todas estas questões — e outras — estão a ser debatidas nos trabalhos preparatórios do XVI Congresso do PCCh, a realizar no próximo ano.

"Em resumo — disse ainda o camarada Lenart — depois da construção do socialismo, encontramos actualmente na fase da edificação das bases do socialismo desenvolvido". Complexa tarefa para que os camaradas checoslovacos contam com o apoio que constitui a integração no seio da comunidade socialista, o apoio do movimento comunista e operário internacional, o apoio dos trabalhadores e dos comunistas portugueses."

"Tudo faremos para construir a sociedade socialista desenvolvida no nosso país e assim contribuir para a construção do socialismo no mundo inteiro" — destacou finalmente o camarada Jozef Lenart.



Na redacção do "Avante!" e junto ao monumento aos mortos no Tarrafal, no Alto de S. João

Comunicado Comum

No termo da visita ao nosso país da delegação do PC da Checoslováquia, foi divulgado o seguinte comunicado comum: A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal entre 8 e 12 de Abril, uma delegação do Partido Comunista da Checoslováquia dirigida por Josef Lenart, membro do Presidium do CC do PC da Checoslováquia e 1.º Secretário do Comité Central do PC da Eslováquia e composta ainda por Václav Hájek, membro do CC do PC da Checoslováquia, secretário responsável do Comité Regional do PC da Checoslováquia da Boémia Central, Anton Podolec, secretário do Comité Regional do PC da Eslováquia na Eslováquia Central, Vladimir Janku, adjunto do chefe do Departamento da Política Internacional do CC do PC da Checoslováquia e Miroslav Slavik, Secretário responsável do Comité Distrital do PC da Checoslováquia em Strakonice.

A delegação realizou conversações com uma delegação do PCP dirigida por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, e constituída ainda por Carlos Costa, membro da Comissão Política do Secretariado do CC do PCP e Jorge Araújo, membro do Secretariado do Comité Central.

Durante a sua estadia em Portugal a delegação do PC da Checoslováquia teve oportunidade de tomar contacto directo com diversos aspectos da realidade portuguesa e do trabalho do PCP,

tendo nomeadamente visitado as instalações da Quimigal-EP, no Barreiro, e a UCP "Mouchão do Inglês" em Alpiarça, realizado encontros com as direcções regionais das organizações do PCP em Lisboa e Santarém e participado ainda num comício de amizade que teve lugar em Queluz. A delegação do PC da Checoslováquia prestou homenagem às vítimas do fascismo depondo uma coroa de flores no monumento aos mortos do Campo de Concentração do Tarrafal.

No decurso das conversações, que decorreram no ambiente de amizade e solidariedade fraternais que caracterizam as relações entre os dois partidos, as duas delegações procederam a uma ampla troca de informações sobre a situação nos respectivos países e a actividade dos dois partidos, assim como sobre a situação internacional e questões relativas ao movimento comunista e operário internacional.

A delegação do PCP expressou o reconhecimento dos comunistas portugueses pela solidariedade activa dos comunistas e do povo checoslovaco para com a luta do povo e a Revolução portuguesa e o alto apreço do PCP pelos sucessos alcançados pelo povo da Checoslováquia, tendo à sua frente o PC da Checoslováquia, na edificação da sociedade socialista desenvolvida.

A delegação do PC da Checoslováquia expressou

a solidariedade fraternal dos comunistas e do povo da Checoslováquia socialista para com a luta dos comunistas portugueses na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e do Povo português, na defesa das conquistas da Revolução de Abril, designadamente as nacionalizações e a Reforma Agrária e do próprio regime democrático consagrado na Constituição da República Portuguesa.

As duas delegações sublinharam que a situação internacional continua a evoluir no sentido favorável às forças da democracia, da paz, da independência nacional, do progresso social e do socialismo.

Enquanto que a crise em que se debate o sistema capitalista continua a aprofundar-se, alargando-se e fortalecendo-se o sistema mundial do socialismo e amplia-se o seu papel determinante no desenvolvimento do processo revolucionário mundial. A luta dos povos da Ásia, da África e da América Latina pela sua emancipação nacional e social alcançou nos últimos tempos importantes sucessos.

As duas delegações manifestaram a sua activa solidariedade com os povos em luta contra o imperialismo, o colonialismo e o racismo, pela independência, e o progresso social. Puseram em destaque a grande vitória recentemente obtida pelas forças patrióticas do

Zimbábue, saudando fraternalmente o povo do Zimbábue pela proclamação da independência em 18 de Abril próximo. Solidarizaram-se com o esforço patriótico abnegado do povo da Nicarágua assim como a heroica luta do povo de S. Salvador contra a reacção e o imperialismo. Sublinharam a importância e significado histórico das revoluções orientadas para o socialismo em Angola, Moçambique, Etiópia, Yémen Democrático e Popular e outros países e a necessidade de lhes prestar ajuda e apoio internacionalista.

Reafirmaram a sua solidariedade para com o povo da República Democrática do Afeganistão na sua luta contra a reacção interna e o imperialismo internacional, para defender e realizar os objectivos da revolução de Abril de 1978.

As duas delegações sublinharam as responsabilidades e o papel decisivo dos comunistas na condução da luta contra a corrida aos armamentos desencadeada pelo imperialismo, designadamente pelos EUA, na luta pela paz, pelo desarmamento, pela redução dos armamentos e pelo desarmamento, pela coexistência pacífica.

A decisão imposta pelos EUA aos seus parceiros da NATO de instalar na Europa os novos mísseis norte-americanos, constitui uma grave ameaça para

a paz e a segurança no continente e no mundo. As duas delegações denunciaram a política de posições de força e de agravamento da tensão internacional conduzida pelo imperialismo norte-americano e pelos círculos mais reacţionários da NATO e pronunciaram-se pela abertura urgente de negociações que conduzam à redução dos armamentos. Manifestaram-se contra a chantagem de que são alvo os Jogos Olímpicos de Moscovo e contra as tentativas de sabotar a próxima Conferência de Madrid sobre a segurança e cooperação na Europa. Condenaram o alinhamento dos dirigentes chineses com a política mais agressiva do imperialismo.

As duas delegações manifestaram a sua convicção de que é possível fazer recuar os planos agressivos do imperialismo, defender a paz, alcançar novos sucessos no caminho da democracia, da independência nacional e do socialismo.

As duas delegações reafirmaram que a cooperação e solidariedade das três grandes forças revolucionárias da época contemporânea — países socialistas, movimento operário dos países capitalistas e movimento de libertação nacional — é de importância decisiva para o sucesso da luta de emancipação nacional e social dos povos. Nesse sentido consideraram a importância de combater firmemente as campanhas anticomunistas e anti-

soviéticas com que o imperialismo visa enfraquecer e dividir as forças revolucionárias.

As duas delegações consideraram de decisiva importância a unidade do movimento comunista internacional, com base nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, e em particular, a cooperação e acção solidária dos partidos comunistas dos países capitalistas e dos países socialistas.

Afirmaram a sua vontade de continuar a contribuir para o desenvolvimento das relações entre Portugal e a Checoslováquia, no interesse do Povo português e do povo checoslovaco da causa da paz, da cooperação e da amizade entre todos os povos.

A visita da delegação do Partido Comunista da Checoslováquia a Portugal e os resultados das conversações realizadas representam uma nova contribuição para o fortalecimento das relações tradicionais de amizade, cooperação e solidariedade internacionalista existentes entre os dois partidos.

Os dirigentes das duas delegações assinaram um protocolo de Cooperação entre os dois partidos para o período próximo.

O Camarada Lenart transmitiu ao camarada Álvaro Cunhal o convite a uma delegação do PCP para visitar a República Socialista da Checoslováquia. O convite foi aceite com satisfação.

Comício de amizade em Queluz

Intervenção de Álvaro Cunhal

Camarada Josef Lenart
Camaradas da delegação do PC da Checoslováquia
Camaradas:

Este comício de amizade, realizado num momento em que nós, os comunistas e os trabalhadores portugueses, nos encontramos inteiramente empenhados em duras batalhas em defesa do Portugal de Abril tem um profundo significado.

Este comício é de si próprio uma afirmação de que nós, os comunistas portugueses, consideramos complementares e inseparáveis as nossas tarefas nacionais e os nossos deveres internacionais.

As tarefas nacionais são a própria razão de ser da nossa existência como força política organizada. E os deveres internacionais, além das suas expressões de solidariedade, têm também, como principal expressão, o cumprimento efectivo e com êxito das tarefas nacionais.

A maior contribuição que podemos dar à luta dos outros povos é, no momento presente, assegurar a vitória do nosso próprio povo na luta em defesa das conquistas da Revolução e do Portugal de Abril, na sua luta pela democracia, a independência nacional e o socialismo.

Inversamente, consideramos como uma contribuição à nossa própria luta a luta dos partidos irmãos e das forças revolucionárias dos outros países e sentimos como nossas as suas realizações e vitórias.

Esta atitude implica relações estreitas de amizade e cooperação com os partidos comunistas e operários e com outras forças revolucionárias dos outros países e a concretização constante e recíproca da solidariedade.

Os comunistas e os trabalhadores de Portugal, pela sua própria e pesada experiência da luta durante quase meio século de ditadura fascista, aprenderam a dar o valor devido aos sentimentos e actos de solidariedade.

É com esse espírito que recebemos aqui hoje a delegação do PC da Checoslováquia.

Creio interpretar o sentir de todos, dizendo aos nossos visitantes: Benvidos seja! a Portugal. Sabemos ter em vós amigos sinceros. Pela nossa parte, podemos também estar certos de que estamos e estaremos sempre ao lado da Checoslováquia socialista.

Solidariedade recíproca

A visita a Portugal, a convite do nosso Partido, da delegação do PC da Checoslováquia insere-se no quadro das relações de amizade fraternal existentes há longos anos.

Nós não esquecemos o apoio activo e a solidariedade concreta que os comunistas e o povo da Checoslováquia socialista prestaram ao nosso Partido e ao nosso povo, ao longo dos duros anos de luta na clandestinidade contra a ditadura fascista.

É de lembrar o apoio político, constante e ineffectivo. E é de lembrar também os muitos camaradas que fraternalmente receberam, albergaram e trataram.

Também após o 25 de Abril, o PC da Checoslováquia esteve sempre ao lado da Revolução portuguesa. Nos momentos mais difíceis e perigosos, quando se desencadearam violentas campanhas de calúnias contra o nosso Partido e o nosso povo, (às quais até companheiros nossos em alguns outros países foram perseguidos), nunca nos faltaram as provas de amizade dos nossos camaradas checoslovacos.

Gostaria de aproveitar esta visita e este comício de amizade, para em público, ante os comunistas e os trabalhadores que nos ouvem, expressar ao Partido Comunista da Checoslováquia e por seu intermédio ao povo da Checoslováquia Socialista os sentimentos de profunda gratidão dos comunistas e do povo de Portugal.

A verdadeira solidariedade internacionalista é sempre recíproca. Também, pela nossa parte, nós, os comunistas, sempre fomos activamente solidários para com os comunistas e o povo da Checoslováquia.

Saudamos com alegria as realizações históricas na construção da sociedade socialista. Compartilhamos das inquietações causadas por dificuldades internas. E quisemos-nos sempre firmemente às insistentes campanhas da reacção mundial contra a República Socialista da Checoslováquia, e também, através de ataques à Checoslováquia socialista, contra a União Soviética.

Há forças no mundo que gostariam que a Checoslováquia, após a Segunda Guerra Mundial se tivesse convertido num fortim do imperialismo no próprio coração da comunidade socialista.

Nós felicitamos vivamente o PC da Checoslováquia e o povo da Checoslováquia pela sua luta firme contra os inimigos internos e externos, pelas suas realizações na construção da nova sociedade.

Para os trabalhadores, para todas as forças verdadeiramente democráticas e progressistas, é motivo de profunda alegria e de confiança na causa dos trabalhadores, na causa do socialismo, o facto de que, em Praga, empunhada com vigor pelo Partido e pelo povo, tremula vitoriosa a bandeira da Checoslováquia livre, independente e socialista.

Marxismo-leninismo internacionalismo proletário

Partidos que se orientam pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, não têm dificuldade no entendimento e na cooperação.

Naturalmente, são naturais e mesmo inevitáveis diferenças de opinião e mesmo divergências sobre tal ou tal problema.

Mas, inspirando-se nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, não só os grandes objectivos se aproximam e identificam, como as análises autónomas dos partidos os levam a conclusões idênticas no essencial.

Esta identificação no essencial não significa, como pretendem alguns, que uns partidos seguem ou apoiam o que fazem e o que dizem outros, mas, pelo contrário, é resultado da actividade independente de cada partido. O segredo da identificação e coincidência de pontos de vista é o facto de os partidos adoptarem critérios científicos, de se inspirarem no marxismo-leninismo.

O marxismo-leninismo, longe de limitar ou entravar a independência e a criatividade, é um instrumento indispensável para a análise e a investigação criadoras das novas realidades e dos novos fenómenos. Constitui um erro profundo pensar que, um partido que abandone o marxismo-leninismo, fica mais apto a realizar um trabalho político e ideológico independente, inovador e criativo.

O abandono do marxismo-leninismo é já em si um sinal de cedência à pressão ideológica, política e social da burguesia. É, não o caminho para ideias inovadoras, mas para a retomada de velhos chavões do reformismo ensofados com pretensões de originalidade. É uma decisão que impede o exame científico dos acontecimentos, a interpretação correcta dos novos fenómenos, a definição duma linha justa, o desenvolvimento teórico na base de novos conhecimentos e novas experiências e da avaliação crítica das experiências acumuladas.

Nós em Portugal conhecemos, por experiência própria e de há muitos anos, as constantes pressões que são exercidas sobre o nosso Partido, para abandonar os princípios pelos quais sempre se orientou.

Felizmente não há vacilações no PCP. Todos os militantes do nosso grande colectivo partidário são unânimes: O PCP criou-se como partido marxista-leninista. Sempre se manteve fiel aos princípios do internacionalismo proletário. Este tem sido o seu caminho. Este continuará a ser o seu caminho.

O PCP criou-se como partido e vanguarda revolucionária da classe operária e continua a sê-lo. Como vanguarda revolucionária, defende na actual etapa, os interesses de todos os trabalhadores, do camponês, da pequena burguesia urbana, dos estratos médios, de todas as classes e camadas interessadas em que não seja restaurado o poder económico e político dos grupos monopolistas e dos latifundiários.

A natureza de classe do partido traduz, não estreiteza de objectivos mas o reconhecimento do papel determinante da classe operária em todo o processo revolucionário.

A política de classe do nosso Partido manifesta-se, tanto na sua actividade interna, como nas suas posições e relações internacionais inspiradas pelos princípios do internacionalismo proletário, uma vez que o internacionalismo proletário tem as suas raízes objectivas na identidade de interesses e de finalidades da classe operária de todos os países.

Unidade dos partidos comunistas e unidade dos democratas

A divisão e o antagonismo de classes não se reclus ao quadro de cada país. A divisão e o antagonismo de classes têm uma expressão internacional. Tanto as relações económicas, financeiras e comerciais, como as relações diplomáticas e políticas têm um conteúdo de classe que é necessário a cada passo discernir e caracterizar.

Para partidos comunistas e operários, a solidariedade internacionalista da classe operária e dos trabalhadores de todos os países (com os quais se identificam também os países socialistas) sobrepe-se necessariamente às alianças internacionais entre forças políticas representativas de classes e interesses sociais muito diferenciados.

Nós, os comunistas portugueses, defendemos um vasto sistema de alianças, em cada país e na arena internacional.

Mas não consideramos correcto que um partido da classe operária, por sua decisão individual, estabeleça alianças com partidos de outro país que estejam em conflito com os partidos da classe operária desse país.

O PCP não estabelece relações com forças políticas de outros países sem consultar os partidos comunistas respectivos. Consideramos que se trata de uma correcta norma. Aqueles que a não respeitam, caem com frequência em críticas actos de ingerência na política interna e nas questões internas de outros países e de outros partidos.

A já chamada «euroesquerda», como desenvolvimento lógico do chamado «eurocomunismo», tende a sobrepor às actividades comuns, à cooperação e à acção comum dos partidos comunistas, as iniciativas, a cooperação e a acção comum de partidos comunistas de uns países com partidos socialistas, social-democratas e outros de outros países.

Trata-se de uma forma errada de compreender a unidade das forças democráticas e anti-imperialistas.

A solidariedade recíproca, a cooperação e a unidade de acção dos partidos comunistas e operários é condição essencial para o reforço da frente anti-imperialista, para a cooperação e unidade de acção das forças da democracia, da paz, da independência nacional.

Por outras palavras: a unidade do movimento comunista internacional é factor determinante da unidade das forças anti-imperialistas, da unidade internacional das forças democráticas.

Aprez-nos verificar que, tanto o nosso Partido como o PC da Checoslováquia, somos concordantes em que as relações entre os nossos dois partidos, além do que representam para os nossos dois povos, constituem também uma contribuição para a unidade do movimento comunista, para a unidade de todas as forças anti-imperialistas.

As manobras de divisão e a unidade necessária

Um dos deveres essenciais dos partidos comunistas e operários é agir para a estreita cooperação e a solidariedade recíproca das três

grandes forças revolucionárias do mundo contemporâneo: os países socialistas, tendo a URSS como componente principal, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

Por muito importante (e na verdade o é em numerosos países e à escala internacional) o esforço para o entendimento dos partidos comunistas com os partidos socialistas e outros partidos democráticos, as forças essenciais na luta contra o imperialismo pela libertação dos trabalhadores e dos povos, pelo triunfo da causa da liberdade, do progresso social, da independência nacional, da paz e do socialismo, são os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

Por isso o PCP desenvolve uma acção persistente e coerente de amizade e solidariedade recíproca com o PCUS e os partidos comunistas e operários dos países socialistas, com os partidos irmãos dos países capitalistas, e com os partidos e movimentos revolucionários dos países do chamado Terceiro Mundo.

Permiti que diga algumas palavras sobre estas três direcções da actividade internacional do nosso Partido.

Em relação aos países socialistas, todos conhecemos as campanhas e pressões para afastar o nosso Partido dos partidos comunistas e operários dos países socialistas.

Também, em relação à Checoslováquia, a campanha é virulenta e constante.

A nossa resposta está à vista, na visita da delegação do PC da Checoslováquia e neste comício de amizade fraternal.

Em relação à URSS, a campanha anti-soviética atinge de novo em Portugal as raízes do absurdo.

Tendo-se um pão de logo aventureirista dos círculos mais agressivos do imperialismo e da campanha eleitoral do sr. Carter, o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral enveredou por uma política de anti-sovietismo primário que reconduz a política externa portuguesa à vergonhosa posição do tempo do fascismo.

A recusa sistemática de vistos para visitarem Portugal a cidadãos soviéticos — representantes de mulheres, jovens, artistas, turistas, etc. — revela bem na política externa a natureza fascizante do Governo PPD/CDS. É a tentativa de reconstruir o muro de isolamento e de submissão ao imperialismo que durante dezenas de anos fechou ao Povo português o horizonte da vida internacional e os benefícios da cooperação em relações externas diversificadas.

A política do Governo Sá Carneiro mais reforça a ideia da necessidade de estreitar os laços de amizade e solidariedade com os partidos comunistas e operários da URSS e outros países socialistas.

«ela sua influência política e seu poder económico e militar, pelas suas realizações na construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores, pelo valor da sua solidariedade para com os trabalhadores e povos em luta, pela força do seu exemplo, a comunidade socialista e a URSS como sua força principal, desempenham um papel de capital importância em toda a evolução mundial.

Essa é a causa profunda do ódio de morte que o imperialismo tem aos países socialistas, das violentas e constantes campanhas de desinformação, mentiras e calúnias, do histórico anti-sovietismo que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral assim como reacção e oportunistas pretendem relançar.

Se um físico soviético conhecedor de segredos atómicos entra em contacto e estreita cooperação e colaboração política com os países imperialistas e é deslocado da capital para outra cidade, com direito a um apartamento, a um subsídio e a viver com a família, logo se desencadeia uma campanha mundial contra uma suposta violação dos direitos humanos.

Mas todos sabemos da hipocrisia desta campanha quando nos lembramos que nos Estados Unidos, apenas por serem cientistas e serem comunistas, completamente inocentes como ficou mais do que provado, foram condenados e executados na cadeira eléctrica Ethel e Julius Rosenberg.

Todos conhecemos também diariamente as provocações da propaganda reacçãoária contra a Checoslováquia socialista.

A voz dos comunistas portugueses jamais se juntará à voz empenhada da reacção, dos seus dirigentes, e dos seus órgãos de desinformação e de propaganda (à voz da «Rua», à voz do «Diabo», à voz do «Dia», à voz da «Tarde», à voz do «Correio da Manhã», à voz da TV e da RDP, CDS/PPD) nas campanhas contra a URSS, contra a Checoslováquia, contra os países socialistas, que constituem uma fortaleza essencial da causa dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo; é uma força determinante da evolução mundial no sentido de libertação da humanidade da exploração e opressão imperialista, das injustiças e desigualdades sociais, das fúrias e das guerras.

Em relação aos partidos comunistas dos países capitalistas, o nosso Partido faz um esforço real para a troca de opiniões franca e sincera, para o desenvolvimento das relações de solidariedade recíproca, para a cooperação e acção comum.

A breve visita (de passagem), do camarada Georges Marchais a Portugal na segunda-feira passada e o comunicado comum do encontro que teve lugar é um novo testemunho dessa orientação do nosso Partido.

Essa visita constitui uma contribuição importante, não só para estreitar ainda mais os laços de amizade existentes entre os dois partidos, como em geral, para o reforço da unidade e cooperação no movimento comunista internacional.

O mesmo se pode dizer da visita embora breve que uma delegação do nosso CC na qual participou, para a partir de terça-feira próxima à Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda e Suíça.

Em relação às forças revolucionárias dos países do chamado Terceiro Mundo, a recente visita duma delegação do nosso Partido ao Médio Oriente, é um testemunho não só da necessidade, mas da possibilidade do amplo e futuro desenvolvimento das relações dos partidos comunistas com essas forças além também do testemunho do grande prestígio internacional alcançado pelo nosso Partido, graças à sua política internacionalista consequente.



Algumas palavras sobre o momento político

Ao visitarem-nos, os nossos convidados do PC da Checoslováquia trouxeram-nos uma preciosa e actualizada informação acerca do seu país e da actividade do seu partido.

Todos aqui tivemos há momentos ocasião de escutar o camarada Lenart e creio interpretar os sentimentos dos presentes agradecendo em nome de todos a sua informação e as palavras amigas e solidárias que teve para com o nosso Partido e o nosso povo.

Os nossos convidados vieram a Portugal também para tomarem contacto com a realidade portuguesa e com a actividade do nosso Partido.

Estamos certos que as visitas que fizeram e os encontros realizados foram de grande utilidade.

Quanto a este comício de amizade internacionalista, pareceu-nos adequado abordar alguns problemas actuais de carácter internacional. Mas não podemos deixar de referir, embora em breves palavras, o momento político que atravessamos.

O que caracteriza no fundamental o actual momento político?

A sua característica fundamental é que, a partir do próprio Governo e da maioria da Aliança Reacçãoária na Assembleia da República, está em pleno curso uma grande operação subversiva tendo como objectivo a curto e a médio prazo, a destruição total das conquistas da Revolução, a restauração do poder económico e político dos grupos monopolistas e latifundiários e a liquidação do regime democrático.

Não se trata de dramatizarmos a situação. O perigo é iminente. O Governo PPD/CDS, Sá Carneiro/Freitas do Amaral, confirma cada dia pela sua acção que é inteiramente justa a acusação que lhe fazemos: o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral é um governo fascizante que fala em democracia, mas cujo verdadeiro objectivo é a instauração de uma nova ditadura.

É preciso que todos os portugueses tomem consciência: Para evitarmos que o fascismo volte a trinarzar Portugal, é absolutamente necessário interromper a marcha criminoso e destruidora do actual Governo.

(...)

Os sentimentos de indignação e de revolta alastram a todo o País. As

lutas de massas ganham uma amplitude nunca vista.

O Governo PPD/CDS governa contra o povo. O povo levanta-se contra o Governo e grita justamente: «A luta continua! Sá Carneiro para a rua!».

Ao abrigo da Constituição e da legalidade democrática, é necessário resistir firmemente à ofensiva e aos planos do Governo reacçãoário.

Ao abrigo da Constituição e da legalidade democrática, é necessário lutar para que as próximas eleições para a Assembleia da República (em Setembro ou Outubro) se realizem em condições democráticas e trabalhar desde já para infligir uma grande derrota à Aliança Reacçãoária e para aumentar os votos e o número de deputados do PCP, da APU, como condição essencial para uma viragem democrática na política portuguesa.

Ao abrigo da Constituição e da legalidade democrática é necessário lutar para escorrer o Governo fora-da-lei.

Quando dizemos que é necessário resistir, que é necessário escorrer o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, logo as forças reacçãoárias dizem que estamos a fazer apelos à insurreição.

Temos sempre dito e uma vez mais aqui repetimos.

O Governo PPD/CDS, esse sim, viola a Constituição e a legalidade, provoca a desordem e a subversão.

O PCP e com ele os trabalhadores actuam no quadro da Constituição, das instituições, do regime democrático, da legalidade e da ordem democráticas.

A luta dos comunistas, dos trabalhadores, das massas populares, é necessária e indispensável. É constitucional, é legal, é legítima e é justa. Ela vencerá!

Ao camarada Lenart, à delegação do PC da Checoslováquia, pedimos que, de volta à sua pátria, transmitam ao seu secretário-geral, o camarada Husak, ao seu partido e ao seu povo, as saudações calorosas, fraternais e solidárias dos comunistas e do povo de Portugal. E pedimos-lhes também que digam que, ao contrário do que proclamam as forças reacçãoárias, a Revolução dos cravos está viva e bem viva no coração, na vontade, na acção dos comunistas e dos trabalhadores de Portugal.

A luta continua e continuará até que a política de ilegalidade e destruição do Governo PPD/CDS, seja sustida e derrotada, até atrair o Governo Sá Carneiro para a rua, até repór a legalidade democrática e os direitos do nosso povo, até alcançar uma viragem democrática na política portuguesa, até afastar definitivamente da nossa pátria os perigos da reacção e do fascismo, até garantir definitivamente o prosseguimento do regime democrático rumo ao socialismo.

É esta a determinação do nosso Partido. É esta a determinação do

nosso povo.

Viva Portugal de Abril!

Viva o PC da Checoslováquia!

Viva o PCP!

Viva o internacionalismo proletário!

Intervenção de Jozef Lenart

Camaradas,
Caros amigos portugueses,
Caro camarada Cunhal!

Temos grande e sincero prazer em que durante a visita da nossa delegação ao vosso país, para a qual fomos convidados pela direcção do Partido Comunista Português irmão, possamos hoje participar desta reunião, encontrando-nos convosco.

Gostaríamos de agradecer-lhes sinceramente o acolhimento cordial que encontramos a cada passo durante a estadia entre vós. Vemos nisso uma manifestação das vossas posições internacionais, realmente fraternais, para com o Partido Comunista da Checoslováquia e os trabalhadores da nossa Pátria socialista.

Asseguramo-lhes que o nosso povo tem igualmente sentimentos de fraternidade e camaradagem calorosos para convosco, comunistas, trabalhadores de Portugal.

Com grande prazer trazemos a todos os comunistas portugueses, que ganharam pela sua valentia e abnegação grandes simpatias do nosso povo, e pessoalmente a vós, caro camarada Cunhal, as saudações de luta e camaradagem do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia e do seu secretário-geral, camarada Husák.

Ao mesmo tempo transmitimos saudações de luta da classe operária checoslovaca à vanguarda do vosso povo — operários portugueses que se encaminham nas primeiras filas da luta por uma vida melhor da sua Pátria.

Os nossos camponeses cooperativistas saúdam os seus irmãos nas aldeias portuguesas que sem vacilar ocuparam as propriedades dos latifundiários, para cultivarem em comum o pão da sua própria terra.

Trazemos saudações dos intelectuais checoslovacos a professores, médicos, engenheiros, a todos os intelectuais portugueses que trilham o caminho juntamente com o povo e oferecem o seu talento e a sua capacidade à edificação do novo Portugal democrático.

Transmitimos também com alegria as saudações da juventude

checoslovaca à vossa juventude trabalhadora e aos estudantes, à população jovem da revolução portuguesa.

Queridos amigos portugueses! O nosso Partido e o nosso povo acompanham com grande simpatia e admiração a vossa luta pela felicidade do povo, pela sua liberdade e independência. Esta luta está muito próxima de nós, pois nós próprios tivemos de lutar dificilmente pela liberdade, contra o fascismo, e a luta dos povos da Península Ibérica contra as ditaduras fascistas, nunca poderia ser e nunca foi indiferente a nós, comunistas.

A vossa luta está igualmente próxima de nós, porque conhecemos bem a grande história e cultura da vossa nação. Pois já as nossas crianças nas escolas primárias se familiarizaram com as proezas dos navegadores portugueses, cujos descobrimentos pertencem aos acontecimentos mais importantes da História Moderna da Humanidade.

A nossa Pátria esteve e continua a estar bem informada da luta dos democratas revolucionários a qual culminou em insurreições e golpes revolucionários no fim do século 19 e começo do século 20.

Quando, há 60 anos, nasceu o Partido Comunista Português, os combatentes revolucionários na Checoslováquia acolheram-no como herdeiro legítimo e representante das lutas travadas pelo vosso povo em prol do progresso e da democracia. Os comunistas checoslovacos manifestaram durante décadas a sua solidariedade com a luta heróica dos comunistas e democratas portugueses, pela derrota do regime ditatorial de Salazar. Chegámos a saber com profundo pesar e mágoa, sobre as perdas dos melhores filhos e filhas do Partido que, na clandestinidade, em câmaras de tortura e em campos de morte, foram capazes dos maiores sacrifícios para a vitória do povo.

E também por isso, caros camaradas, no momento inesquecível daquele dia de Abril de 1974, quando souo a canção da resistência popular a vossa «Grândola», anunciando o começo da Revolução, estivemos em espírito convosco, alegrámo-nos muito quando a vossa Revolução

realizava mudanças importantes no campo do regime político, na indústria, nas finanças, quando começou a realizar-se a Reforma Agrária. Esteve então o vosso país no primeiro plano do interesse vivo de todo o povo checoslovaco.

Neste contexto gostaríamos de sublinhar que nós, os comunistas da Checoslováquia, juntamente com todo o povo do nosso país, avaliamos altamente a Revolução de Abril do Povo português. Vemos nela uma parte integrante do processo revolucionário mundial.

A vossa vitória em Abril sobre a ditadura fascista é considerada por nós como uma vitória das forças democráticas e progressistas no mundo, sobre o domínio imperialista, a exploração e a opressão. Ela representa uma contribuição nesta luta e é um impulso para o seu contínuo desenvolvimento.

Porém, sabemos bem que todos os dias desde a vitória sobre o fascismo estão cheios da luta de classes contra as forças da reacção interna e internacional que conspiram contra a Revolução de Abril, contra o Partido Comunista, querem privar o povo dos seus frutos e desencadearam uma luta de ódio e de terror físico.

Nesta situação a nossa maior admiração pertence ao vosso Partido Comunista que defende com tenacidade as conquistas da Revolução e cumpre com honra a missão de vanguarda.

Estamos em espírito convosco quando dirigem a classe operária para que ela defenda a grande obra da nacionalização das fábricas, bancos e companhias de seguros e se consolide o controlo operário.

Acompanhamos com emoção a luta decisiva dos camponeses, trabalhadores contra as tentativas reacçãoárias de devolver a terra aos latifundiários.

Acompanhamos com admiração os êxitos alcançados pelo vosso Partido na coesão das melhores forças dos intelectuais em redor do Comité Central. Na Checoslováquia, nós estamos igualmente reconhecidos pelas obras de Ferreira de Castro, Alves Redol, Fernando Namora e outros escritores progressistas que representam realisticamente a luta da classe operária e do proletariado rural, com as traduções dos quais

se familiariza o nosso partido.

Um elemento comum a todos profundamente a acção incansável de amplos sectores populares, de toda a população em defesa dos direitos democráticos do povo, em defesa da legalidade, em defesa de todas as conquistas alcançadas na nova Constituição.

Apreciamos como o vosso Partido, fiel à tradição da Revolução de Abril, se esforça por assegurar a coesão de todos os portugueses e alcançar o apoio das mais amplas camadas da população.

Aos méritos revolucionários do vosso Partido pertence o facto de ter contribuído para a implementação do direito à autodeterminação dos povos das antigas colónias, que fez sair o vosso país do isolamento internacional, e aumentou extraordinariamente a autoridade e a dignidade de Portugal na decisão dos problemas internacionais.

Tudo isto prova de maneira convincente que o vosso Partido, temperado na luta, está ligado na sua essência ao povo, é firmemente fiel às ideias do marxismo-leninismo e faz valer de maneira criadora esta doutrina, sendo fiel ao internacionalismo proletário.

Tudo isto mostra de forma evidente e apaixonada a importância da educação dos operários e agricultores, no desenvolvimento da instrução pública, cujas portas, inclusive as universidades, foram abertas igualmente a todos os trabalhadores talentosos. Elevamos a Ciência e a Arte. Isto prova que junto com o desenvolvimento material, impõem-se sucessivamente valores éticos do ideal comunista.

O desenvolvimento económico e cultural possibilitou significativamente aumentar o nível de vida dos trabalhadores que não conhecem o receio do desemprego e têm seguros sociais e de vida garantidos.

O socialismo criou condições políticas, económicas, sociais e culturais para a igualdade de direitos dos checos e eslovacos e das minorias nacionais, condições para o seu desenvolvimento e aproximação.

A democracia para o povo tomou-se no nosso país realidade, e os direitos e liberdades dos cidadãos são garantidos pelo sistema político e económico da

profundo desta luta e a sua realização na nova situação do homem trabalhador.

Dentro de algumas semanas vamos comemorar no nosso país o 35.º aniversário da sua libertação pelo glorioso Exército Soviético, do jugo fascista.

Isto será, ao mesmo tempo, uma revista dos resultados que significam para a Checoslováquia o governo do povo, o que significa a direcção científica da sociedade.

Permitam-me esclarecer-lhes apresentando-lhes alguns factos.

Na Checoslováquia socialista desenvolvemos de maneira importante as forças de produção.

A produção industrial aumentou, em comparação com o estado da antes da guerra, de 12 vezes, e é actualmente 4 vezes maior contando por habitante, do que a média mundial, enquanto que em 1938 era apenas 2 vezes maior.

Alterações revolucionárias foram realizadas na agricultura que passou da pequena produção à grande produção socialista. Isto possibilitou que a nossa agricultura com um quarto de trabalhadores, em comparação com o nível de antes da guerra, aumentasse a sua produção de duas vezes mais.

Conseguimos resultados convincentes no aumento da cultura, educação de operários e agricultores, no desenvolvimento da instrução pública, cujas portas, inclusive as universidades, foram abertas igualmente a todos os trabalhadores talentosos. Elevamos a Ciência e a Arte. Isto prova que junto com o desenvolvimento material, impõem-se sucessivamente valores éticos do ideal comunista.

O desenvolvimento económico e cultural possibilitou significativamente aumentar o nível de vida dos trabalhadores que não conhecem o receio do desemprego e têm seguros sociais e de vida garantidos.

O socialismo criou condições políticas, económicas, sociais e culturais para a igualdade de direitos dos checos e eslovacos e das minorias nacionais, condições para o seu desenvolvimento e aproximação.

sociedade.

E se perguntamos, caros amigos, porque podemos conseguir na Checoslováquia um desenvolvimento tão notável, podemos responder: é porque o socialismo desenvolveu extraordinariamente as forças criadoras dos operários, agricultores e intelectuais.

É porque o Partido Comunista da Checoslováquia cumpriu a sua missão de inspirador do desenvolvimento da sociedade, é porque seguiu a doutrina leninista sobre a edificação duma sociedade nova.

É porque o Partido, como vanguarda da classe operária, ganhou o entusiasmo para a reestruturação revolucionária amplos sectores de trabalhadores, criou a aliança dos operários e agricultores, a frente nacional dos

4.ª CONFERÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA

Os trabalhos da Conferência demonstram a unidade, firmeza e determinação dos trabalhadores da Reforma Agrária

A 4.ª Conferência da Reforma Agrária, realizada no passado fim-de-semana em Évora, debateu e aprovou conclusões relativas aos mais importantes aspectos da luta pela defesa e consolidação da mais bela conquista de Abril. Ao longo das cinco sessões de trabalho da Conferência, 85 oradores falaram da ofensiva contra a Reforma Agrária, da luta em defesa da Reforma Agrária, da produção, das realizações económicas, sociais e culturais, das questões de comercialização e preços, da política de créditos e CEE, da organização e gestão democráticas, das questões sindicais, da aliança entre os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores — os temas centrais em debate — e ainda analisaram algumas questões jurídicas sobre a ofensiva, o plano do Alqueva e a fonte de atraso e miséria que constitui o latifúndio.

Os trabalhos da 4.ª Conferência iniciaram-se na manhã de sábado com a eleição dos membros da mesa e a aprovação do regulamento. Coube a Heminia Parulas, operária agrícola da Cooperativa de Casabres, de Alcácer do Sal e membro da Comissão Organizadora, saudar todos os delegados e convidados presentes. Acentuou a determinado passo:

Estamos certos que esta Conferência irá dar uma importante contribuição para o alargamento e fortalecimento da unidade dos trabalhadores do campo e da cidade, dos jovens e das mulheres, dos intelectuais, das camadas médias e de todas as forças que estão com a conquista da revolução e contra a política fascizante e terrorista do executivo Sá Carneiro/Freitas do Amaral. Estamos certos que esta Conferência irá contribuir ainda mais para a determinação dos trabalhadores da Reforma Agrária em defender os seus postos de trabalho, os bens que produziram com o seu trabalho criador, assegurar o pão do nosso povo e aumentar a produção e a riqueza da nossa Pátria. Estamos certos da justeza da nossa luta patriótica. Estamos confiantes que, tal como Barreto e Portas, também Cardoso e Cunha e Goulão acabarão por ir para a rua, e com eles o Governo fora-da-lei PPD/CDS.

A ofensiva contra a Reforma Agrária...

Depois do operário agrícola António Joaquim Pinto, da UCP "Boa Esperança" do Lavre ter proferido a intervenção de abertura — na qual referiu que, desde a realização da última Conferência, a brutal ofensiva reacçãoária

contra a Reforma Agrária, é um dos traços mais característicos deste período — a Conferência analisou o primeiro tema em debate: a ofensiva contra a Reforma Agrária, através de um texto da Comissão Organizadora que, depois de algumas alterações, viria a ser aprovado por unanimidade e aclamação no final dos debates. Nesse documento e fazendo-se um balanço da ofensiva, acentua-se:

Há mais de 4 anos que se vive na Reforma Agrária uma ofensiva permanente. Foram já destruídas — até 31/12/79 — 51 UCP's / Cooperativas e retirados aos trabalhadores 245 000 hectares das melhores terras. Roubadas — só em 1978/1979 — cerca de 80 000 cabeças de gado, mais de 4 000 máquinas e destruídos 28 000 postos de trabalho. Calcula-se em 3 850 000 contos o valor monetário da ofensiva desencadeada desde a 3.ª Conferência da Reforma Agrária, o que corresponde a 41 por cento do PAB gerado nas UCP's/Cooperativas em 1978/79. Há a acrescentar a isto mais 700 mil contos resultantes de juros, o que totaliza uma dívida do Estado às UCP's/Cooperativas no valor de 4 milhões e 550 mil contos.

Entretanto até 31 de Março, o Governo PPD/CDS já roubou aos trabalhadores mais 52 mil hectares das melhores terras, destruindo ou inviabilizando mais 17 Cooperativas.

...encontra pela frente a luta firme em sua defesa

Há quatro anos que a Reforma Agrária é atacada. Muitos estavam convencidos de que meia dúzia de meses ou um ano bastariam para que ela fosse destruída. Quatro governos

tentaram destruí-la. Quatro governos caíram e a Reforma Agrária continua.

Este é um dos aspectos primeiramente referidos no tema relacionado com a luta em defesa da Reforma Agrária, que os delegados viriam também a aprovar por unanimidade e aclamação.

Esse documento analisa alguns

Quem eram os delegados?

Os trabalhos da 4.ª Conferência da Reforma Agrária são uma prova cabal da capacidade de organização dos trabalhadores da zona da Reforma Agrária e do sentido profundamente democrático com que se empenham nos mais diversos trabalhos que têm de realizar.

Nesta Conferência participaram 3 205 delegados, a esmagadora maioria dos quais eleitos directamente nas UCP's/Cooperativas, na proporção de 4 delegados até 25 trabalhadores e mais um delegado por cada mais 10 trabalhadores, até ao máximo de 30 delegados por cada UCP/Cooperativa.

Além dos membros da

prova a circular confidencial do COPCON de Agosto de 1975, Otelo tentou impedir a Reforma Agrária, indo ao ponto, nessa circular, de ameaçar com a prisão os trabalhadores que avançassem para a Reforma Agrária. Por outro lado, e mais recentemente, este militar na reserva, passando por cima e desprezando os

Comissão Organizadora da Conferência, participaram também como delegados as direcções dos Secretariados e Unões Distritais, 5 elementos de cada direcção dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas da Zona da Reforma Agrária, dois elementos de cada Secretariado ou União Concelhia, dois delegados sindicais do sector privado por cada concelho dos cinco distritos da Reforma Agrária, 6 elementos do Secretariado da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul, 2 elementos da CRA, dois elementos de cada cooperativa de comercialização da Zona da Reforma Agrária e os técnicos propostos pelos Secretariados e Unões Distritais.

trabalhadores, as suas organizações, a sua luta heróica, veio a Évora insultar as gentes da Reforma Agrária, afirmando que os trabalhadores não sabem defender as terras e incitando a acções aventureiristas e a bacos sem saída.

Contrariando esta provocação, o documento refere que, desde 1979 tiveram lugar 220 concentrações, desfiles de protestos, manifestações, greves e paralisações no Alentejo e Ribatejo, com a participação de mais de um milhão de pessoas das mais diversas profissões e quadrantes políticos e religiosos.

A voz da Reforma Agrária e da solidariedade

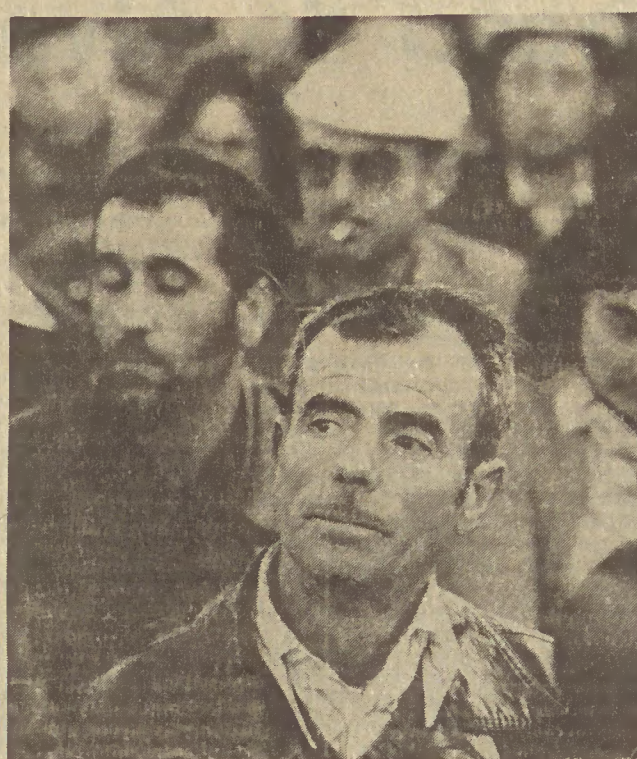
No decorrer da Conferência, como já afirmámos, intervieram 85

oradores, a maioria dos quais destacados mentiros das UCP's / Cooperativas dos cinco distritos da Reforma Agrária, técnicos ao serviço dos secretariados distritais.

O impressionante número de dados fornecidos tanto nos documentos finais aprovados por unanimidade e aclamação, como ao longo das numerosas intervenções constitui — além de um poderoso testemunho da vitalidade da mais bela conquista de Abril — um importantíssimo material de estudo, que procuraremos ir divulgando nas páginas do nosso jornal.

Entretanto, a tribuna da Conferência constituiu igualmente uma tribuna de solidariedade. Nela intervieram, por exemplo, Jerónimo de Sousa (em nome do Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa), Lino Lima (em nome do Grupo Parlamentar do PCP), Rita Magalhães (da CT da Coramé), José Olalo (da Cintura Industrial de Setúbal), Aníbal Fernandes (presidente da Câmara Municipal de Évora) Joaquim da Silva Júnior (do Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte) e tantos outros.

A voz da solidariedade internacional foi também ouvida pelos participantes na Conferência, através das intervenções de Claude Billant (secretário-geral da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura, Florestas e Plantações da FSM), Fernando Silveira (secretário do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Agro-Pecuaristas da República Popular de Angola), Gerard Laugier (secretário da Federação da Agricultura da CGT) e Tibor Bohdanovsky (vice-presidente do Conselho Central da União dos Camponeses Cooperativistas da Checoslováquia) — este último falando em nome das delegações da República Socialista da Checoslováquia, da República Popular da Bulgária, da República Popular da Hungria e da República Socialista de Cuba.



Uma resposta patriótica e revolucionária

A nossa resposta tem sido uma resposta patriótica e revolucionária.

Cortam-nos o crédito? Pois bem, aguentamos com salários mais baixos e investimos com o nosso dinheiro.

É preciso fazer o regadio, os alqueives, semear a tempo e horas, e o tempo é curto ou o dinheiro não chega porque o governo já nos roubou mais de 4 milhões e meio de contos? Pois bem, organizamos brigadas de trabalho voluntário, trabalhamos aos sábados e domingos e mais horas por dia, mas as searas de pão e esperança da Reforma Agrária serão semeadas e o povo terá pão e carne.

Há cooperativas vizinhas que não têm fundos, máquinas e alfaias suficientes porque o governo e os agrários as roubaram? Então juntamos 5, 10 ou 15 máquinas das outras UCP's/Cooperativas, e por vezes de pequenos e médios agricultores, e vamos lá ajudar.

Roubaram-nos 10 mil hectares de regadio? Pois bem, fizemos mais 20 mil.

Roubaram-nos 60 mil hectares de cultivo? Pois bem, desbravámos mais 200 mil hectares e aí estão fortes e belas este ano as searas novas nas terras desbravadas, onde antes eram coutadas e mataçais.

A GNR expulsa-nos do tomatal ou arrozal que é preciso regar para que não se perca? Pois bem, a GNR sai e a gente volta, uma e dez vezes, para que o que tanto custa a produzir não se estrague.

E todos os anos, para discutir estas questões e melhorar o nosso trabalho neste campo, realizamos 2 grandes encontros regionais: o das Culturas de Outono/Inverno e o das Culturas de Primavera.

(da intervenção de António Murteira, engenheiro técnico agrário, membro da Comissão Organizadora)

Intervenção de Álvaro Cunhal

Camaradas:

Acabamos de assistir à IV Conferência da Reforma Agrária e de ouvir neste comício a informação acerca das suas conclusões e resultados. Trata-se de uma realização de transcendente importância para a Reforma Agrária.

Mas trata-se também de um grande acontecimento na vida política nacional, uma contribuição de elevado valor para a defesa do regime democrático.

A IV Conferência mostrou que, sob o fogo da ofensiva criminosa do Governo reacçãoário, a Reforma Agrária está de pé e bem de pé, defrontando a situação e disposta a vencer.

Gostaria antes de mais e desde já de expressar o total apoio às conclusões da IV Conferência e às tarefas que esta coloca aos trabalhadores e a todos os democratas.

A Reforma Agrária exaltante e histórica conquista

A Reforma Agrária na zona do latifúndio correspondeu a uma verdadeira necessidade nacional.

Os latifúndios — o poder dos latifundiários — com terras abandonadas, agricultura primitiva de baixos rendimentos, desemprego crónico dos trabalhadores — constituíram um marco do atraso económico, social e político do nosso País e um obstáculo ao desenvolvimento económico, ao bem-estar dos trabalhadores, ao progresso social.

A Reforma Agrária no nosso País foi empreendida com mais de meio século de atraso. Há mais de meio século que a liquidação dos latifúndios e do poder dos latifundiários era, não apenas uma aspiração de justiça social, mas uma condição indispensável para o desenvolvimento da agricultura e, em geral, para o desenvolvimento económico de Portugal.

A Reforma Agrária, com a expropriação dos latifúndios e a entrega da terra a quem a trabalhava, não era (nem é) apenas do interesse dos trabalhadores. Era e é do interesse da agricultura e do seu desenvolvimento. Era e é do interesse da economia nacional. Era e é do interesse do povo e do interesse da pátria portuguesa.

Quando, com a Revolução, os trabalhadores se lançaram à ocupação das terras e, vencendo todas as dificuldades e obstáculos, as desbravaram e as cultivaram, lançaram-se à realização de uma obra eminentemente nacional e patriótica que é hoje motivo de orgulho, não apenas dos trabalhadores da Reforma Agrária, mas de todos os trabalhadores portugueses.

Com razão dizemos que a Reforma Agrária é «a mais bela conquista da Revolução».

A mais bela conquista, porque, como ficou sobejamente demonstrado na Conferência, pela primeira vez na História de Portugal, trabalhadores libertados da exploração tomaram conta da terra, organizaram e dirigiram a agricultura, promoveram a criação de gados (duplicando o número de cabeças) e, em pouco tempo, conseguiram a transformação completa das estruturas agrárias, a diversificação e o progresso da produção, a liquidação do desemprego e o melhoramento radical das condições de vida dos trabalhadores.

A mais bela conquista da Revolução, porque, como ficou sobejamente demonstrado na Conferência, dirigindo com autonomia as suas UCP's/Cooperativas e vencendo constantes ataques de sucessivos governos — os cortes de crédito, a falta de apoio técnico, os obstáculos ao escoamento dos produtos, os roubos de cortiça e, a partir do governo PS sozinho até hoje, as reservas e a ofensiva directa contra as UCP's/Cooperativas — os trabalhadores, à custa de um trabalho esforçado, de sacrifícios, duma luta incessante, compraram máquinas, construíram pequenas barragens, montaram oficinas, mais do que duplicaram a área de regadio, duplicaram a área de forragens semeadas, confirmando na vida que, se os agrários não podem viver sem os trabalhadores, os trabalhadores só começaram verdadeiramente a viver, quando se libertaram dos agrários.

A mais bela conquista da Revolução, porque, como ficou sobejamente demonstrado na Conferência, os trabalhadores, pondo o trabalho e a agricultura ao serviço do bem-estar do ser humano, levaram por diante a realização de obras sociais e culturais — montando creches, jardins de infância e centros de terceira idade —, criando finalmente o gosto e a alegria de trabalhar e de viver.

A mais bela conquista da Revolução, porque a Reforma Agrária demonstrou (tal como sucedeu também com o controlo operário) que os trabalhadores são inteiramente capazes de tomar nas suas

mãos a economia portuguesa e o futuro de Portugal, de que em Portugal o futuro da democracia é o socialismo.

As UCP's/Cooperativas — a organização apropriada

Na sua ofensiva contra a Reforma Agrária, o Governo Sá Carneiro e todas as forças reacçãoárias fazem grande campanha contra as UCP's/Cooperativas, dizendo que não são formas correctas de organização das novas explorações agrícolas resultantes da Reforma Agrária.

Só uma profunda ignorância ou refinada falsidade e demagogia de ministros, secretários de Estado e altos funcionários do MAP podem levar à afirmação de que a forma de organização das UCP's/Cooperativas «está errada» e de que a Reforma Agrária no Alentejo e Ribatejo poderia ter-se realizado construindo nos latifúndios pequenas explorações agrícolas familiares.

O Governo PPD/CDS, Governo da CAP e dos grandes agrários, faz grande demagogia falando dos pequenos agricultores. Procura atrair os pequenos agricultores contra os trabalhadores agrícolas, não porque queira de qualquer forma resolver os problemas dos pequenos agricultores, mas para se servir dos pequenos agricultores contra a Reforma Agrária.

É uma sua mentira a afirmação segundo a qual o Governo estaria tirando as terras às UCP's/Cooperativas, com o fim de as dar a pequenos agricultores e seareiros.

O que o Governo PPD/CDS está fazendo é apenas destruir as UCP's, para entregar as terras aos agrários, para restaurar os latifúndios e o poder e exploração dos latifundiários.

Se o Governo quisesse dar terra aos pequenos agricultores, então não teria mais do que fazer o que há muito reclamam os trabalhadores da Reforma Agrária e em que insistiu a IV Conferência: entregar aos pequenos agricultores terras dos 700 000 hectares expropriáveis que ainda se encontram nas mãos dos latifundiários.

Quanto à organização das UCP's/Cooperativas, as soluções encontradas são perfeitamente apropriadas às condições concretas.

As estruturas agrárias (como predomínio absoluto dos latifúndios e da monocultura extensiva), a composição social da população agrícola (com o predomínio absoluto do proletariado rural é mais de 85% e um pequeno reduzido de camponesinato rural), as características, hábitos e tradições do proletariado rural, tornariam um absurdo a divisão e partilha dos latifúndios em pequenas explorações.

As próprias condições levaram os trabalhadores à criação de grandes e médias unidades, com a actividade colectiva dos trabalhadores.

A experiência de 5 anos mostrou que a forma de organização económica criada pelos trabalhadores — as UCP's/Cooperativas — com a gestão democrática colectiva e um trabalho aturado para diversificar as culturas e aumentar o efectivo pecuário e a fixação de uma área apropriada é uma afirmação da iniciativa, da capacidade organizativa e do espírito criador dos trabalhadores da Reforma Agrária.

A Reforma Agrária da região do latifúndio, a Reforma Agrária portuguesa consagrada na Constituição da República, não é aquilo que tecnocratas separados da vida pensam que deveria ser, ou aquilo que dizem que deveria ser aqueles que querem destruí-la.

A Reforma Agrária consagrada na Constituição é aquela que foi empreendida, impulsionada e desenvolvida pelos heróicos trabalhadores alentejanos e ribatejanos.

É essa a Reforma Agrária que existe. É essa a Reforma Agrária consagrada na Constituição. É essa a Reforma Agrária por que lutamos. É essa a Reforma Agrária que vencerá.

A luta heróica do Povo

É com a firme certeza da razão da sua causa que os trabalhadores lutam em defesa da Reforma Agrária.

Essa luta é um testemunho da elevada consciência de classe, da firmeza, da combatividade, da valentia e heroísmo dos trabalhadores agrícolas alentejanos e ribatejanos.

A luta dos trabalhadores alentejanos tornou-se motivo de admiração de todos os trabalhadores e de todos os verdadeiros democratas portugueses, atravessou fronteiras e apareceu aos olhos do mundo como um exaltante exemplo da luta do Povo português na construção e na defesa do Portugal de Abril.

Nós aqui saudamos os trabalhadores alentejanos e ribatejanos, pelo seu combate sem tréguas na realização e na defesa da Reforma Agrária, pelas constantes e poderosas



concentrações, manifestações e paralisações, pela sua corajosa resistência à entrega ilegal de reservas, aos roubos de máquinas, gados, instalações e outros bens e aos actos de vandalismo do MAP apoiado pela GNR.

Nós aqui saudamos as mulheres alentejanas e ribatejanas, que estão sempre nas primeiras filas de combate; dão provas inultrapassáveis de coragem, combatividade e confiança; que continuam tendo, como sempre tiveram, uma importância capital no arranque, na defesa e no desenvolvimento da Reforma Agrária; que, pela sua luta, se tornaram um verdadeiro símbolo da mulher portuguesa do 25 de Abril.

Nós aqui saudamos a juventude, destacamento ardente da Reforma Agrária, à qual entrega a sua energia, o seu dinamismo e a sua confiança no futuro, e pela qual já mostramos nos factos estar pronta a dar a vida.

Nós aqui saudamos as organizações unitárias da Reforma Agrária (UCP's/Cooperativas e suas Unões e Secretariados) e as organizações sindicais e outras organizações de classe, pelo seu papel determinante em todo o processo da Reforma Agrária. Na luta em defesa da Reforma Agrária interveem todas as gerações.

Vemos lado a lado homens e mulheres de todas as idades, vemos velhos e vemos jovens e até as nossas crianças, vivendo no próprio campo de batalha dos combates sociais e políticos, vêm com seus pais, porque também elas têm já plena consciência do que representa a Reforma Agrária para o seu presente e para o seu futuro.

Quando se vêem participar na luta todas as gerações, quando é o povo inteiro que se levanta unido para a luta, podemos confiar: a vitória é certa.

Legalidade e ordem democráticas

O Governo PPD/CDS e todas as forças reacçãoárias acusam os trabalhadores alentejanos e ribatejanos de, na sua luta, não respeitarem a legalidade e a ordem democráticas.

Mas na verdade quem defende a legalidade democrática?

Defenderá a legalidade democrática um Governo que viola deliberadamente a Lei Fundamental do País — a Constituição? um Governo a cuja acção arbitrária já nem sequer chega a famigerada Lei Barreto? um Governo que, violando a Constituição, tem como único fim restaurar o mais rapidamente possível os latifúndios e o poder dos latifundiários e que de facto em muitos casos já o conseguiu? um Governo que não cumpre as mais elementares normas democráticas, que praticamente, em cada decisão que toma, viola as leis e a legalidade?

Não. Ao passo que o Governo se tomou pela sua acção um Governo «fora-da-lei», os trabalhadores colocam a sua luta no quadro rigoroso da Constituição da República, no quadro rigoroso da legalidade democrática.

Esta posição dá grande forças aos trabalhadores e para isso podem considerar-se como provocação certos apelos à luta armada que na situação presente vêm fazer ao Alentejo aqueles que não o fizeram quando tinham metade do potencial das Forças Armadas portuguesas sob o seu comando.

E no que respeita à ordem democrática, quem a defende?

Defenderá a ordem democrática o Governo PPD/CDS que lança contra trabalhadores desarmados a violência mais brutal da GNR, que protege e estimula grupos de agrários e mercenários armados, que faz espancar, morder por cães ferozes, espingardar, os trabalhadores, sem poupar mulheres, velhos e crianças?

Não. Com tal actuação, o Governo não só não defende como viola diariamente a ordem democrática.

Quem defende a ordem democrática são os trabalhadores, que dão mostras de extraordinária serenidade, que têm defendido até hoje, pacificamente as suas terras, as suas máquinas, os seus gados e que colocam como reclamação fundamental que o Governo os deixe trabalhar em paz.

A ofensiva do Governo PPD/CDS contra a Reforma Agrária é uma demonstração do seu absoluto desrespeito pela legalidade e pela ordem democráticas.

A ofensiva do Governo contra a Reforma Agrária é o fascismo à solta.

O Povo português está decidido a lutar para que o fascismo não passe. E o fascismo não passará!

Sérios fracassos do Governo

O Governo PPD/CDS procura alimentar a ideia de que não e ninguém poderá resistir à sua ofensiva para liquidar a Reforma Agrária e as outras conquistas da Revolução, ao seu plano de preparar uma mascarada eleitoral, de restaurar o poder económico e político dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários, de liquidar o regime democrático, de instaurar uma nova ditadura.

É indispensável que a violência da ofensiva reacçãoária contra a Reforma Agrária não abale a confiança dos trabalhadores e que é possível sustentar essa ofensiva, é possível derrotar a reacção, é possível atrair Sá Carneiro para a rua.

O Governo PPD/CDS canta vitória, mas a sua política está a sofrer sérios fracassos.

A Aliança Reacçãoária, na sua campanha eleitoral, anunciou que iria resolver os graves problemas da economia portuguesa. Mas, na verdade, adoptando uma política que tem como objectivo não a recuperação económica, mas a recuperação capitalista, adoptando uma política que contraria frontalmente a nova realidade portuguesa criada pelo 25 de Abril, o Governo não só não resolveu nenhum dos grandes problemas da economia portuguesa como os está a agravar a todos.

Assiste-se, não à reanimação da economia, mas à estagnação da produção nacional, ao aumento do ritmo da inflação, à subida dos défices da balança comercial e do Orçamento Geral do Estado, a um novo salto das dívidas do Estado e ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores e do Povo português em geral, criando situações de verdadeira miséria para os trabalhadores que auferem mais baixos salários, mais desempregados, aos reformados, aos deficientes.

A Aliança Reacçãoária pensava também que podia atingir e facilmente restaurar a dinâmica da exploração desenfreada no tempo do fascismo.

Mas a poderosa resistência da classe operária, (as grandiosas

4.ª CONFERÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA

Évora dizer Olhos da Reforma Agrária e no caminho do futuro

to países e 19 Comités de França estiveram em Évora. Vieram a Portugal para a Reforma Agrária; mas vieram solidariedade de milhões de

ataques à Reforma Agrária, as brutalidades, a repressão.

Outra das opiniões que recolhemos foi a de Peril Malinov, vice-responsável do Departamento de Agricultura do CC do Partido Comunista Búlgaro, que começou por nos afirmar: «A forma como a Conferência decorreu excedeu as nossas expectativas. Devo destacar, como uma das impressões mais fortes, a grande capacidade de organização, o carácter de massas desta iniciativa, a unidade espontânea e a grande determinação na defesa da causa da Reforma Agrária».

Proseguindo, o convidado da Bulgária acentuou ainda: As intervenções que ouvimos dão uma ideia exacta das características e objectivos da Reforma Agrária, particularmente toda a fundamentação económica, política e social. E a concluir, Peril Malinov sublinhou: Por esta Conferência, vê-se que as raízes da Reforma Agrária são tão profundas que nada nem nenhuma força conseguirá destruir esta conquista.

Por sua vez, Gérald Laugier, secretário da Federação da Agricultura da CGT de França sublinhou-nos: Estou muito impressionado com o nível de organização, com a juventude

dos trabalhadores agrícolas, com a combatividade demonstrada. A Reforma Agrária suscita-nos um sentimento de grande orgulho, suscita-nos um grande respeito, e suscita-nos a vontade de desenvolver a nossa solidariedade para que atinja os seus objectivos, para que possa dar aos trabalhadores portugueses um nível de vida e melhores condições de trabalho.

O representante da CGT disse-nos ainda: Os ataques da reacção ilustram que a Reforma Agrária é bem a chave do desenvolvimento económico de Portugal, um elemento determinante na emancipação do povo e na realização do objectivo que a Revolução do 25 de Abril traçou — a construção do socialismo.

Zoltan Papp, membro da Comissão de Controlo do Conselho Nacional das Cooperativas de Produção Agrícola da Hungria, disse-nos, por sua vez:

A realização desta Conferência tem uma importância muito grande, não só para Portugal, mas também internacionalmente. Trata-se de uma grande realização, aberta, franca, consequente, lógica, em que se vê a vontade e o querer das pessoas. As conclusões são baseadas na realidade, na verdade. É impressionante verificar que, mesmo debaixo da ofensiva, as cooperativas aumentam a sua produção, melhoram as condições de trabalho, realizam

investimentos, aumentam o efectivo pecuário.

E o representante húngaro concluiu: Trouxemos conosco a solidariedade para com os trabalhadores agrícolas portugueses, onde se verifica uma grande presença da juventude. E é por isso que, num futuro próximo, o seu objectivo será conseguido.

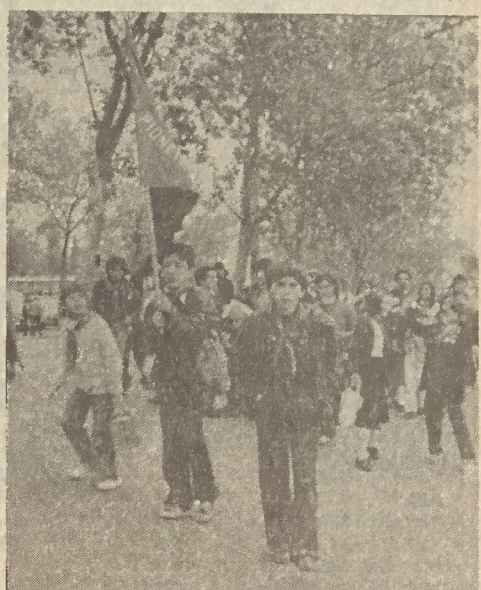
Finalmente, ouvimos a opinião de Abel Nonell, secretário do Sindicato da Agricultura de Cuba, que declarou: A IV Conferência tem uma extraordinária importância, tanto pelas intervenções como pelos seus documentos e conclusões. Estamos convencidos de que estas serão materializadas, cada dia mais florescendo o mês de Abril.

O exemplo que vem da Holanda

O Portugal Comité Wageningen e o Stenngoep Landhervorming Nijmegen são dois comités de solidariedade da Holanda para com a Reforma Agrária em Portugal que enviaram representantes seus à 4.ª Conferência da Reforma Agrária. Paul Hoebink, Jan Van Sant Brink e Wilbert Kruijsen informaram-nos de algumas das realizações de solidariedade que estão a ser preparadas nas cidades holandesas de Wageningen e Nijmegen onde, nomeadamente, nos dias 25 e 26 de Abril, se realizarão duas manifestações de apoio a esta conquista de Abril, a que estará presente uma

delegação portuguesa constituída por Lino de Carvalho e Albino Reis.

Além disso, os dois comités holandeses produziram um filme de meia-hora sobre a Reforma Agrária, que será projectado no próximo dia 19 de Abril na estação da TV holandesa Vara. Outras realizações de solidariedade que estão a ser estudadas por estes dois comités dizem respeito ao intercâmbio de técnicos agrícolas, à importação pela Holanda de produtos da Reforma Agrária e à planificação de jornadas de trabalho de holandeses nas cooperativas da Reforma Agrária.



Nas ruas de Évora semeou-se gigantesca seara de solidariedade

De todo o país — em automóvel, camioneta ou comboio — dezenas de milhares de pessoas convergiram para Évora no passado fim-de-semana. Partiram de Braga, Viana, Bragança, Viseu, Porto, Aveiro, Coimbra, Guarda, Castelo Branco, Lisboa, Faro e, até às ruas da cidade alentejana, transportaram a espiga da solidariedade para aqueles que, nos cinco distritos da zona da Reforma Agrária, lutam em defesa da mais bela conquista de Abril.

Encontraram-se no largo terreiro do Rossio de S. Brás ou debaixo

das velhas arcadas da cidade, trocaram aí o abraço da amizade e da fraternidade à mistura com as canções entoadas em várias vozes que nos falam do nosso presente de luta e do nosso futuro de esperança.

Depois, no grandioso comício, encontraram-se ombro com ombro na afirmação determinada de defender as conquistas de Abril. E voltaram a fazê-lo quando, depois, em filas compactas, desfilaram pelas ruas de Évora, fazendo ecoar pelas ruas da cidade a voz da confiança.

Évora foi, no passado fim-de-

-semana, um país: o país de Abril, habitado por homens, mulheres e jovens — operários agrícolas e industriais, camponeses, empregados, estudantes, intelectuais — obreiros das conquistas de Abril, trincheiras da sua defesa.

O calor da solidariedade, da firmeza e da determinação propagava-se de pessoa para pessoa, indiferente à chuva fria que nunca deixou de cair. Durante toda a manhã de domingo, desde muito cedo — e enquanto se desenrolavam os trabalhos finais da Conferência — a solidariedade

invadia a cidade. Por todo o lado se encontravam amigos de todas as regiões do país, dando àquela cidade de uma zona onde se luta um ar de festa; o ar de festa que os trabalhadores de Abril sabem tão bem pôr em todas as grandes jornadas que organizam.

E a jornada de luta do passado domingo foi, sem sombra de dúvida, das mais belas jornadas do Portugal de Abril. A seara de solidariedade semeada nas ruas de Évora vai ser colhida por todos nós, para alimentarmos o nosso empolgante futuro colectivo.

O que é isto senão roubo?

Foi afirmado na Conferência, demonstrado com números e factos: até 31 de Dezembro, os agrários já receberam mais área de regadio do que a que cultivavam antes da ocupação das terras e embolsaram cerca de meio milhão de contos com searas e despesas já efectuadas pelos trabalhadores em amanhos culturais.

Além disso, no que se refere ao efectivo pecuário, o gado roubado às UCP's/Cooperativas soma cerca de 80 000 cabeças, a que se liga igualmente o roubo das melhores terras com enorme influência na manutenção do efectivo. Se este duplo roubo não se tivesse processado, na zona da Reforma Agrária existiriam hoje, não as 150 000 cabeças que existem, mas sim 190 000, contra as 81 000 existentes no tempo dos agrários.

Só o governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral esbulhou pela força as UCP's/Cooperativas 575 máquinas e alfaias e 15 280 cabeças de gado, a que há que juntar 51 746 hectares de terra usurpados a 115 cooperativas.

Estes dados — e muitos mais haveria a acrescentar, e foram fornecidos no decorrer da 4.ª Conferência — comprovam bem o carácter ilegal e antinacional da ofensiva que a reacção tem vindo a desencadear contra a Reforma Agrária e constitui simultaneamente a mais cabal demonstração da justeza da luta dos heróicos trabalhadores agrícolas alentejanos e ribatejanos, e uma das razões da solidariedade que, de Norte a Sul do país e por além-fronteiras, se alarga.

Bombas da provocação

Em matéria de atentados bombistas, provocação rima com reacção. Foi o que aconteceu na madrugada de domingo para segunda-feira, quando dois engenhos explosivos detonaram em instalações do MAP em Évora.

A propósito desta provocação fascista, a Comissão Organizadora da Conferência divulgou um comunicado em que se afirma: A manobra é clara: mais de 100 mil pessoas vindas de todo o país, vieram a Évora trazer a sua calorosa solidariedade à Reforma Agrária e exigir o fim da ofensiva. Personalidades da vida política e científica nacional, diversas delegações estrangeiras, dezenas de personalidades de diversos países, dezenas de órgãos da Comunicação Social nacionais e estrangeiros, seguiram os

trabalhos e resultados da Conferência e puderam constatar os êxitos conseguidos pela Reforma Agrária e os resultados criminosos da ofensiva do Governo PPD/CDS. As forças responsáveis pelas bombas procuram, assim, que o povo em vez de falar na Conferência, fale em bombas.

Depois de acentuar que não constitui surpresa completa o rebentamento das bombas, horas depois de se ter realizado a 4.ª Conferência, o comunicado da Comissão Organizadora conclui: Tal como os blindados, os cães policiais e a repressão não têm feito recuar a luta e destruir a Reforma Agrária, também os autores do terrorismo bombista não o conseguiram.

Portugal de Abril em Évora

Foi o Portugal de Abril que esteve representado em Évora, numa bela manifestação de solidariedade para com a luta daqueles que, há quatro anos, resistem à criminosa ofensiva contra a mais bela conquista de Abril. Participaram nos trabalhos da Conferência 996 convidados em representação de 111 delegações sindicais (CGTP-IN, Unides, Federações e Sindicatos), 20 Comissões de Trabalhadores, 46 Câmaras, várias organizações do Movimento Camponês (entre elas, a CNA, o MAPRN e o MAPRU), representantes da Presidência da República, Conselho da Revolução, Procuradoria-Geral da República, grupos parlamentares do

PCP e do MDP/CDE, representantes do PCP, PS, MDP/CDE, JCP, MDM, CPPC, MURPI e representantes de organismos populares e associações culturais, recreativas, desportivas e de estudantes, além de numerosas personalidades e inúmeras comissões de apoio à Reforma Agrária, de todo o país.

No decorrer dos trabalhos da Conferência, foram recebidos pela Comissão Organizadora 181 telegramas, saudações e abaixo-assinados (estes contendo milhares de assinaturas), de apoio aos trabalhos que decorriam em Évora.

Todo este gigantesco

movimento de solidariedade consubstanciou-se na tarde de domingo no impressionante comício realizado no Rossio de S. Brás, com a participação de mais de 100 mil pessoas e durante o qual usaram da palavra membros da Comissão Organizadora da Conferência, e ainda, como convidados especiais, José Ernesto Cartaxo, membro do Secretariado da CGTP-Intersindical, e o camarada Álvaro Cunha, secretário-geral do PCP, cuja intervenção junto publicamos.

O comício teve a antecedência-lo em um espectáculo de Canto Livre promovido por numerosos artistas da Cooperativa Cantarabil.



greves, concentrações e manifestações) está obrigando em muitos casos o Governo a recuar. Congelou 40 convenções colectivas, mas foi obrigado pela poderosa luta dos trabalhadores a desbloquear e a publicar 38. Declarou várias «empresas em situação económica difícil», mas foi obrigado pela poderosa luta dos trabalhadores a recuar em vários casos, como os da ANA-EP, da RN e da Sorefame, cujos trabalhadores daqui saudamos por esse primeiro importante êxito da sua luta grandiosa.

A Aliança reacçãoária pensava também que podia rápida e facilmente liquidar as nacionalizações e restaurar os grupos monopolistas.

Inscreevou no seu programa de Governo a criação institucional de Bancos e Seguros privados. Decidiu abrir institucionalmente ao capital privado sectores nacionalizados. Chamou a si institucionalmente a competência para fazer leis sobre a matéria e uma nova lei, da delimitação dos sectores público e privado grosseiramente inconstitucional, que se seguisse por diante, poria em perigo imediato as nacionalizações.

Mas as instituições democráticas funcionaram. Os órgãos de soberania a quem cabe julgar da constitucionalidade das leis toberam a única atitude possível e o CR declarou essa lei inconstitucional.

Que significa esta decisão? Significa que de momento foi cortado o passo ao plano do Governo de criar a curto prazo bancos privados e companhias de seguros privadas, de pôr os sectores nacionalizados à mercê dos grandes capitalistas portugueses e do imperialismo estrangeiro, de começar já a restauração dos grupos monopolistas.

Trata-se de um sério fracasso da política da Aliança Reacçãoária e do seu Governo.

Trata-se de uma primeira grande vitória das instituições e da legalidade democrática sobre a política inconstitucional e subversiva do Governo reacçãoário.

A Reforma Agrária vencerá

E no que respeita à Reforma Agrária? É de todas as ofensivas do Governo a mais violenta e brutal. Com os roubos de terras, máquinas, gados, searas e outros bens, o Governo tem mordido e mordido a fundo na Reforma Agrária.

Mas a luta heroica dos trabalhadores da Reforma Agrária está mostrando que é cedo para agrários cantarem vitória.

A ofensiva dos agrários e da reacção para destruir a Reforma Agrária e a luta dos trabalhadores para defendê-la é uma grande guerra social e política que durará o seu tempo.

Se, apoiados pelo MAP e pela GNR, os agrários têm ganho algumas batalhas — levando terras, gados, máquinas, instalações e outros bens — a luta permite afirmar que acabará por perder a guerra.

Aos trabalhadores das UCPs/Cooperativas destruídas queremos aqui dizer:

Camaradas: apesar do momento difícil que viveis há que continuar a luta com firmeza e confiança, até que voltem (e voltarão) à actividade, com as suas terras, bens e direitos, as UCPs/Cooperativas agora destruídas.

Camaradas: Eles hoje avançam, amanhã os faremos recuar. Eles hoje tomam as terras, amanhã terão de novo de largá-las. São nulas por natureza as reservas ilegalmente arrancadas às UCPs/Cooperativas e ilegalmente entregues a agrários ou a apañiguados sem qualquer direito a reservas.

Trata-se de uma usurpação que tem de ser rectificada e que será rectificada.

Os agrários não têm qualquer direito àquilo que lhes foi ilegalmente e arbitrariamente entregue pelo MAP.

Temos afirmado e continuamos a afirmar que os trabalhadores têm direito aos seus postos de trabalho, têm direito às terras, aos gados, às máquinas, aos frutos pendentes. Que têm direito a cuidar o que semearam e plantaram e a colher os frutos pendentes em terras que lhes foram roubadas para reservas ilegais.

Não julgue a reacção que nos intimidações com a acusação de que iniciamos à desobediência civil é a insurreição pelo facto de defendermos os legítimos direitos dos trabalhadores e a Reforma Agrária contra a acção inconstitucional, ilegal, arbitrária, criminosa do Governo PPD/CDS.

A luta continua e continuará até que a ofensiva reacçãoária seja sustida, até que a legalidade democrática seja reposta, até que sejam reparadas injustiças e abusos, até que a Reforma Agrária prossiga o seu normal desenvolvimento.

Os objectivos e reclamações da IV Conferência constantes da Proclamação que há pouco ouvimos ler, são inteiramente justos.

Não os repito, para não me alongar e porque, tendo sido lidos há pouco, estão ainda frescos na nossa memória.

A realização desses objectivos é condição para que finalmente à legalidade, à violência, à brutalidade, à destruição, se suceda o trabalho produtivo e criador, a ordem e a tranquilidade públicas.

Quero desde já aqui afirmar que apoiamos inteiramente esses objectivos e que empenharemos os nossos esforços para que sejam alcançados.

O direito à terra

A Reforma Agrária comporta numerosos aspectos relativos à produção, à técnica, à organização, à comercialização, aos salários, às obras sociais.

Mas o problema central da Reforma Agrária é o problema da terra — o problema do direito à terra.

Diz a reacção que os latifundiários é que têm o direito à terra dos latifúndios.

Nós dizemos que os únicos que têm direito à terra dos latifúndios são os trabalhadores e os pequenos agricultores.

O direito à terra dos latifúndios ganharam-no os trabalhadores com o trabalho de gerações, de pais para filhos, desbravando, alqueivando, semeando, cultivando, vendendo o seu suor e sofrendo a sua miséria, enquanto os grandes proprietários sem nada fazer, sem nada produzir, arrancavam para si a riqueza produzida.

O direito à terra ganharam-no os trabalhadores com a sua luta, com o seu combate incessante contra a exploração, o desemprego e a miséria, com os seus sacrifícios, com as perseguições de que foram vítimas, com as torturas e condenações sofridas, com o sangue vertido à terra por aqueles que deram as suas vidas para que a terra um dia fosse de quem trabalha.

O direito à terra, finalmente, ganharam-no os trabalhadores com o 25 de Abril, com a Revolução, com as expropriações, com a organização das UCPs/Cooperativas, com a Reforma Agrária consagrada na Constituição da República como parte integrante e inalienável do regime democrático português.

A luta continua e continuará até à extinção total dos latifúndios, até que, de uma vez para sempre de pais para filhos e em usufruto perpétuo, a terra pertença a quem trabalha.

Bastarão 24 horas

A Reforma Agrária é uma obra de trabalho e paz. A Reforma Agrária foi empreendida e desenvolveu-se sem qualquer violência.

No processo da Reforma Agrária a violência partiu sempre dos agrários, dos governos, dos inimigos da Reforma Agrária. Para a ocupação, o desbravamento, o cultivo e a expropriação das terras dos latifúndios não foi necessário utilizar um único homem armado.

Mas, para arrancar ilegalmente as terras, os gados, as máquinas e outros bens às UCPs/Cooperativas, o Governo utiliza em cada operação fortes contingentes da GNR, com armas automáticas, por vezes com blindados, com milhares de cães ferozes, ordenando acções de violência, brutalidade e selvageria que não poupam nem mulheres, nem velhos, nem crianças.

Estes factos mostram bem que a Reforma Agrária tem pleno apoio dos trabalhadores e do povo em geral, e que a ofensiva contra a Reforma Agrária só tem o apoio de um escasso número de agrários e seus mercenários que, se não fosse o apoio brutal da GNR, não mexeriam nem com um dedo no que pertence legitimamente às UCPs/Cooperativas.

Os factos mostram que, mesmo com as ilegalidades mais escandalosas e a violência mais brutal, não é fácil o Governo fascizante PPD/CDS destruir a Reforma Agrária.

Delixem os trabalhadores trabalhar em paz e no que respeita à Reforma Agrária não será preciso um só homem armado no Alentejo e Ribatejo.

Por isso dizemos e insistimos: Para roubar aos trabalhadores 300 000 hectares de terra foi preciso a sucessivos governos utilizar ao longo de 4 anos poderosas forças repressivas e constantes e ininterruptos actos de violência e brutalidade.

Mas no dia em que seja declarada por um novo governo, a nulidade das decisões arbitrárias e ilegais do MAP (e esse dia chegará e lutaremos para que chegue o mais depressa possível) os trabalhadores não necessitarão de um único homem armado, nem necessitarão de mais de 24 horas para recuperar para as UCPs/Cooperativas todas as terras de que as UCPs/Cooperativas foram ilegalmente esbulhadas.



Podemos mesmo dizer, com um bocadinho de boa vontade, nem sequer 24 horas serão precisas.

Não dizemos estas palavras apenas para animar.

Trata-se de uma real perspectiva, perfeitamente legal e perfeitamente possível. Perfeitamente possível, camaradas.

A nossa tarefa na situação presente é lutar palmo a palmo, defender e consolidar posições, retardar o avanço do inimigo, contra-atacar sempre que possível e (no quadro das instituições e da legalidade democrática) preparar condições para recuperar as terras e outros bens entregues ilegalmente aos agrários, retomar a ofensiva e levar por diante a Reforma Agrária até à sua realização completa, até à vitória final.

Sá Carneiro para a rua!

Hoje mais que nunca, como noutros momentos da Revolução portuguesa, é justo gritarmos que a vitória é difícil, mas é nossa!

Para isso, no quadro das instituições e da legalidade democrática, é necessário continuar firmemente a resistir ao avanço da reacção, às suas tentativas para liquidar a Reforma Agrária, as nacionalizações e os direitos dos trabalhadores, às medidas inconstitucionais, ilegais e arbitrárias do Governo Sá Carneiro/Amaral.

É necessário lutar firmemente para que as próximas eleições para a Assembleia da República (que devem ter lugar em Setembro ou Outubro) se realizem em condições democráticas e para isso impedir que a lei eleitoral que a Aliança Reacçãoária quer fazer aprovar, reduza as eleições a uma mascarada digna do tempo do fascismo.

É finalmente necessário trabalhar desde já para derrotar a Aliança Reacçãoária nas próximas eleições, reduzindo-a de novo a uma minoria de deputados e aumentando em todo o País o número de deputados daqueles partidos que defendem consequentemente a Reforma Agrária como condição indispensável para uma alternativa democrática à política actual e ao Governo actual.

Há muita gente que iludida votou na AD, mas que não votará mais.

Se hoje se realizassem novas eleições, a Aliança Reacçãoária seria reduzida na Assembleia da República aquilo que realmente é: uma minoria que não tem qualquer legitimidade para governar Portugal de Abril.

É necessário começar a trabalhar desde já, camaradas, para aumentar o número de votos e de deputados que defendam consequentemente a Reforma Agrária.

Desse novo reforço nas próximas eleições dependerá a possibilidade de cortar definitivamente o passo à reacção e de formar finalmente um governo democrático que inscreva no seu programa a realização completa e definitiva da Reforma Agrária.

Nesta situação, o que significam certas candidaturas esqui-

distas e certa campanha esquerdista?

O que vêm fazer é tentar dividir os trabalhadores e facilitar no fim de contas a continuação de um governo reacçãoário.

Há que desmascarar e combater as actividades divionistas de gente que usa palavras aparentemente muito revolucionárias, mas que nada mais faz do que tentar dividir os trabalhadores e os democratas.

As próximas eleições para a Assembleia da República constituem uma grande batalha que temos absolutamente de vencer.

A derrota da AD porá de vez fim à maioria parlamentar e ao Governo reacçãoário PPD/CDS.

Mas, se lutarmos com firmeza e confiança, se reforçarmos a nossa unidade, o Governo PPD/CDS não chegará às eleições e antes disso Sá Carneiro irá para a rua!

A causa do povo inteiro

A IV Conferência da Reforma Agrária constituiu uma vigorosa demonstração da unidade dos trabalhadores na defesa e prosseguimento da mais bela conquista da Revolução.

O facto de milhares de delegados das UCPs/Cooperativas terem discutido ampla e profundamente os problemas unidos como um só homem na batalha em defesa da Reforma Agrária; o facto de se ter verificado uma firme unidade de pensamento e de acção; o facto de se ter verificado uma completa unanimidade na aprovação dos documentos e na definição das tarefas; — esses factos redobram a confiança em que «Unidos venceremos!».

A unidade é um factor essencial para a vitória.

E aqui fazemos um apelo para que os trabalhadores da Reforma Agrária mantenham sempre e reforcem dia-a-dia a sua unidade, para que não deixem medrar quaisquer ervas daninhas de divisão, para que, em todos os momentos e em todas as circunstâncias, se mantenham ombro a ombro, irmão ao lado de irmão, nas duras batalhas que temos por diante.

Aqui fazemos um apelo para que se reforce a aliança e unidade de acção dos trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores, uns e outros interessados na defesa da Reforma Agrária e em que não sejam restaurados os latifúndios e o poder despótico dos latifundiários.

Aqui fazemos um apelo para que se reforcem os laços de cooperação constante e de solidariedade activa entre os trabalhadores da cidade e do campo, cooperação e solidariedade que tiveram recentemente extraordinária expressão em grandiosas greves, concentrações e manifestações de Norte a Sul do País.

Aqui fazemos um apelo a todos os democratas e patriotas, designadamente aos membros e simpatizantes do PS, para a acção comum contra o Governo reacçãoário, para impedir que vão para diante os seus planos de liquidação das conquistas de Abril e do regime democrático, para que o mais rapidamente possível seja formado um governo democrático com uma política democrática.

A realização da IV Conferência da Reforma Agrária é uma valiosíssima contribuição à unidade na defesa do Portugal de Abril. Dezenas de milhar de pessoas aqui vieram a Évora expressar o seu activo apoio à Reforma Agrária.

Vieram muitas dezenas de milhar. Mas todos sabemos que, se tivessem vindos todos quantos desejariam aqui estar, não seriam dezenas de milhar, mas centenas de milhar que aqui estariam.

Todos temos consciência de que a Reforma Agrária não é apenas a causa dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos agricultores da zona da Reforma Agrária.

Todos temos consciência de que a Reforma Agrária é a causa de todos os trabalhadores, de todos os democratas, é a causa do povo inteiro, é a causa de Portugal que não quer regressar à opressão e tirania do passado fascista.

Todos temos consciência de que defender a Reforma Agrária é defender a liberdade, a democracia, a independência nacional.

Este grandioso comício, esta grandiosa e exaltante manifestação de unidade e solidariedade (a que se junta a presença solidária de representantes de outros países), dá aos trabalhadores da Reforma Agrária a certeza de um poderoso e efectivo apoio.

E dá a todos os participantes e a todos os trabalhadores e democratas portugueses, a todos nós, uma nova e entusiasmante confirmação de que a nossa causa é justa, de que estamos no bom caminho, de que a Reforma Agrária, causa do povo inteiro, triunfará, de que as nacionalizações, também causa do povo inteiro, triunfarão, de que os direitos dos trabalhadores serão defendidos, de que a reacção será derrotada. Sá Carneiro irá para a rua e, pela unidade, vontade e determinação dos seus filhos, pela unidade, vontade e determinação de todos nós, Portugal democrático e independente ultrapassará os obstáculos actuais e seguirá rumo ao socialismo.

Abril vencerá!

Abaixo a reacção!

Viva a Reforma Agrária!

Viva a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas e patriotas!

Viva Portugal de Abril!



Os Comunistas na Assembleia da República

Problemas regionais e locais em questão Debate revelador de carências

Na reunião da passada segunda-feira, especialmente reservada aos problemas de âmbito regional e local, os deputados comunistas tiveram oportunidade de, no escasso tempo de que dispuseram — apenas quarenta minutos no total de quatro horas que durou a reunião — trazer ao conhecimento da Assembleia e do país algumas questões concretas e denunciar situações de carência que dizem respeito às populações.

Numa dezena de intervenções, o grupo parlamentar do PCP abordou uma vasta problemática — das construções escolares ao saneamento básico, às ligações rodoviárias e ferroviárias, às carências no domínio da saúde e habitação, abrangendo muitos distritos do continente e a Região Autónoma dos Açores.

Ao mesmo tempo que destacavam o papel do poder local na resolução dos problemas concretos das populações e sublinhavam a capacidade de realização das autarquias, os deputados comunistas sublinharam que essa capacidade depende do respeito pela autonomia financeira dos municípios e designadamente do cumprimento integral da Lei das Finanças Locais. A este propósito referiram os prejuízos, cerca de 25 milhões de contos, que para as autarquias decorreriam da aprovação da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado, recentemente apresentada pelo Governo, pomenorizando as graves consequências para diversos municípios em concreto.

Das diversas intervenções publicamos excertos significativos dos problemas abordados, por região:

• Castelo Branco

(...) É preciso olhar é para o plano de regadio da Cova da Beira, para a indústria de lanifícios da área da Covilhã, para o parque industrial da Covilhã e para a zona industrial de Castelo Branco, para o pólo industrial da Guarda, para a campina de Idanha, para os pólos industriais de Alcanais e Cebolais, para o desenvolvimento e expansão da Portucel, para os projectos em curso nas Minas da Panasqueira, para a exploração da riqueza florestal, etc. (...)

As decisões — e as indecisões — em matéria de vias rodoviárias e ferroviárias repercutem fortemente no futuro da região.

As populações do distrito de Castelo Branco fazem um desafio concreto, exigem os meios fundamentais para o desenvolvimento regional, e entre eles, investimento, transporte e comunicações. E aos que têm de decidir mas estão indecisos, aos que temem acima de tudo ver vir a sua capelinha (que alimentam impedindo o desenvolvimento regional), o povo de Castelo Branco afirma: «Dêem-nos os meios!» E pergunta: «Vale o desafio?»

• Algarve

(...) Em 16 de Janeiro de 1979 foi aprovado por unanimidade em votação final global nesta Assembleia o Projecto de Lei que cria a Universidade do Algarve e que viria a ser a Lei 11/79, publicada no «Diário da República» de 28 de Março do mesmo ano.

(...) Desde a publicação da Lei 11/79 os governos têm, na prática, impedido a sua aplicação, negando à Comissão Instaladora os meios indispensáveis à realização do seu trabalho. O actual Governo da AD, há mais de 3 meses em funções, segue os passos dos seus antecessores. Que seja do conhecimento público, nada fez para resolver o assunto.

Fala-se muito na obrigatoriedade do cumprimento das leis, mas parece que não é de todas as leis, nem a obrigatoriedade, toca a todos, incluindo o Governo.

• Leiria

(...) O abandono a que estão votadas as populações do Norte do distrito de Leiria surge-nos a cada passo (...)

(...) Terão as populações dos concelhos do Norte, Pombal, Ansilão, Figueiró dos Vinhos, Alvalázere, Pedregal Grande e Castanheira de Pera a noção de quanto o governo AD lhes vai subtrair, se não foram obrigados a cumprir a Lei? Terão estas populações a noção de quantas obras essenciais ao seu progresso deixarão de fazer-se se este governo conseguir tirar-lhes uma importância que para os 6 concelhos soma 360 118 contos? E que globalmente o distrito de Leiria vai ser esbulhado de 1 022 974 contos! (...)

• Viseu

(...) O baixo preço de intervenção da Federação dos Vinicultores do Vinho do Dão, deixa muitos dos produtores nas mãos dos intermediários. Na verdade, sendo o preço de intervenção um preço indicativo, os intermediários servem-se dele para, aproveitando-se das dificuldades financeiras dos produtores, nomeadamente dos que não são sócios das Adegas Cooperativas, obterem o vinho a preços aviltantes. Daí a necessidade de um subsídio estatal que assegure às Adegas Cooperativas de Nelas, Mangualde, Viseu, Tondela, Penafiel do Castelo e Sátão, a compra do vinho do Dão a um preço compensador. E, este subsídio é tanto mais urgente quanto avançamos para o tempo quente, o que ainda mais obriga os pequenos produtores a terem que se entregar nas mãos dos intermediários (...)

• Braga

(...) A vida da grande maioria da população, em especial os trabalhadores por conta de outrem, e os pequenos e médios agricultores, continua a ser marcada por carências de toda a ordem. Braga é das cidades do País onde as rendas são mais caras. Apesar dos passos dados através do Fundo de Fomento da Habitação, as casas de renda social são manifestamente insuficientes. Subsiste nos concelhos grande número de zonas de habitações degradadas, que representam um permanente atentado aos mais elementares direitos da dignidade humana. Numa visita a um desses bairros, vi

quartos onde uma filha de 20 anos dormia separada por uma frágil cortina da cama dos pais, e no chão deitavam-se ainda uma série de imãos. Isto numa casa que todas as noites e por toda a parte se repete (...)

• Viana do Castelo

(...) A centenária ponte sobre o rio Lima, por onde se escoava o tráfego rodoviário e ferroviário do Alto Minho, há muito se vem revelando, pela sua faixa de rodagem estreita e os seus dois cotovelos à entrada e à saída, um factor perturbador de trânsito e da segurança das pessoas. O aumento do tráfego de veículos e de cargas pesadas agrava, dia a dia, o problema, com o risco de se tornar irremediável, após a conclusão das obras do porto. A Assembleia Municipal já deu o alerta, pondo mesmo em sérias dúvidas e legítimo receio a segurança da ponte.

É, pois, urgente a construção da nova ponte que corresponda ao desenvolvimento actual e previsível da região. Outro caso é o do Hospital Distrital de Viana do Castelo. Funciona num velho edifício em condições que forçam a declarar-me incapaz de as descrever. Aconselho apenas os senhores deputados a fazerem o que eu fiz: —visitem-no.

É inconcebível que seres humanos sejam tratados e se obriguem profissionais da saúde a trabalhar em tão deprimentes condições (...)

• Alentejo (Alqueva)

(...) Do Plano do Alqueva depende todo o Plano de Rega do Alentejo, através do qual se poderão valorizar pela rega 140 mil hectares de solos de boa aptidão para o regadio, de uma área potencial de 210 mil hectares; com ele se produzirão elevados e valiosos quantitativos de energia de qualidade, criando-se a potência garantida na ordem dos 770 MW; com ele se promoverá a regularização do abastecimento de água aos distritos de Beja e Évora, bem como às indústrias instaladas e a instalar no Alentejo e também no próprio Alqueva; será ele ainda que constituirá importante apoio ao desenvolvimento da indústria turística, ao incremento da pesca e da navegação interior e à regularização dos caudais de cheia.

O complexo de Sines continua a não dispensar o recurso ao Guadiana e a plena concretização do Plano de Rega do Algarve só será possível com a regularização daquele caudal, o que o Alqueva permitirá.

Porquê então boicotar o Alqueva? (...)

• Avelo

(...) O que neste momento se passa em Ilhavo testemunha que juntamente com a restauração das obscuras figuras do fascismo os partidos da AD não suportam a existência de ruas ou praças com nomes de proeminentes antifascistas e homens de cultura.

A eliminação de Mário Sacramento de uma avenida de Ilhavo, pondo em seu lugar o de um presidente da Câmara Municipal durante o fascismo, por decisão tomada sob proposta do CDS com o apoio do PSD releva de autêntica provocação política. Mário Sacramento não foi apenas o militante antifascista (...), não foi apenas o escritor, o crítico e o ensaísta (...), foi também o médico dedicado, o dr. Mário Emilio, como era conhecido, sempre disponível para assistir aos pobres (...). Nasceu em Ilhavo, gozando ali o respeito e admiração generalizados. O seu nome dado à principal avenida da vila foi um modo de homenagear a sua memória de ilhavoense ilustre (...)

• Açores

Três meses e meio passados sobre a data do sismo que atingiu as ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge na Região Autónoma dos Açores, o actual estado das obras de reconstrução e o futuro das populações causa sérias preocupações e continua a continuar a exigir a atenção e acção desta Assembleia.

A planificação da reconstrução exigiria, como já tivemos oportunidade de o salientar, o empenhamento por um lado dos diferentes órgãos de soberania e, por outro, das autoridades regionais. Em relação ao primeiro caso, os partidos da coligação governamental expressamente impediram a participação e o empenhamento activo e organizado da Assembleia da República no movimento de solidariedade e apoio às vítimas do sismo. O próprio processo de concessão de benefícios fiscais às populações da Região Autónoma sofre atrasos que não podem ser exclusivamente imputados à respectiva Assembleia Regional e o diploma carece de algarismos e precisões para as quais em sede própria contribuiremos (...)

• Lisboa (Amadora)

(...) É necessário que o Governo tome medidas no sentido de alterar a situação escandalosa de uma cidade em que não existe um tribunal, um notário, um hospital, em que o centro de saúde existente funciona em termos que não lhe permitem o mínimo de eficiência, em que a Conservatória dos Registos Prediais e Civil funciona em instalações miseráveis e não respondem às necessidades da população com a rapidez e eficácia necessárias.

Sem o cumprimento pelo poder central dos deveres legais que lhe incumbem não só não seria possível completar a instalação das novas autarquias como não seria possível a estas últimas meter ombros à rápida superação das graves carências de um concelho em que grande parte da população vive em barracas e clandestinismos, em que faltam escolas, jardins de infância, lares para a 3.ª idade, ruas, mercados, centros culturais, transportes, etc. (...)

Beatriz Nunes

Contra a direita, contra a batota eleitoral

Terminava a reunião plenária de terça-feira e já se ouvia lá fora as palavras de ordem dos manifestantes que os sindicatos da Função Pública tinham convocado a comparecer frente ao Palácio de S. Bento. Lutavam pelas suas reivindicações. No interior do hemiciclo travava-se também uma luta. A do conjunto da oposição contra as iniciativas legislativas do Governo de Sá Carneiro.

Nesse dia o Governo solicitara da Assembleia o processo de urgência para a apreciação de duas propostas: a primeira incidia sobre a alteração que o executivo pretende fazer à Lei 69/79, de 3 de Novembro passado — Lei do Recenseamento Eleitoral; a segunda dizia respeito à pretensão do Governo em obter uma autorização legislativa para celebrar, por intermédio do Ministro das Finanças e Plano, um acordo com os Estados Unidos da

América, relativo à venda de produtos agrícolas.

Se na segunda pretensão a oposição se absteve e, apenas com a oposição da UDP, deixou o Governo seguir a sua, na primeira, os partidos democráticos exprimiram a convicção de que a maioria reaccionária, através de uma proposta governamental, mostrava a sua pressa em dar forma legal a um documento que visa alterar o quadro da legalidade democrática e facilitar assim uma batota eleitoral.

A direita «ganhou», como é costume, apoiando-se na maioria parlamentar de que dispõe.

O Direito de Asilo e o Estatuto do Refugiado — um projecto apresentado pelo PS apreciado em conjunto com uma proposta apressada do Governo no mesmo sentido mas com espírito diferente —, merecia ainda a atenção do hemiciclo na terça-feira

passada, na reunião plenária que veio a terminar com a votação, por unanimidade, do Projecto socialista e numa votação diferente do projecto governamental: a direita apoiou, reforçada com os votos socialistas, registando-se a abstenção do MDP e os votos contrários dos comunistas e da UDP.

Das reuniões anteriores salienta-se a ratificação do Decreto-Lei 519/79 que aprova o quadro do Instituto da Família e Acção Social, que baixou à Comissão respectiva com propostas de alteração, tendo o PCP sublinhado que o ratificava sem que aquele documento lhe parecesse merecer alterações; procedeu-se à votação final global da ratificação do Decreto-Lei 470/79. A direita aprovou uma alteração modificando um artigo daquele diploma que transfere para o Conselho de Ministros o poder de proceder às dotações necessárias às comemorações do Dia de

Portugal, de Camões e das Comunidades.

O Decreto-Lei 464/79, que define as condições de legalização das vinhas plantadas até 30 de Abril sem a competente autorização baixou à Comissão de Agricultura e Pescas, na passada sexta-feira, com propostas de alteração diversas.

Noutro local referimo-nos ao debate de problemas de âmbito regional e local que ocupou os trabalhos do hemiciclo no passado dia 14. Nesse debate escasseou o tempo. Pais e problemas são vastos demais para as curtas horas que duraram as intervenções. E são importantes demais para a atenção que conseguiram da maior parte dos partidos. Registe-se que, em determinados momentos, contamos quase tantos deputados comunistas presentes quantos os deputados de todos os outros partidos juntos. Sem exagero.

Intervenções

Monopólios, CEE, indústria nacional

(...) A indústria têxtil tem vivido o maior dos problemas económicos ligados à têxtil com a reestruturação anárquica do sector, será intensificado o ritmo de encerramento de empresas e o desemprego de milhares de trabalhadores.

(...) Será que os problemas dos lanifícios da Covilhã já estão a ser considerados e resolvidos de acordo com os direitos e interesses dos empresários e trabalhadores da região?

E os acordos com a CEE e a EFTA têm em conta a necessidade de aumento da exportação da nossa têxtil? E que passos já deu o Governo no sentido de estabelecer acordos com outros países produtores de matérias-primas que garantam o escoamento de parte da produção portuguesa? E será que vai tomar medidas de defesa da indústria nacional em relação à importação de produtos têxteis similares aos nacionais?

A paridade e sectoria política externa do Governo não aponta nesse sentido. A política externa do Governo tem sido, em nossa opinião, extremamente nefasta em relação aos interesses de Portugal nomeadamente em relação aos novos países africanos, que através de sistemas de compensação baseados

em relações mutuamente vantajosas não poderiam contribuir para dinamizar a indústria têxtil algoeira.

O Partido Comunista Português tem reiterado várias vezes e a experiência já o confirma, que a política económica deste Governo dos monopolistas e agrários condena à ruína as pequenas e médias

empresas, aumenta o desemprego, aprofunda as desigualdades regionais, agrava as condições de vida das populações laboriosas e das camadas mais desfavorecidas da população.

O Grupo Parlamentar do PCP realinha que é necessário um Governo diferente, com uma política diferente

de vida e de trabalho do povo português. (...) Ilda Figueiredo 10/4/80



O estudante e o Governo AD

Saudar o 24 de Março hoje, é recordar o papel destacado do movimento estudantil na luta contra a ditadura fascista.

O Dia do Estudante durante muitos anos foi comemorado e, em torno dele verificaram-se expulsões, demissões e prisões de numerosos dirigentes associativos.

Mas se, ao votar uma saudação ao 24 de Março nos vem à memória o passado, essencial se torna ter bem presente os dias de hoje, passados que são cerca de 6 anos do 25 de Abril.

São numerosos os problemas sentidos pelos estudantes. Problemas que tendem progressivamente a agravar-se. Aquilo que dizíamos logo após as eleições, ou seja de que a maioria da AD nada alteraria antes pelo contrário agravaria, tem vindo a ser confirmado pela prática de três meses de Governo.

E são já bastantes os exemplos.

O acesso à Universidade é ainda hoje a nível do ensino um dos problemas mais graves que se verificam em Portugal.

Há anos que milhares de estudantes amarrados às grelhas do propedéutico vivem aguardando a sua vez de entrar para a Universidade.

Quem ouviu as promessas da "AD" pensou mesmo que a resolução deste problema era o ponto chave do seu programa.

Entretanto, poucos dias decorridos sobre a tomada de posse do Governo, o Ministro da Educação já decepcionou todos os que nele acreditaram.

Numa entrevista entre o Ministro e os estudantes do Propedéutico não colocados, foi-lhes dito que o Ministro não tentava preencher as vagas existentes, que o que está em causa não

é somente a revisão de programas. Tal pode ser necessário no sentido de adequar os programas de ensino às exigências do desenvolvimento científico, económico, e social do nosso país possibilitando uma melhor integração interdisciplinar e adaptação ao nível ético dos estudantes. Só que com esta decisão autoritária, já que ninguém foi ouvido nem achado, o Governo pretende apenas exercer o controle ideológico sobre os programas de ensino (...)

Mas não só neste campo o Governo revelou as suas intenções. Há bem pouco tempo decidiu suspender para rever, os programas dos ensinos preparatório e secundário. Contra esta medida já muitos professores e estudantes democratas se pronunciaram. Porque o que está em causa não

Rosa Brandão (11/4/80)



Dificientes em Congresso nos dias 19 e 20 na FIL

O 1.º Congresso Nacional de Dificientes, que se realiza na FIL nos próximos dias 19 e 20, terá como lema um verdadeiro símbolo das aspirações de quantos nele irão participar: "Pelo direito à vida, à reabilitação e ao trabalho".

Esta iniciativa, que surge por deliberação dos órgãos sociais da Associação Portuguesa de Dificientes e da Associação dos Dificientes das Forças Armadas, traduz não só o querer das duas Associações, como afirmam os seus representantes, como ainda dá seguimento à proposta aprovada em 1978 em Lisboa no decorrer do 1.º Encontro de Dificientes (organizado pela APD), onde se concluiu pela necessidade de se proceder a uma análise tão aprofundada quanto possível, e o mais amplamente participada, dos principais problemas dos deficientes.

Esses problemas têm o seu expoente máximo na marginalização a que essa grande camada da população, que pode caracterizar-se fundamentalmente por ser portadora de qualquer lesão física ou psíquica inibidora de uma vida dentro dos

padrões entendidos como normais", está sujeita.

Com efeito, como se salienta nas teses a debater no Congresso, "não obstante o reconhecimento oficial e social da realidade dos deficientes, continua a manifestar-se um elevado grau de marginalização em qualquer das grandes áreas em que se desenvolvem as actividades de qualquer cidadão — educação, trabalho, cultura, tempos livres, vida familiar, etc."

O "objectivo a atingir é começar por demonstrar aos próprios deficientes que apenas pela sua força e pela tomada de consciência de que não são diferentes os grandes problemas que os afectam (seja qual for a deficiência de que são portadores) face a uma sociedade cujos pressupostos de organização os não teve em consideração", é possível ultrapassar esta situação — faz-se

notar num dos documentos propostos ao debate.

Claro que o Congresso não virá trazer a solução imediata para os problemas dos deficientes. Mas certamente contribuirá para reforçar as organizações existentes, esclarecer a opinião pública da situação em que vivem, melhorar as condições de vida e a inserção social dos deficientes.

Alguns números

Os deficientes em Portugal situam-se entre as camadas sociais mais desfavorecidas, sem constituírem no entanto um grupo social de contornos bem definidos. O regime fascista soube sempre aproveitar-se desta realidade, não só impedindo a organização dos deficientes como escondendo a verdadeira dimensão do problema. Era-lhe mais cómodo e barato atribuir ridículas pensões de reforma e marginalizar os que deixavam de ser factor de lucro numa perspectiva capitalista.

Assim, chega-se ao absurdo de não existirem sequer dados oficiais

PELO DIREITO À VIDA À REABILITAÇÃO E AO TRABALHO



sobre o número de deficientes em Portugal.

Para além do conhecimento de que a guerra colonial provocou mais de vinte mil deficientes, conhecemos apenas dados das estatísticas da Organização Mundial de Saúde, segundo as quais são cerca de 1 milhão os deficientes a todos os níveis existentes em Portugal. Ainda segundo a mesma fonte, cerca de 500 mil são indivíduos com menos de 17 anos, dos quais apenas 2600 (cerca de 4,2%) são atendidos pelos serviços oficiais de ensino.

Embora se ignore o número exacto de deficientes em idade

escolar que são assistidos por serviços de ensino de carácter particular, calcula-se que mais de 50% dos deficientes não são abrangidos abrangida por qualquer sistema de ensino especializado, o que significa que mais de 250 mil pessoas ficam completamente marginalizadas, sem qualquer possibilidade de desenvolver aptidões que lhes permitam a inserção social e mesmo familiar.

A par destas questões, outras irão ser debatidas no Congresso, ao qual serão presentes, entre outras, a situação, causas e prevenção da deficiência; segurança social; educação especial; habitação, urbanismo e transportes; reabilitação profissional e trabalho; tempos livres e desporto; e movimento associativo e integração social.

Temas tão vastos que não se esgotarão num Congresso, mas de cujo debate certamente resultará a abertura de novos caminhos na procura de soluções para os problemas dos deficientes, pelo direito à vida, à reabilitação, ao trabalho.

Dia 25 de manhã, nas ruas de Lisboa Corrida da Liberdade, Corrida de Abril!

• Inscrições abertas na sede da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.

Uma vez mais, neste sexto aniversário de Abril, o atletismo voltará a encher de cor e amizade as ruas da «baixa» lisboeta, numa jornada vincadamente popular, aberta ao convívio e à divulgação do desporto, direito do Povo.

A iniciativa pertence à Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, ao Secretariado das Colectividades Populares de Cultura, Recreio e Desporto do Conselho de Lisboa e ainda a 18 colectividades da área da capital.

Segundo o regulamento, «a prova é aberta à participação individual e colectiva, podendo inscrever-se todas as organizações populares,

colectividades, escolas, comissões de moradores e trabalhadores, sindicatos e grupos desportivos de trabalhadores, bombeiros, etc.».

Os participantes serão divididos pelos seguintes escalões etários: Infantis — masculinos: atletas nascidos a partir de 1967; femininos: a partir de 68; Iniciados — masc. de 1965 a 68; fem.: de 1966 a 67; juvenis — masc. de 1963 a 1964; fem. de 1964 a 65; juniores e seniores — masc. até 1962; fem. até 1963; veteranos «A» — de 34 a 45 anos; veteranos «B» — de 46 em diante. Estes dois últimos escalões são só para atletas masculinos.

Ainda de acordo com

o regulamento, serão atribuídas medalhas aos 10 primeiros classificados de cada escalão e uma taça à equipa mais numerosa. Quanto às inscrições não há qualquer problema: são feitas em duplicado e separadas por escalões, devendo constar o nome completo, o ano de nascimento e ainda a colectividade ou equipa a que o atleta pertence (se for o caso). As inscrições que se efectuaram até à passada segunda-feira foram já distribuídas

números de competição (enviados pelo correio). Os outros interessados ainda estão a tempo. Basta que contactem pessoalmente ou pelo correio, até ao próximo dia 22, às 22 horas,

a sede da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, Rua da Palma, 256-A, em Lisboa.

Os amigos que, entretanto, estão já empenhados no treino ou os que mesmo sem treino vão às provas, não necessitam preocupar-se com as características dos percursos, uma vez que o piso é praticamente todo alcatroado. Vejamos: Infantis femininos e masculinos: Marquês de Pombal-Avenida-Restauradores; Iniciados fem.: R. Sampaio Pina-Parque Eduardo VII-Marquês Pombal-Avenida-Restauradores; Iniciados masc.: Rato-R. Castilho-Parque Eduardo VII-Marq. Pombal-Avenida-Res-

tauradores; Juvenis fem. e masc.: Pr. de Espanha-Av. António Augusto de Aguiar-Marq. Pombal-Avenida-Restauradores; Juniores e seniores femininos: Campo Pequeno-Saldanha-Av. Fontes P. de Melo-Marq. Pombal-Avenida-Restauradores; Juniores e seniores masculinos: Entre-Campos-Campo Pequeno-Saldanha-Av. Fontes P. de Melo-Marq. Pombal-Avenida-Restauradores. Os veteranos têm este mesmo percurso.

Logo pela manhã, no dia 25 de Abril, o desporto popular, a alegria, a cor e o entusiasmo do povo de Abril estarão na rua, uma vez mais, nas comemorações da alvorada libertadora.

Avante!

Tabela de assinaturas

50 Números

Continente e Ilhas
Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Brasil
Espanha
Europa (Excepto Espanha)
Outros países

	Via Normal	Via Aérea
	625\$00	780\$00
	1000\$00	1400\$00
	650\$00	790\$00
	1000\$00	1270\$00
	1000\$00	1750\$00

As edições Avante! acabam de lançar mais uma edição do

PROGRAMA e ESTATUTOS do PCP

As propostas e estrutura de um grande partido de massas

CD e distribuição

Uma semana de grandes lutas contra a ofensiva reaccionária

● Param hoje 5 grandes sectores de actividade

Esta é uma semana de grandes lutas. Centenas de milhares de trabalhadores, em acções de unidade, param e manifestam-se por todo o País. Os focos do divisionismo que ainda subsistem deixam cada vez mais sozinhos os seus promotores. A Função Pública paralisa hoje durante todo o dia a nível nacional. A Rodoviária inicia hoje também às zero horas uma paralisação de dois dias. Os metalúrgicos e os químicos fazem sua a mesma luta e anunciam para hoje um dia de paralisação. Os professores, depois das concentrações de anteontem, param também. O objectivo principal continua a ser a contratação colectiva. Mas outras razões se acrescentam, designadamente, a defesa dos postos de trabalho, o repúdio dos atentados aos direitos sindicais, a recusa dos despedimentos colectivos, a solidariedade na defesa comum contra um Governo que vira todas as armas contra as massas trabalhadoras e contra tudo o que de duradouro e valioso conseguiram conquistar.

● **Função Pública** — Na altura em que fechávamos esta página, as organizações sindicais e os órgãos representativos dos trabalhadores nos locais de trabalho continuavam a reunir-se para esclarecer e preparar a paralisação de hoje a nível nacional em toda a Função Pública, Previdência e Obras Sociais. Em documentos aprovados, é repudiada a atitude do Governo e manifesta-se a firme decisão de defender os legítimos interesses de uma grande massa de assalariados, incluindo os professores e várias categorias de quadros. Os Sindicatos subscritores da PRC, apresentando as razões da luta, lembram que o Governo "oferece" metade do aumento global proposto para a massa salarial. Ao mesmo tempo que ameaça com a limitação do direito à greve e com a recusa do direito à contratação colectiva, o Executivo reaccionário quer impor à Função Pública um aumento médio anual de 11 por cento, quando a inflação, em 1979, sem contar com os escandalosos aumentos de preços verificados já este ano, atingiu os 24 por cento.

É de assinalar, entretanto, que o vasto apoio à paralisação se estende aos Açores com plênios de adesão já efectuados nas Ilhas de São Miguel e Terceira.

● **Metalúrgicos** — Se o patronato mantiver a sua posição de intransigência, os trabalhadores da metalurgia e metalomecânica, param hoje por todo o País. A coberto de um Governo identificado totalmente com os interesses do grande patronato, as associações patronais romperam as negociações do CCTV e reorientaram a "conciliação" do Ministério do Trabalho para impor aumentos da ordem dos 13 por cento em tabelas salariais que os trabalhadores consideram "miseráveis e provocatórios". Mantém-se para hoje as razões da greve.

● **Professores** — Nos mesmos dias da Função Pública (15 — concentração em Lisboa, Porto e Coimbra e 17 — greve nacional) os professores, cujos sindicatos são subscritores da PRC (Proposta Reivindicativa Comum) da Função Pública, aderiram a essas jornadas de luta. Dos 110 mil professores actualmente no activo, 90 por cento estão no serviço público. Encontram-se, portanto, abrangidos pela contratação do sector que o Governo, com um argumento falacioso, pretende fazer depender da aprovação do Orçamento Geral do Estado. A contraproposta governamental, apresentada para as tabelas

salariais da PRC foi recusada, entretanto, pelos 33 sindicatos subscritores da proposta em negociação.

Em conferência de Imprensa, o presidente do Sindicato dos

Novo ataque nos Bancários

Os membros do conselho geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, eleitos pelas listas unitárias, consideram a demissão da CEC (comissão de contratação nomeada pelo Governo) uma "manobra limpa de atraso das negociações" do CCTV e acusam a direcção (UGT) do Sindicato de dar cobertura à acção governamental, numa atitude de conciliação e ajuda ao Executivo reaccionário que "experimenta manobras dilatorias, apascento do Grémio e dos governos de antigamente". Exigindo da direcção o cumprimento das deliberações do conselho geral (órgão central do Sindicato) os membros das listas unitárias lembram aos divisionistas que "o mandato para declarar greve, que a direcção recebeu do conselho geral, visava acelerar as negociações e nunca a sua paralisação". Por isso repudiam a tentativa de apresentar a demissão da CEC como uma vitória dos bancários que, contrariamente ao que afirmam os divisionistas, nada ganharam com essa demissão.

Professores da Grande Lisboa, além da contratação colectiva, referiu-se a outras reivindicações específicas do ensino, como seja o desemprego, que afecta 1700 professores do ensino primário, e o pagamento irregular dos salários aos que têm trabalho

que «a situação na Rodoviária Nacional não evoluiu no sentido reivindicado e exigido pelos trabalhadores face à atitude dos ministros dos Transportes e do Trabalho, que manifestaram uma nitida falta de vontade política para solucionar o conflito que

— questões a que o MEC não dá resposta. Referiu-se ainda à lei de bases, cujo debate público foi prometido pelo ministro. Para que esse debate «possa ser efectivo» — acrescentou — são necessárias condições adequadas, como o prazo em que decorrerá, «o respeito pelas opiniões que forem expressas, quem participa e a questão da representatividade. Deve haver um inventário de carências e de potencialidades — frisou — não podendo a lei de bases ser uma mera declaração de princípios».

● **Rodoviária Nacional** — No pré-aviso de greve, a iniciar às zero horas de hoje e que se prolongará por 48 horas, as 25 associações sindicais signatárias de todo o País, incluindo vários sindicatos de escritórios, afirmam

provocaram nesta grande empresa pública».

O Governo recusa-se a ouvir os trabalhadores. Não se digna sequer receber os seus representantes. Por isso não resta outra alternativa aos trabalhadores da RN que não seja «o caminho da luta e o seu consequente agravamento», sublinha a declaração de greve, reafirmando que «o Governo utilizou a mentira mais torpe para justificar a sua resolução de declarar a RN em "situação económica difícil", conforme foi claramente demonstrado com a divulgação do Relatório e Contas ao apresentar um saldo positivo de 16 mil contos».

A par da luta pela salvaguarda da empresa nacionalizada, os trabalhadores da RN, que já paralisaram pelo mesmo motivo e por 24 horas, em 4 e 25 de Março, voltam à greve, deste vez por 48 horas consecutivas, contra «a passividade, o desinteresse e o boicote do Governo» que no fim da semana passada ainda não tinha publicado no Boletim do Ministério do Trabalho a tabela salarial acordada em 15 de Janeiro findo.

Estamos a ser roubados

«Estamos a ser roubados», afirmam os trabalhadores da RN através de um comunicado da Federação dos Transportes. «Estamos a ser roubados» não só com o atraso na publicação da tabela. «Estamos também a sê-lo porque, por exemplo, as horas extraordinárias estão a ser pagas com base nos salários anteriores». Cada mês que passa, só nessas horas, os trabalhadores perdem quase 12 mil contos. «E como já vão 3 meses desde o acordo da tabela, já lá vão cerca de 36 mil contos. Esta situação merece — acrescenta a Federação — o nosso mais vivo repúdio e é uma razão forte, muito forte, para irmos para a luta, para uma



Anteontem à tarde, frente a S. Bento, a manifestação da FP foi um êxito fazendo prever uma adesão maciça à greve de hoje. «Estão reunidas todas as condições para continuar as formas de luta propostas aos trabalhadores», afirma a CNS da PRC (Proposta Reivindicativa Comum)

luta dura, pela publicação da tabela salarial e pela sua aplicação imediata».

● **Oportunismo e traição**

A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos acusa os promotores do divisionismo de «oportunismo e traição». Acerca do que pretendem as Federações de Escritórios (UGT) e as direcções dos Sindicatos Rodoviários de Leiria, Castelo Branco e Portalegre (UGT) ao afirmarem que «o Governo garante que não haverá despedimentos e suspensão do ACT», a Federação dos Transportes pergunta se os divisionistas possuem, pelo menos, algum documento comprovativo dessa asserção (e é evidente que não possuem) e se o Governo já revogou a sua decisão «económica difícil».

Os trabalhadores «querem factos concretos e claros. E a verdade é que a situação não se alterou», acentua a Federação lembrando que os divisionistas — «UGT» estão inclusivamente à espera que os outros lutem pela tabela salarial, enquanto se mantêm numa atitude de «oportunismo e traição» perante uma luta que é de todos e que só com unidade e firmeza pode ser levada a bom termo na defesa de

direitos que são de todos os trabalhadores incluindo os que estão sob a influência dos divisionistas.

● **Indústria química**

— Com a paralisação de 24 horas consecutivas, que terminou na manhã de quinta-feira passada, os trabalhadores da indústria química fizeram avançar, a nível nacional, a perspectiva de romper o boicote dos patrões reaccionários às negociações do CCTV. Empresas que se contam entre as principais do sector (CIFA, JC Andrade, Sundlete, Sociedade Industrial de Borracha, Valverde, Pereira & Brito e Tíno) registaram uma adesão total. Outras grandes empresas, como a SAPEC, Sociedade Portuguesa de Explosivos e Fispel, a adesão rondou os 90 por cento.

O contrato interessa a cerca de 45 mil trabalhadores distribuídos por mais de 900 empresas.

As razões mantêm-se para a greve de hoje.

● **Outras lutas se desenvolvem**, entretanto, em vários sectores e locais de trabalho, com forma de luta adoptadas recentemente, umas em curso e outras a realizar, como na Petrolgal (paralisações em 16, 17 e 18 do corrente), sector gráfico (adesão elevada em 10 do

corrente, apesar das manobras desmobilizadoras de alguns patrões), pescadores (paralisações com adesão praticamente total em Peniche e no Algarve. Novas lutas já anunciadas), panificação dos Açores, Bertrand-Amadora (movimentação em curso contra despedimento colectivo), idem na Plessey e na Standard/ITT (por parte de sindicatos e órgãos representativos dos trabalhadores nas empresas), Acta (Sines), Vinhos Croft (paralisação por tempo indeterminado), Bancários (continua a movimentação pró-greve a nível nacional), Informática do Estado (reestruturação de carreiras), Soares da Costa (União dos Sindicatos do Porto (USP) manifesta total solidariedade e apoio aos trabalhadores em luta e nomeadamente ao dirigente sindical Martins, do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, acusado pela entidade patronal, e submetido a julgamento, «só porque divulgou no jornal dos trabalhadores da empresa, «O Obrero», reais incorrecções da administração para com os trabalhadores») e ainda nos paramédicos do Norte e Centro, na Sociedade Abastecedora de Aeronaves e na Luso-Sulga (defesa dos postos de trabalho).

Na metalomecânica «Terra queimada» ao serviço do grande capital

● Recuo na Sorefame
● Manifestações de todo o sector

Se este Governo pretendesse realmente «apalpar o pulso» dos trabalhadores da Sorefame com a declaração da empresa em «situação económica difícil» aí tem o resultado: a pulsação é boa e a capacidade de luta ainda é melhor. O contrato de viabilização aceite pelos bancos líderes (Fomento e Fonseca & Burnay) ainda não é conhecido. No entanto, a sua aceitação, de acordo com a resolução do Conselho de Ministros, de que já se tinha conhecimento, mas que só foi publicada oficialmente na última quinta-feira, faz cessar a «situação económica difícil» na maior empresa de metalomecânica do País, após quatro horas de greve.

«Explicações» entretanto produzidas por um membro da administração da Sorefame pretendem dar a entender que a declaração da empresa naquela «situação» seria um toque de varinha mágica destinado a demover os bancos financiadores.

Mas isso não chega para demover ninguém. A situação está muito longe da clarificação necessária. Embora seja claro o recuo do Governo e da administração perante a firmeza dos trabalhadores da Sorefame, estes continuam a desconhecer os termos do «negócio» aceite pelos bancos e têm todas as razões para não desmobilizar em face de um tipo de contratos que não tem passado de tentativas de «viabilização» completamente falhadas e cujo preço seria

pago, em grande parte, por regalías e direitos que eles, trabalhadores, conquistaram duramente ao longo de muitos anos.

Mas não é só a Sorefame...

Mas não é só a Sorefame que é objecto dos maneios deste Governo. Na última segunda-feira de manhã, a Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do Sector da Metalomecânica Pesada (MMP) afirmava perante os jornalistas que a situação das empresas do sector «é em especial a das controladas pelo Estado» (Equimetral, Sorefame, Cometna e Mompro) se tem agravado constantemente

«com a política de direita seguida nos últimos anos», que subordina os interesses nacionais à recuperação do capital monopolista. E agora, frente a este Governo de ruptura com o 25 de Abril e com o futuro do regime democrático, ainda mais se agravou essa política que os trabalhadores caracterizam, nomeadamente, pela «redução da taxa de

nunca (ou apenas em parte) realizados, incidiram sobretudo no Plano Siderúrgico Nacional, no reequipamento da CP, na barragem do Alqueva e na EDP (Electricidade de Portugal).

O estrangulamento financeiro, marcado pelo desinteresse mais irresponsável perante o saneamento das empresas

seus postos de trabalho e os seus salários, defendem as nacionalizações e a economia nacional, exigem um governo democrático ao serviço do país.

A luta é inevitável. A campanha agora lançada com o mais que imprevisível empréstimo do Banco Mundial para a Cometna, apesar da anunciada viagem a Washington, não passa de mais um «estudo», que os trabalhadores desconhecem. O que sabem concretamente sobre a empresa é que só cerca de 60 por cento da sua capacidade está ocupada na divisão metalomecânica. E sabem ainda, segundo a Coordenadora, que «não se avançou com os investimentos há anos inevitáveis, antes parecendo que havia era interesse na degradação da empresa».

Na Equimetral ainda é pior. A Coordenadora afirma que «a situação económico-financeira é gravíssima. O futuro dos trabalhadores e da empresa encontra-se ameaçado perante a existência de manobras junto do Governo, com base num parecer técnico-comercial feito para a invariabilidade». Entretanto, a banca boicotava resoluções governamentais para concessão de aval e reforço de capital, sem que fosse exigidas responsabilidades a ninguém.

Mas os trabalhadores exigem-nas deste Governo antinacional, porque por isso passa a defesa dos seus postos de trabalho, a capacidade das suas famílias para enfrentar o custo de vida. E exigir responsabilidades é exigir, neste caso, o desaparecimento de um Governo que não é capaz de assumi-las.

É preciso pôr cobro à política de ruína da metalomecânica pesada, afirma a Coordenadora da MMP ao marcar as manifestações de ontem, em Lisboa e no Porto. É urgente e necessário — acrescenta — que se dê possibilidade ao sector «de trabalhar, racionalizando a distribuição das encomendas de modo a contemplar as capacidades das empresas, sem desfavor quer do sector privado quer do sector participado. Os trabalhadores na actual situação, saberão exigir, dentro do quadro das legalidades democráticas, as medidas necessárias à defesa de justos interesses, dos postos de trabalho, das nacionalizações».

Concentrações

Marcadas para o fim da tarde de ontem em Lisboa e no Porto, as concentrações dos metalúrgicos, convocadas pela Coordenadora das CTs da metalomecânica pesada para junto do MIT, têm por fim «denunciar e repudiar a política governamental» e exigir «uma rápida revitalização do sector», alertando ao mesmo tempo a opinião pública para o que se passa num ramo vital da nossa economia. A jornada, em colaboração com as organizações sindicais representativas, conta com a solidariedade activa de todos os metalúrgicos, incluindo os que trabalham no sector privado.

crescimento da nossa economia, com o consequente adiantamento dos investimentos no sector público e nacionalizado, que ocupariam todas as cargas produtivas do sector da MMP». Esses investimentos vitais,

participadas, sujeitas ao pagamento de taxas de juro elevadíssimas, a ausência de apoios de todo o género, designadamente nas exportações, o desinteresse pelas várias propostas dos trabalhadores para atacar esses e outros males evidentes inserem-se, como salienta a Coordenadora da MMP, «numa ofensiva global das forças ao serviço do capital monopolista contra todo o sector público e nacionalizado» e constitui «uma séria ameaça a todo o sector da metalomecânica pesada» que, a nível nacional, emprega cerca de 15 mil trabalhadores.

Resposta global e imediata

Os sucessivos governos de recuperação capitalista têm-se limitado a anunciar «estudos», que, se existem, nunca saíram das gavetas. Um sector indispensável à saúde económica do País depende há anos de balões de oxigénio deteriorado e que rapidamente se esgota. Os contratos de viabilização só servem para adiar soluções realmente viáveis para as empresas. Os trabalhadores da MMP, a quem não cabe qualquer responsabilidade pela situação em que se encontram essas empresas, para além das propostas que mantêm, dão uma resposta de luta imediata e global à ofensiva contra os



Siderurgia e CP comemoram nacionalizações

As estruturas representativas dos trabalhadores assinalaram com várias iniciativas e boa participação o 5.º aniversário das nacionalizações da Siderurgia Nacional e da CP. O dia 15 de Abril de 1975 foi lembrado e engrandecido nas duas grandes empresas, com espírito de luta necessária em defesa das nacionalizações e das outras conquistas revolucionárias dos trabalhadores, numa altura em que esses ataques são a prática quotidiana das forças reaccionárias precariamente instaladas no Governo do País.

No Seixal, as comemorações tiveram início na sexta-feira da semana passada

e prolongaram-se até anteontem com um programa variado de sessões culturais e desportivas, onde as crianças tiveram a sua parte. Houve ainda visitas à fábrica, um colóquio e um plenário de trabalhadores. Neste, participaram, como convidados, entre outros, Fernando Lopes Graça, João Cravinho, Herberto Goulart, Armando Mire, Dorcas, António Dias Lourenço, director do «Avante!», representantes das autarquias, do Movimento Sindical, do MDM e os membros do Conselho da Revolução Franco Charais, Pezarat Correia e Costa Neves.

Por iniciativa da Federação dos Sindicatos Ferroviários

decorriam, entretanto, no Entroncamento, as comemorações da nacionalização da CP. Provas desportivas, um almoço, que reuniu largas centenas de ferroviários, exibição de ranchos folclóricos e da Banda do Ateneu dos Ferroviários de Lisboa, que percorreu as principais ruas da vila, deram as notas de festa, convivio fraternal e entusiasmo às comemorações que se prolongaram, anteontem, por todo o dia, assinalando uma data que perdura na memória e na luta dos trabalhadores e os leva a exigir que as nacionalizações cumpram verdadeiramente o objectivo revolucionário, nacional e democrático que as fez nascer e durar.

Reformados protestam contra a política do governo

As janelas do Ministério dos Assuntos Sociais não se abriam às vozes dos reformados; o ministro «humaníssimo» do CDS não recebeu os reformados; o Governo faz mesmo de conta que nada sabe sobre os milhares de reformados, pensionistas e idosos que sobrevivem com pensões de miséria.

Mas as vozes dos reformados que no passado dia 10 gritaram o repúdio ao aumento do custo de vida e exigiram a demissão do governo ecoaram por todo o país, foram juntar-se às dos trabalhadores no activo — os reformados de amanhã — dando mais força à luta que continua.

Erasm de Setúbal e de Lisboa, tinham encontro marcado junto ao MAS para reafirmar o seu repúdio pela «política seguida pelo Governo» Sá Carneiro/ Freitas do Amaral, que decretou um brutal aumento de preço dos produtos de primeira necessidade e que em cada dia que passa agrava a miséria e o sofrimento dos milhares de portugueses que vivem, ou tentam sobreviver com pensões miseráveis».

Foram milhares os que responderam ao apelo do MURPI, e só não foram mais, como se disse junto às janelas fechadas do MAS, porque falta o dinheiro para os transportes... já que as pensões não chegam nem para comer.

Se ilusões tiveram com as promessas de «mudança» há muito já que as perderam. Re-

formados, pensionistas e idosos não podem estar mais desiludidos do que estão com o actual governo, pois como salienta o MURPI «tem sido o governo «AD» que mais vem falando em justiça social sem nada fazer para isso».

Mas desilusão não significa abrandamento da luta. Muito pelo contrário, como ficou claro na concentração convocada pelos secretários do MURPI dos distritos de Lisboa e Setúbal. Malgrado as dificuldades que diariamente têm de enfrentar para sobreviver, milhares de homens e mulheres exigiram junto ao Ministério dos Assuntos Sociais a satisfação do seu caderno reivindicativo: ● que o Estado garanta o mínimo de subsistência e que seja estabelecido o princípio de indexação das pensões ao nível dos salários, tendo em consideração o aumento do custo de vida; ● que a pensão mínima não seja inferior a 60% do salário mínimo nacional; ● assistência médica e medicamentosa gratuita para todos os reformados, pensionistas e idosos, de acordo com o estabelecido no

Decreto-Lei 513/1/79 publicado em 26 de Dezembro;

● desconto de 50% nos transportes colectivos de médio e longo curso, sem limitações de idade e quilometragem;

● fixação de uma política de habitação social em que as rendas de casa sejam estabelecidas de acordo com a capacidade económica do agregado familiar;

● que o Estado passe a subsidiar a Segurança Social, de acordo com o previsto no Artigo 63.º da Constituição, e que deixe de ser a «Segurança Social a subsidiar o Orçamento Geral do Estado».

Não é muito o que exige quem passou a vida a trabalhar. Apenas, como salientou Veríssimo Sim-Sim em nome da Distrital de Lisboa do MURPI, que «o Governo, em vez de «indemnizar» os senhores que pensam ser donos do país, olhe para a fome, para a miséria em que vive grande parte do povo, mais acenadamente os reformados, pensionistas e idosos, que vivem em barracas, passam grande miséria, andando com a barriga a dar horas».

Durante quinze dias o MURPI esperará uma resposta do Governo às suas reivindicações. Dela dependerá a luta a travar no futuro próximo, essa mesma luta em que se juntam reformados e trabalhadores no activo, unidos pela vontade de construir um futuro melhor.



Na primeira linha das lutas de massas

Unidas defenderão Abril I Congresso Nacional do MDM

De todo o país, elas vieram até Lisboa fazer o seu I Congresso. De fábricas, de escritórios, de escolas, da zona da Reforma Agrária, ou simples-

mente saindo de suas casas, elas vieram, trabalhadoras de diferentes posições políticas ou religiosas, igualmente combativas e determinadas,

firmes e unidas apenas por um facto suficiente e necessário para o êxito da sua luta: são mulheres, são democratas, são aderentes ou simpatizan-

tes do MDM. Ou são ainda simples curiosas, ainda indecisas entre a participação e a não participação; às quais o Congresso terá, sem dúvida, em muitos, muitos casos, tirado as dúvidas.

Tendo como objectivo fundamental firmar a sua profunda implantação a nível nacional, apontar as novas linhas de acção, eleger as novas estruturas de direcção, o I Congresso Nacional do MDM, realizado no passado fim-de-semana no Pavilhão dos Desportos, alcançou igualmente, o maior alargamento da sua influência, o aprofundamento da sua base unitária.

Com participação de 700 delegadas de todo o país e da emigração e a presença de milhares de convidadas, o Congresso contou também com a participação de delegações de organizações femininas de todo o Mundo, nomeadamente da Federação Democrática Internacional de Mulheres, União das Mulheres Francesas, União das Mulheres Italianas, Movimento Democrático das Mulheres Espanholas, Organização das Mulheres do Chile, Organização das Mulheres do Uruguai, Comités das Mulheres da Bulgária, Hungria, Checoslováquia e Cuba (o Governo de Sá Carneiro/Freitas do Amaral, de forma intencional, concedeu demasiadamente tarde o visto às representantes dos Comités de Mulheres Soviéticas e das Mulheres da RDA, provando assim mais uma vez a sua desastrosa e reacção política externa

frontalmente contrária ao desanuviamento e à paz entre os povos), as Organizações de Mulheres de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, da África do Sul e da Palestina.

Os trabalhos funcionaram em plenário e em quatro sessões: «O MDM na defesa dos direitos das mulheres»; «A mulher, a sociedade e a família»; «A mulher e o trabalho»; «Condições sociais para a realização da maternidade», todas elas com um nível de grande participação. Mas para além das muitas centenas de mulheres que fizeram ouvir a sua voz no Pavilhão dos Desportos, muitas outras, que não vieram, fizeram afinal este Congresso cuja preparação mobilizou mais de 5000 mulheres em mais de 150 sessões por todo o país.

Com duas saudações se abriu e se encerrou este I Congresso Nacional do MDM. A saudação de Maria Lamas — uma saudação escrita com mão trémula, numa letra já hesitante pelos anos que não deixaram vestígios na lucidez desta mulher de luta — e a fechar os trabalhos, a saudação do MDM às mulheres portuguesas lida por Luísa Amorim.

Duas saudações com uma mesma e única mensagem: a unidade das mulheres cuja luta foi fundamental para a revolução de Abril; a unidade das mulheres na defesa de Abril; a unidade na luta pela conquista dos seus direitos; a unidade na luta pela Justiça, pelo Progresso Social, pela Paz.

Vozes de mulheres

Três frentes de luta

«São fundamentalmente três as frentes de luta em que se empenham as mulheres democratas do nosso país:

— a Frente Cívica, englobando os direitos políticos e civis da mulher a nível geral, de que o MDM tem sido o movimento de vanguarda.

— a Frente do Trabalho assumida pelos Departamentos de Mulheres dos Sindicatos, Unões de Sindicatos e CGTP-IL.

— a Frente do Custo de Vida assumida por mulheres democratas que de baixo em baixo têm vindo a formar e a fortalecer as CUMs.

Qual destas frentes representa o principal papel na luta democrática das mulheres portuguesas contra o avanço das forças reacçãoárias que se verifica hoje no nosso país? Todas nós somos mulheres, esposas, mães, donas de casa, trabalhadoras e vítimas da alta do custo de vida. Todas nós temos três frentes de luta comum de que não abdicamos. Mas é necessário afirmar aqui e hoje: **Só fortaleceremos a nossa luta comum se estivermos realmente predispostas à unidade. Só seremos uma frente comum se soubermos sentir e levar à prática que a mulher trabalhadora não é diferente da mulher dona de casa, da mulher mãe, da mulher divorciada, da mulher mãe solteira ou da mulher reformada. Só seremos uma frente**

comum se soubermos compreender que os direitos cívicos e políticos, os direitos da mulher e o direito a uma melhoria de vida e bem estar não pertencem a três classes diferentes de mulheres mas sim a três tipos de situação que no dia a dia se sobrepõem a cada uma das mulheres que nós somos.

Maria José Rezende, do Executivo das CUMs de Lisboa e da Comissão Distrital de Lisboa do MDM.

Luta pelo direito ao trabalho

«Não é pelo facto da lei garantir às mulheres a igualdade no direito ao trabalho, emprego e remuneração, a igualdade de oportunidades no acesso a novas profissões, que estes direitos são respeitados. O patronato explorador estava habituado a encontrar nas mulheres uma reserva de mão de obra barata, desclassificada e desprotegida. Este estado de coisas convém ao patronato e a iniciativa para acabar com as situações de flagrantíssima injustiça que se verificam ainda hoje, seis anos após o 25 de Abril, terá de partir de nós, mulheres, de nós, trabalhadoras portuguesas, unidas e organizadas nos Sindicatos, nas Comissões de Moradores, em todas as frentes onde dia a dia se desenvolve a luta de massas. ... A luta das mulheres pelo direito ao

trabalho é parte integrante e importante da luta do nosso povo por um Governo democrático que assegure o prosseguimento da revolução até à construção da sociedade socialista.

Inácia Lopes, Departamento das Mulheres da CGTP-IL

Reforçar a unidade e a participação na luta

Se é certo que com o 25 de Abril algumas alterações se verificaram em Portugal a favor das mulheres — como por exemplo o estatuto de igualdade entre o homem e a mulher no campo profissional, no político e no social — é preciso dizer no entanto que as mulheres continuam a ocupar os postos mais baixos, com menor qualificação e que dentro da mesma profissão a subida do grau hierárquico lhes é dificultada, aliado às inexistentes condições de protecção social. Assistindo-se hoje a uma tentativa das forças reacçãoárias para impedir que os direitos da mulher em geral sejam respeitados e observados é pois urgente reforçar a unidade e participação na sua luta. Só verdadeiramente conscientes das causas da sua exploração, as mulheres poderão ser uma força activa na edificação de uma sociedade melhor.

Maria Isilda



O I Congresso do MDM constituiu um acontecimento de grande significado na luta que as mulheres portuguesas têm desenvolvido em defesa dos seus direitos e da Portugal de Abril, e também um passo decisivo no reforço da estruturação daquela importante organização unitária

Carta dos Direitos da Mulher — instrumento de luta e unidade guia para a mobilização e a acção

Guia para a mobilização e acção das mulheres democráticas, a Carta dos Direitos da Mulher que foi amplamente discutida nas diferentes secções de trabalho e sujeita a algumas alterações, traça as reivindicações básicas das mulheres relativamente ao domínio do «Trabalho», «Maternidade» e aos «Direitos da mulher na família e na sociedade».

• Direito ao Trabalho

Definido como mais do que a simples possibilidade de encontrar um emprego, também como «o direito a adquirir uma formação escolar e profissional sem discriminações, o direito a dispor de condições de trabalho e de vida que tornam efectivamente possível o exercício de uma actividade profissional e o direito a receber um salário sem discriminação e que permita uma vida condigna». O direito ao trabalho é igualmente encarado como «inseparável de uma verdadeira política de desenvolvimento económico, com vista à eliminação do desemprego e do subemprego, assegurando a criação de novos empregos e em número suficiente».

Nesta perspectiva vasta do que é efectivamente o direito ao trabalho, a Carta contém, entre outras, as seguintes reivindicações:

Abolição de todas as cláusulas e práticas discriminatórias em relação à mulher no trabalho, designadamente por efeito de casamento ou maternidade; revisão da lei dos despedimentos; revisão da lei dos contratos

a prazo; acesso a todos os postos de trabalho designadamente os de responsabilidade, sem qualquer discriminação pelo facto de ser mulher, de estar grávida, da idade ou estado civil; garantia para os trabalhadores de em caso de despedimento manterem todos os direitos, incluindo a remuneração até que a prova da justa causa seja produzida e como tal reconhecida em sentença do tribunal competente; garantia efectiva da aplicação do princípio consagrado na Constituição de «salário igual, para trabalho igual»; revalorização das remunerações das profissões de forte concentração feminina; aplicação efectiva do DL 392/79 de 20 de Setembro que visa eliminar as discriminações no trabalho; livre acesso à profissão da sua escolha e à promoção; formação profissional contínua, gratuita e isenta de qualquer forma de discriminação, que permita o acesso à promoção de acordo com as suas capacidades; criação de condições para a formação e aperfeiçoamento geral e profissional nos locais de trabalho e em centros especializados durante as horas de trabalho e sem perda da remuneração; cumprimento da legislação de trabalho no capítulo dos direitos especiais das mulheres, nomeadamente no período de gravidez e maternidade; obrigatoriedade de tempos de descanso em caso de trabalhos penosos e em cadeia; redução dos ritmos de trabalho; supressão da exigência de rendimento para as mulheres grávidas, sem perda ou diminuição dos seus direitos; reestruturação dos serviços de prevenção e garantia de recuperação

e reclassificação dos deficientes; interdição do trabalho nocturno para a mulher grávida; interdição de trabalhos perigosos, nomeadamente dos que afectam as funções biológicas; obrigatoriedade de instalações sanitárias adequadas nas empresas; melhoria das condições de higiene e segurança e do reforço da vigilância médica; alargamento da lista das doenças profissionais reconhecendo-se como tal as doenças nervosas e outras provocadas pelo ritmo e natureza do trabalho bem como pelos produtos utilizados.

• Maternidade: função social

Neste capítulo, as mulheres reivindicam:

— Criação do Serviço Nacional de Saúde; trabalho adequado à situação das trabalhadoras durante a gravidez sem redução de salário; tempos de pausa no trabalho para as grávidas; que a maternidade não seja, em nenhum caso, uma causa de discriminação ou penalização; generalização e actualização periódica do abono de família e do subsídio de aleitação a todas as crianças; garantia do pagamento do salário em caso de faltas dadas pela mulher trabalhadora para tratar os filhos ou qualquer membro do seu agregado familiar; extensão aos funcionários públicos da possibilidade de que é atribuída aos trabalhadores sujeitos ao regime do Contrato Individual de Trabalho de faltar para prestar assistência inadiável ao seu agregado familiar; A Carta refere ainda uma série

de reivindicações para que efectivamente o Estado promova «pelos meios necessários, a divulgação dos métodos de planeamento familiar e organize as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma paternidade consciente», tal como está consagrado na Constituição, criando de facto as condições para que os casais tenham, na prática, o direito de decidir em liberdade quando e quantos filhos desejam. Igualmente no capítulo da maternidade, o MDM reivindica «creches, jardins de infância, colónias de férias, campos desportivos, escolas primárias com horário a tempo inteiro, para ocupação dos tempos livres das crianças, incluindo as deficientes» e «protecção à mãe solteira e reconhecimento de todos os seus direitos sociais como mãe» «o combate a todos os preconceitos que a marginalizam».

• Direitos na Família e na Sociedade

Todas as reivindicações neste domínio assentam numa única e essencial premissa que subentende ainda uma longa e tenaz luta de todas as mulheres:

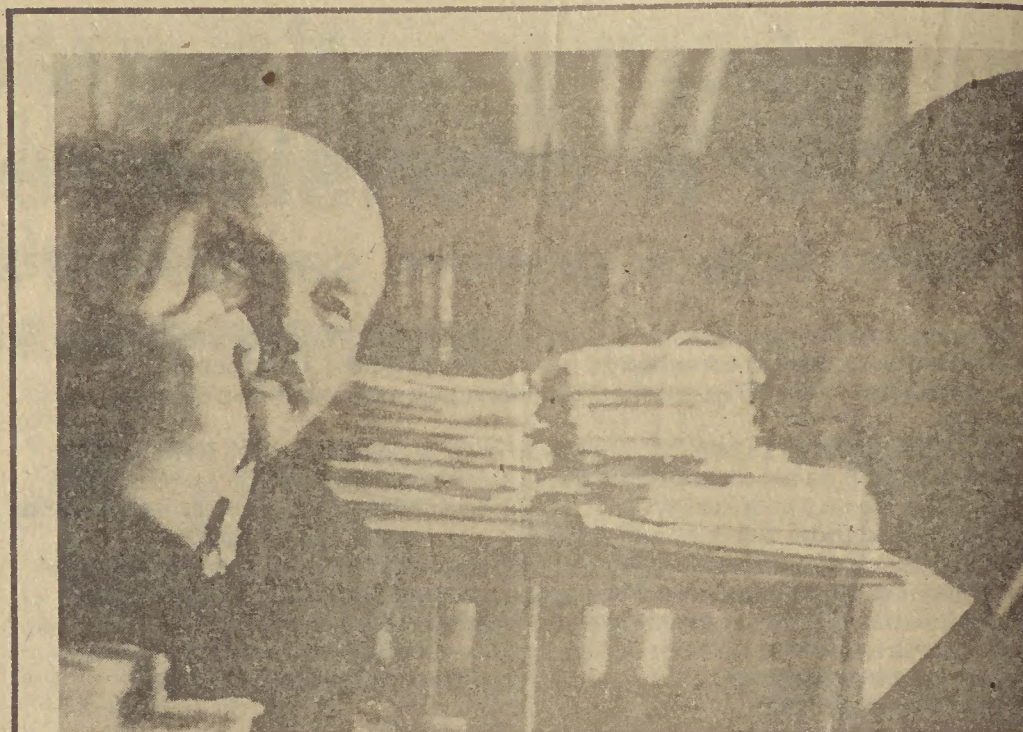
«A vida familiar deve basear-se na igualdade completa do homem e da mulher, nas suas comuns responsabilidades, na educação dos filhos e em tudo o que diz respeito à vida do casal e da família. Queremos uma vida digna sem discriminações e humilhações, uma vida aliviada da carga do trabalho doméstico, com acesso garantido à cultura e ao desporto, com condições de

vida — habitação, saúde e educação — capaz de garantir o desenvolvimento da nossa personalidade como mulheres e como cidadãs».

Para tal é fundamental a prática das alterações consagradas no novo Direito de Família e ainda o direito a intervir através dos Sindicatos, das Comissões de Trabalhadores e organizações de mulheres, na elaboração da legislação relativa da mulher.

Neste capítulo, o MDM reivindica também o direito à habitação: apoio ao desenvolvimento da habitação social, generalização dos esgotos de água canalizada e electricidade, facilidades aos casais jovens na concessão de empréstimos para aquisição de casa; e o direito à instrução e à cultura, aos tempos livres e às actividades desportivas: criação de infra-estruturas de apoio ao trabalho doméstico e à maternidade; combate ao analfabetismo que atinge particularmente as mulheres; generalização do sistema de co-educação; criação de uma rede de estabelecimentos de ensino que abranja todo o País; equipamentos desportivos e culturais nas empresas e bairros; centros de recuperação e educação permanente; remodelação do conteúdo dos programas de ensino visando combater todas as concepções discriminatórias e alienatórias da mulher; combate à pornografia; medidas de penalização e combate ao tráfico de mulheres e de exploração da prostituição.

A encerrar a Carta dos Direitos da Mulher, um conjunto de exigências que permitem a vivência da velhice em dignidade.



Lenine conversando com o escritor inglês Herbert Wells, no seu gabinete do Kremlin, em 1920

Lenine e a paz

Na actual Constituição da URSS está escrito: «A política externa da URSS orienta-se no sentido... de impedir as guerras de agressão, alcançar o desarmamento universal e total e realizar consequentemente o princípio da coexistência pacífica entre Estados com diferentes regimes sociais».

Esta posição decidida em defesa da paz, hoje inscrita na lei fundamental da União Soviética, tem os mesmos anos de história que o próprio país dos soviéticos. Inere-se na política defendida por Lenine — sobre cujo nascimento passam agora 110 anos — como inerente ao socialismo, a única possível num sistema social onde a meta é a satisfação das necessidades globais do homem. Uma meta que exige vitalmente, para se realizar, uma paz firme e duradoura.

A luta pela paz — também de amas da mão — surgiu para a União Soviética no próprio momento em que a Rússia bolchevique teve que conquistar o direito à vida, contra a reacção interna, contra a intervenção externa.

As propostas de paz do governo soviético, as forças contra-revolucionárias e o imperialismo responderam com uma longa guerra de agressão. Na Primavera de 1918, em Múrmanski e Arhangsk, no Norte da Rússia, desembarcaram tropas inglesas e norte-americanas. Em Abril de 1918, o Japão efectuou um desembarque em Vladivostok, e em Agosto chegaram a esta cidade as tropas dos EUA sob comando do general Graves. No Verão de 1918, as tropas britânicas tentaram apoderar-se de Baku, e os franceses entraram no Mar Negro

e desembarcaram em Odessa.

Entretanto, sucediam-se — a par da luta reñida do Exército Vermelho contra as tropas intervencionistas, que se saldou na grande vitória das forças armadas operárias — as propostas de paz por parte do governo soviético. Antes, durante e depois da intervenção.

Entre 1918 e 1920 o Governo soviético fez pelo menos 20 propostas de paz. No VII Congresso dos Soviéticos, celebrado em 5 de Dezembro de 1919, nas disposições relativas à política internacional, ficou claro que a Rússia Soviética desejava «viver em paz com todos os povos e dedicar todas as suas forças à construção interna para normalizar a produção, os transportes e a administração pública na base do regime soviético, o que até à data tem sido impedido pela ingerência da Entente e a fome originada pelo bloqueio».

A paz só foi possível por força das armas e da heroica determinação dos trabalhadores soviéticos na defesa da sua revolução.

Em 21 de Novembro de 1920, Lenine pôde afirmar: «Temos não só uma trégua, mas uma nova fase em que a nossa existência internacional foi conquistada no seio dos Estados capitalistas». Tinha começado o período da História Universal em que «os Estados socialistas e capitalistas existiram uns ao lado dos outros».

«Agora — afirmou Lenine no encerramento da X Conferência Nacional do PC(US) da Rússia, em 25 de Maio de 1921 — a nossa influência principal sobre a revolução mundial é exercida através da nossa política económica... Neste campo a luta foi transferida para a escala mundial. Se

resolvermos esta tarefa teremos ganho, à escala internacional, com toda a segurança e definitivamente. Por isso, os problemas da construção económica adquirirão para nós uma importância excepcional. Nesta frente devemos alcançar a vitória com um assenso e um avanço paulatino, gradual — não pode ser rápido —, mas tem que ser contínuo».

Em Novembro de 1920, perante a Conferência Provincial de Moscovo, Lenine tinha dito: «A melhor prova da vitória material e moral da República Soviética sobre os capitalistas de todo o mundo é que as potências que se uniram para nos fazer a guerra por causa da nossa luta, e do nosso regime, se viram obrigadas, contra a sua vontade, a entrar pelo caminho das relações comerciais, sabendo que com isso nos fortalecem».

Tinha-se passado a uma nova fase da batalha mundial entre o socialismo nascente e o capitalismo em decadência. Batalha orientada fundamentalmente no plano económico, mas em que não se poderia descurar — a prática depois veio dramaticamente confirmá-lo — a defesa armada da sociedade socialista. Como destacou Lenine em Dezembro de 1921, perante o IX Congresso dos Soviéticos de toda a Rússia, «tendo iniciado a nossa edificação pacífica, dedicáramos todas as nossas forças a prosseguir-la sem interrupção. Ao mesmo tempo, camaradas, estejam alertas, cuidai do poder defensivo do nosso país e do nosso Exército Vermelho como das meninas dos olhos e recordai que não temos o direito de admitir, nem por um instante, a menor debilidade na defesa dos nossos operários e camponeses e das suas conquistas».

Comemorações em Portugal do aniversário de Lenine

As comemorações em Portugal do 110.º aniversário do nascimento de Lenine tiveram na última segunda-feira à noite um momento particularmente significativo com a realização no Teatro Aberto, em Lisboa, de uma sessão pública em que participaram centenas de pessoas, enchendo por completo aquela sala de espectáculo da capital.

Presidia pelo escritor Manuel Ferreira, vice-presidente da Associação Portugal-URSS, entidade promotora das comemorações, a mesa da parte solene da sessão incluiu as presenças do embaixador da URSS no nosso país, Arnold Kalinine, dr. Avelãs Nunes, professor universitário e vice-presidente da «Portugal-URSS»; os deputados Lino Lima, Francisco Miguel e Luís Catarino; eng.ª Virgínia de Moura; o escritor José Gomes Ferreira; além de dirigentes das outras Associações de Amizade com países socialistas.

A parte solene foi preenchida pelas intervenções do dr. Avelãs Nunes e do embaixador da URSS. Subordinada ao tema «Lenine e a política soviética de paz», a comunicação do vice-presidente da «Portugal-URSS», calorosamente aplaudida no final, constituiu um documentado estudo sobre as etapas mais significativas da política leninista de paz desde a Revolução de Outubro até aos nossos dias. A dado passo da sua intervenção, que durou mais de

uma hora, o dr. Avelãs Nunes salientaria que «de acordo com os ensinamentos de Lenine, a fidelidade da URSS aos princípios da coexistência pacífica nunca significou nem significa 'conciliação' com os interesses do imperialismo». Nesse sentido, afirmaria ainda que «a coexistência pacífica representa um profundo desejo de paz, mas não significa paz a qualquer preço, nem pode confundir-se com uma «filosofia» justificadora de acordos sem princípios ou capitulação perante a opressão e a violência, do mesmo modo que não tem nada a ver com essa mistificação que alguns pretendam fazer passar como um acordo de partilha do Mundo entre o que chamam as duas «superpotências», na base de um qualquer pretenso 'equilíbrio estratégico' entre zonas de influência».

O outro orador da sessão foi o embaixador Kalinine, a quem os presentes dispensaram igualmente uma calorosa saudação. Depois de ter falado da figura de Lenine como dirigente revolucionário o embaixador («o mais lido em todo o Mundo»), o diplomata soviético referiu-se às relações internacionais afirmando a dado passo:

«O nosso país guiou-se e invariavelmente pelos princípios leninistas da coexistência pacífica e da cooperação, na base de igualdade de direitos, e seguirá firmemente os princípios das relações entre Estados

estabelecidos na Acta Final da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa». E acrescentou: «São esses princípios precisamente que abrem a toda a Humanidade a via real da edificação da sociedade do futuro, uma sociedade sem guerra, sem fome e sem miséria, uma sociedade de pessoas instruídas e desenvolvidas em todos os aspectos, uma sociedade de implantação da paz na Terra, uma sociedade por cuja construção V.I. Lenine lutou e dirigiu a luta do seu tempo».

Depois de referir que com o 25 de Abril, Portugal e a URSS estabeleceram relações de amizade, Arnold Kalinine declarou: «Pela nossa parte, e apesar das dificuldades surgidas em 1980, estamos convencidos, tal como antes, de que as relações entre a União Soviética e Portugal servem os interesses da paz».

Na segunda parte da sessão, a actriz Fernanda Lapa leu o poema de Maiakovski dedicado a Lenine e exibiram-se dois grupos de música popular (um de Almada e outro do Fundão), que entretanto já se encontram na URSS para participarem nos tradicionais «Dias de Portugal na União Soviética», jornada de amizade, intercâmbio e cooperação que se prolonga até ao dia 25 deste mês.

Foi ainda projectado no Teatro Aberto um documentário sobre a vida do fundador do primeiro Estado Socialista do Mundo.

Iniciativas em diversos pontos do país

Entretanto, prosseguem em vários pontos do país outras iniciativas comemorativas da efeméride. Assim, no Porto será projectado no Cine-Clube da cidade, no próximo dia 22, terça-feira, o filme «Coração de Mãe», estando ainda prevista uma intervenção por um dirigente da «Portugal-URSS».

Amanhã, realiza-se em Faro um colóquio, às 21 e 30, na «Assembleia Distrital», incluindo também uma sessão de cinema. Até ao próximo domingo, continua patente ao público na sala de exposições da Livraria CLD daquela cidade algarvia um interessante certame subordinado ao tema «Lenine e Leninogrado».

Também no domingo, decorrerá em Évora, na Sociedade Joaquim António de Aguiar, uma projecção cinematográfica com as «Páginas de uma grande vida». Refira-se ainda que está patente em Évora

uma exposição denominada «Lenine-fundador e guia do PCUS».

E do Alentejo, um «pulo» até à Marinha Grande, onde no último dia do mês (30) se exhibirá, em local a divulgar oportunamente, o filme «Páginas de uma grande vida», película que será apresentada amanhã em Queluz. Na Cooperativa «Prodim» daquela localidade, decorre até ao próximo sábado uma exposição subordinada ao tema «Aqui viveu e trabalhou Lenine».

No Cine-Clube do Barrêiro às 21 e 30, exhibe-se na terça-feira, dia 22, o filme «Lenine vivo». A mesma hora e no mesmo dia, realiza-se um colóquio em Alhandra e apresenta-se o filme «Contos sobre Lenine» em Almada, na sede da Associação. Aqui permanecerá até dia 24 uma

exposição que em breve irá também para as ruas da cidade.

Amanhã, em Alentejo, numa das salas da Câmara Municipal, inaugura-se uma exposição sobre «Lenine-guia da Revolução». No sábado, na Casa do Povo de Samora Correia, exhibe-se a partir das 20 e 30 o filme «Com Lenine no coração», obra que será apresentada no decorrer do colóquio a realizar no mesmo dia às 21 e 30, na sede da Associação na Molta, onde se inaugura também no sábado uma exposição sobre os «lugares históricos da vida de Lenine», patente até 2 de Maio.

Por último, no dia 26, a Sociedade Musical e Recreativa de Caracalvos será cenário para uma iniciativa que integra a mostra de cartazes sobre Lenine, colóquio e o filme «Lenine vivo».

Semana

9
Quarta-feira

1948 — É assassinado em Bogotá, na Colômbia, o líder popular Jorge Eliécer Gaitán; resulta deste acontecimento uma insurreição popular conhecida por «bogotazo».



A nave espacial «Soyuz-35», tripulada por dois cosmonautas soviéticos, é lançada para o espaço, prevenindo o programa de voo a junção da nave ao comboio orbital constituído pelas estações «Saliut-6» e «Progresso-8» ■ O rei Balduino da Bélgica aceita a demissão do primeiro-ministro Wilfried Martens, abrindo uma nova crise política causada pelo problema linguístico ■ Uma secretária que trabalhava na sede da NATO em Bruxelas, a belga I. Verrept, pede asilo político na RDA, justificando o seu pedido por problemas de consciência devido ao perigo para a Paz da política da NATO ■ Os estudantes muçulmanos que ocupam a embaixada dos EUA em Teerão repetem a sua ameaça de matar todos os reféns americanos se Washington tentar utilizar a força contra o Irão ■ O delegado da Organização de Libertação da Palestina (OLP) na ONU, Zehdi Terzi, avisa o Conselho de Segurança de que o povo palestino não aceitará qualquer autonomia que lhe seja imposta ■ Recae-se a luta na capital do Tchade, apesar da trégua assinada na véspera pelos exércitos rivais que disputam o poder ■ Os contra-revolucionários cubanos que se encontram na cerca da embaixada do Peru em Havana ameaçam entrar em «greve da fome» caso não consigam partir para o estrangeiro; o maior problema que estes «refugiados» enfrentam é não encontrarem países que os queiram receber.

10
Quinta-feira

1944 — O Exército Vermelho liberta Odessa.



A nave espacial soviética «Soyuz-35» realiza com êxito a operação de acoplamento com a estação orbital «Saliut-6» ■ O Irão envia uma força naval para patrulhar as águas setentrionais do Golfo Pérsico, enquanto se anuncia que os duelos de artilharia na fronteira terrestre deste país com o Iraque diminuíram em relação a ontem ■ A artilharia sionista bombardeia a cidade portuária de Salda, no segundo dia de operações militares no interior do Líbano, enquanto o Governo de Beirute pede a convocação urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas ■ Carlos Garaicoechea, dirigente do Partido Nacionalista Basco (PNB), é eleito, com a maioria de um voto, pelo novo parlamento autónomo do País Basco, chefe do primeiro governo basco desde a guerra civil ■ O representante do Conselho Mundial de Igrejas, Charles Harper, declara em Genebra que o tiroteio registado no funeral do arcebispo Oscar Romero teve início entre o Palácio Nacional e o Ministério da Defesa em São Salvador, sublinhando que todos os bispos presentes no funeral puderam verificar que não foram as organizações populares que provocaram o tiroteio, que custou a vida a 40 pessoas e feriu mais de 400.

11
Sexta-feira

1979 — Kampala, capital do Uganda, é tomada pelas forças da Frente Nacional de Libertação; o ditador Idi Amin Dada refugia-se na Líbia.

Tropas sionistas entrincheiradas no Líbano abrem fogo sobre cinco altos funcionários da ONU, que efectuavam uma patrulha num veículo blindado ao longo da fronteira sul ■ O Governo civil da Bolívia enfrenta uma crise militar devido à exigência da guarnição de La Paz da substituição do comandante do Exército, general Ruben R. Pratin, por um outro, Luiz Garcia Meza, que recusa os novos chefes militares do país quando o governo de Lidia Gueiler se encontrava no poder há apenas sete dias ■ O reverendo Cnaan Banana é eleito presidente da República do Zimbábue; o seu nome foi proposto por dez deputados, entre os quais figurava o primeiro-ministro Robert Mugabe ■ O povo iraniano manifesta-se em todo o país contra as tentativas dos EUA de estabelecerem um bloqueio económico e diplomático contra o Irão ■ O presidente da Libéria, William Tolbert, morre durante um golpe de Estado levado a cabo por elementos da Guarda Nacional e chefiado pelo primeiro-sargento do Exército, Matthew Doe ■ Em votação unânime, o Conselho de Segurança da ONU condena vigorosamente os racistas da África do Sul pelos seus ataques contra a Zâmbia.

12
Sábado

1861 — Rebeita a Guerra da Secessão nos Estados Unidos da América do Norte entre «nortistas» e «sulistas»; terminaria quatro anos depois com a vitória dos primeiros.



Dezenas de milhares de pessoas efectuam um comício a comemorar a libertação do antigo campo de morte nazi em Buchenwald, na RDA; delegações de ex-reclusos estrangeiros estiveram presentes ■ O novo governo da Libéria, designado por «Conselho de Redenção Popular», inclui dirigentes políticos libertados da cadeia e militares que participaram no golpe que ontem derrubou William Tolbert ■ Em carta dirigida a Kurt Waldheim o ministro dos NE, soviético, Andrei Gromyko, afirma que o objectivo principal da política soviética na próxima década será preservar a paz no mundo ■ A presidente Lidia Gueiler, da Bolívia, substitui o comandante do Exército, general Ruben Patino, pelo comandante da Academia Militar de La Paz, general Garcia Meza, entretanto a Central Operária Boliviana (COB) convoca uma reunião com organizações políticas, religiosas e dos direitos humanos para ser estudada a criação de Comissões de Defesa da Democracia.

13
Domingo

1943 — São descobertas as fossas de Katyn, que continham os cadáveres de mais de 4000 oficiais e sargentos polacos massacrados pelos invasores fascistas alemães.

Inicia-se a cimeira dos países que integram a «Frente de Firmeza» (Líbia, Síria, Argélia, Yemem Democrático e ainda a OLP) em Trípoli ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas reúne-se extraordinariamente para consultas sobre a situação no sul do Líbano, que foi qualificada «intolerável» ■ Cerca de três dos quatro mil «ocupantes» da embaixada do Peru em Havana regressam a suas casas após a distribuição de salvo-condutos pelo governo cubano, pois as condições de vida nos jardins da embaixada tornaram-se intoleráveis ■ O sargento Samuel Doe, actual presidente da República da Libéria, anuncia a composição do novo governo, de 15 membros, entre os quais os principais dirigentes da oposição ao anterior regime.

14
Segunda-feira

1979 — A parte sul da Jugoslávia é abalada por um sismo, provocando mais de milhe de mortos e enormes prejuízos materiais.

A Itália, o Japão e a Alemanha Federal anunciam a sua intenção de apoiar as sanções económicas contra o Irão propostas pelos EUA, como forma de pressão para a libertação dos reféns norte-americanos em Teerão ■ O governo dos EUA pede formalmente aos seus aliados europeus que aumentem os seus esforços de «defesa» no âmbito da NATO, para «facilitar» o envio norte-americano de forças militares para o oceano Índico e o Golfo Pérsico ■ O secretário-geral do PCI, Enrico Berlinguer parte para Pequim em visita à RP da China ■ O embaixador libanês na ONU pede ao Conselho de Segurança para que evite a transformação desta zona noutro local de instalação de colonatos israelitas ■ O conselho do presidente dos EUA para a Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski, ameaça o Irão com o uso da força armada caso não liberte os reféns ■ A imprensa indiana noticia que o homem que tentou ontem matar o primeiro-ministro Indira Gandhi agiu em nome de uma organização extremista hindu antigovernamental.

15
Terça-feira

1960 — Proclamada a independência do Congo (Brazzaville).

As autoridades nicaraguenses detêm e vão julgar, por actividades contra-revolucionárias, cerca de 30 elementos de uma organização esquerdista e provocatória que se apresenta com o nome de «Partido Comunista»; o partido marxista-leninista daquele país chama-se Partido Socialista da Nicarágua e está desde sempre integrado no processo revolucionário ■ Começa na Grã-Bretanha o maior exercício de sempre da NATO ■ Termina em Trípoli a cimeira da «Frente de Firmeza», que se opõe aos acordos de Camp David, onde se decidiu criar uma força militar conjunta que ficará estacionada na Síria.

Nasce hoje o Zimbabué o mais jovem Estado do Mundo!

À meia-noite de hoje, dia 17 de Abril de 1980, é proclamada a independência da última colónia britânica em África, a Rodésia-Zimbabué. Este acontecimento histórico, de enorme importância para a África, o mundo e a luta dos povos pela independência e a liberdade, constitui novo marco na trajectória da Humanidade na senda do progresso e da justiça.

A Rodésia do Sul foi conquistada por Cecil Rhodes em 1890, tornando-se uma colónia britânica. Desde o início que o racismo surgiu como o fundamento da política do Estado, tendo a propaganda oficial inculcado firmemente nos colonos a ideia de que os africanos eram cidadãos de segunda, destinados a viver à parte e a cumprir unicamente com o seu «trabalho» (o salário mensal máximo de um africano era inferior pelo menos trinta vezes ao de um branco).

Em 1960 os colonos brancos da Rodésia constituíram 5% da população e possuíam mais de 70% das terras cultiváveis, nomeadamente os campos de tabaco e chá. Em 1964 a Zâmbia e o Malawi — integrados com a Rodésia-Zimbabué numa federação colonial — tomam-se independentes. Entretanto, e durante quase uma década, o povo do Zimbabué tentou ver reconhecidos por via pacífica os seus direitos legítimos, nomeadamente a igualdade em relação à população branca. Foi perante a recusa sistemática das autoridades coloniais e racistas à participação da população negra na gestão do país e a sua obstinação em perpetuar a escravização da maioria esmagadora da população, que a ZAPU (União do Povo Africano do Zimbabué), respondendo a uma repressão cada vez mais violenta, foi forçada a pegar em armas para pôr termo a prepotência e à injustiça.

Todavia, na década de 70 não foram poucas as vezes que as organizações representativas do povo do Zimbabué se dispuseram a negociar com os colonizadores e representantes da minoria branca, a fim de encontrar uma solução para o problema. Nesse sentido foi criado, em 1971, o Conselho Nacional Africano (CNA). No entanto todas as propostas formuladas pelos colonizadores não mais visavam o que era inaceitável para um povo consciente dos seus direitos e determinado a conquistá-los.

A luta armada

Em 1965 a minoria branca da Rodésia (270 000 pessoas), dirigida por Ian Smith, proclama unilateralmente a «independência», face à intensificação da luta pela liberdade levada a cabo pelos patriotas africanos. A minoria racista assenhoreava-se assim do poder, tomando nas suas mãos (e para satisfação exclusiva dos seus interesses) o destino de seis milhões de pessoas. A Inglaterra declara o regime de Ian Smith ilegal e rebelde. A Organização de Unidade

Africana (OUA) decreta o boicote aos racistas e no ano seguinte o Conselho de Segurança das Nações Unidas pede a todos os seus membros que suspendam relações económicas com a Rodésia, embargo a que apenas não aderiram o regime fascista português e os racistas sul-africanos.

Nesta situação, a luta armada era a única resposta que restava ao povo do Zimbabué, e ela é desencadeada pela ZAPU (organização dirigida por Robert Mugabe desde 1981) em 13 de Julho de 1967, assim como pela ZANU, organizado por Joshua Nkomo em 1963. Estas duas organizações (que em 1976 viriam a integrar a Frente Patriótica, num acordo decisivo para a condução da luta para a independência) constituíram os dois grandes baluartes da guerra de libertação.

Os presidentes de cinco Estados constituídos em «Linha da Frente» — Tanzânia, Moçambique, Angola, Botswana e Zâmbia — e os representantes do Movimento de Libertação do Povo do Zimbabué condenaram energicamente tais propostas e recusaram a farsa. Nada daquilo tinha a ver com a transferência do poder para os representantes legítimos do povo do Zimbabué e tais propostas, a serem aceites, equivaleriam à legitimação da estrutura colonialista e racista do governo da minoria branca.

As manobras neocolonialistas

Em 1971 a Inglaterra e o regime dos racistas assinam um acordo que prevê o reconhecimento da «independência» rodésiana, a chamada «solução constitucional», e que não passava de uma estratégia negociada com Ian Smith com vistas a conservar o poder da minoria branca. Em 1974, na esperança de pôr cobro à luta dos nacionalistas africanos no norte do país, Ian Smith entra em conversações com Abel Muzorewa, então ainda presidente

do CNA, que rapidamente se revelaria como um agente clássico do neocolonialismo. A situação não se alterou.

Entretanto, a queda dos velhos bastiões coloniais de Portugal na zona — Angola e Moçambique — dá um novo impulso à luta do povo do Zimbabué. A consolidação do Movimento de Libertação do Povo do Zimbabué, a reconhecida irreversibilidade da situação e os desaires do colonialismo em África levam a Inglaterra, desta feita com o apoio dos EUA, a ensaiar uma nova tentativa para levar os patriotas a aceitarem o jugo neocolonial e racista. Foi a «farsa Muzorewa», que propagandeava a «transição» da Rodésia para o «governo da maioria negra» e que desembocou na «eleição» deste, como chefe de um governo onde os racistas brancos mantinham, intactos, o poder e os privilégios.

Os presidentes de cinco Estados constituídos em «Linha da Frente» — Tanzânia, Moçambique, Angola, Botswana e Zâmbia — e os representantes do Movimento de Libertação do Povo do Zimbabué condenaram energicamente tais propostas e recusaram a farsa. Nada daquilo tinha a ver com a transferência do poder para os representantes legítimos do povo do Zimbabué e tais propostas, a serem aceites, equivaleriam à legitimação da estrutura colonialista e racista do governo da minoria branca.

Nova fase da luta

É evidente que a «conciliação interna» cozinhada por Smith e Muzorewa, so a égide da Grã-Bretanha, dos EUA, não travou a luta dos patriotas pela liquidação total do regime racista. Tal acordo foi rejeitado pela Frente Patriótica (constituída em 1976, como já foi referido, e integrando a ZAPU e a ZANU), no que foi apoiada pelos países africanos que solicitaram, de imediato, a convocação do Conselho de Segurança, para ser examinada a situação na Rodésia.

O Conselho de Segurança

apresentou na altura uma resolução proposta por países africanos e países não alinhados condenando as tentativas e manobras do regime ilegal de Smith, declarando ilegal e inaceitável todo o regulamento interno do regime, recomendando a todos os Estados o seu não reconhecimento. Igual posição foi tomada pelos países da Linha da Frente.

A Frente Patriótica prossegue a luta armada. Face a isso e ao total descrédito e isolamento nacional e internacional em que caíra o «governo» do colaboracionista Muzorewa saído das «eleições» de Abril de 1979, o novo governo britânico de Margaret Thatcher propõe novas conversações e Lancaster House, Londres, no final do Verão do ano passado, com a participação de representantes da Frente Patriótica, de Smith e Muzorewa. As conversações terminaram nos princípios de Dezembro com a assinatura de um acordo, que definiu uma solução eleitoral na qual os ingleses e brancos rodensianos se rodearam de todas as vantagens e garantias que puderam, planeando ao mesmo tempo um mecanismo que facilitaria a divisão dos partidos negros.

Mas, de qualquer modo, as eleições que se realizaram na Rodésia no princípio deste ano foram definidas num mecanismo democrático liberal. Aberta a via das urnas, os negros optaram por quem demonstrara ter escolhido o caminho certo e defendia a independência do Zimbabué, extirpando definitivamente o colonialismo racista. E os resultados foram eloquentes: a ZANU-FP de Robert Mugabe obteve 62,9% dos votos e 57 lugares no Parlamento, o que somado com os 24,1% dos votos obtidos pela FP-ZAPU de Nkomo significava 87% dos votos expressos e a conquista de 77 lugares que ultrapassam, largamente, os dois terços do Parlamento.

Hoje, 17 de Abril de 1980, o Zimbabué torna-se independente, com um governo do povo e por ele eleito. Foi dura e longa a caminhada, mas a vitória da luta dos povos pela liberdade e o progresso, por longa e difícil que seja, é sempre certa. É a História que no-lo ensina e o Zimbabué, mais um exemplo.



Robert Mugabe, primeiro-ministro do Zimbabué

Há muito a fazer no jovem país, onde o atraso provocado pelo racismo deixou profundas marcas

Nova nave tripulada a caminho da «Saliut-6»

A União Soviética lançou no espaço, na tarde do passado dia 9, mais uma nave espacial «Soyuz», tripulada por dois cosmonautas.

A «Soyuz-35» é tripulada pelo tenente-coronel Leonid Popov, de 34 anos e pelo engenheiro Valery Ryumine, de 40 anos, que fez parte da tripulação da «Soyuz-34» na segunda mais longa expedição cósmica.

O programa da «Soyuz-35» prevê a junção desta nave com o comboio orbital formado pelas estações «Saliut-6» e «Progresso-8».

Esta é a oitava tripulação que é recebida a bordo da estação científica «Saliut-6», em órbita há 30 meses, e que se encontrava sem ninguém desde Agosto do ano passado, tendo recebido apenas duas naves automáticas.

Quando se celebra o Dia Mundial da Cosmonáutica — no dia 12 de Abril de 1961 era lançada no espaço a primeira nave tripulada, tomando Yuri Gagarine o primeiro desbravador do cosmos — cabe salientar o trabalho realizado pela «Saliut-6», que embora menos espectacular está a contribuir positivamente para a realização de viagens prolongadas pelo espaço.

Até ao momento aquele laboratório espacial percorreu mais de 600 milhões de quilómetros, tendo transmitido para a Terra informações científico-técnicas cujo volume total corresponde à quantidade de símbolos de imprensa contidos em cerca de 200 mil livros... A bordo da estação trabalharam já 14 cosmonautas, ao

longo dos últimos trinta meses.

Para além de quatro visitantes de países socialistas a «Saliut-6» recebeu três expedições principais, cujas tripulações saíram três vezes para o espaço aberto. Durante o mesmo período foram efectuadas sete acoplagens e duas reacoplagens, enquanto com a ajuda de oito naves de transporte «Progress» foram fornecidas ao laboratório cerca de sete toneladas de material diverso e realizados sete reabastecimentos da «Saliut-6» com combustível.

O trabalho realizado a bordo da «Saliut-6» pelas tripulações soviéticas e internacionais inclui centenas de experiências científicas, técnicas, médicas e biológicas, para além de se terem tirado dezenas de milhares de fotografias e realizado cerca de uma centena de experiências para a produção de novos materiais.

A importância deste trabalho científico torna-se mais clara quando se verifica, por exemplo, que com base nas fotografias tiradas do espaço foi iniciado o estudo e prospecção de toda a Sibéria Ocidental e foram identificadas e localizadas as jazidas de minério nas zonas de difícil acesso da Sibéria, Extremo Oriente, Iakútia e Cascaquistão.

Os cosmonautas que já puderam observar praticamente todas as zonas e faixas climáticas do nosso planeta, tendo sido feitas observações em todas as estações do ano, pelo que a informação cósmica se tornou extremamente importante para a resolução de muitos problemas da agricultura. Este trabalho mostrou-se igualmente importante na identificação a tempo de áreas contaminadas com diferentes doenças ou, por exemplo, de áreas

obstruídas que sofreram a acção de tempestades de areia.

A aplicação dos conhecimentos colhidos no espaço ao avanço da ciência e da técnica atingiu já um nível tão elevado que poucos serão os sectores que não beneficiam directa ou indirectamente com essa maravilhosa experiência que é a conquista do espaço. No entanto, do voo de Gagarine iniciado em Abril de 1961 aos 175 dias no espaço dos cosmonautas Vladimir Liakhov e Valery Ryumine, foi preciso percorrer um longo caminho.

Longo e difícil foi o caminho percorrido desde 1926, quando Konstantin Tsiolkovski afirmava que «podemos conquistar o sistema solar de uma maneira muito simples. Começamos pela coisa mais fácil, que consiste em instalar uma colónia espacial na proximidade da Terra a bordo de um satélite. A instalação na proximidade da Terra desta primeira colónia, que necessita de assistência «terrânea» permanente, pressupõe uma intensa corrente de intercâmbios com o planeta. Assim, a colónia receberá permanentemente as máquinas, os materiais, as diversas obras, os produtos alimentares e os homens».

Foi preciso resolver problemas científicos e técnicos bastante complexos para se chegar à «coisa mais fácil», a construção da estação «Saliut-6» e do complexo orbital, que recebeu agora sem problemas a sua nova tripulação.



O comandante da «Soyuz-35», tenente-coronel L. Popov, e o engenheiro de bordo, piloto-cosmonauta V. Ryumine, pouco antes do início do voo

Victorio Codovilla, grande lutador e patriota argentino

Na terça-feira passada, dia 15 de Abril, passaram dez anos sobre a morte de Victorio Codovilla, um dos fundadores do Partido Comunista da Argentina. Pouco conhecido entre nós, este lutador pela causa da classe operária foi um exemplar internacionalista, um destacado militante na luta pela paz, pela solidariedade entre os povos, pelo movimento de libertação das massas trabalhadoras.

Natural da Itália onde se distinguiu na oposição contra as guerras coloniais no norte de África, Victorio Codovilla partiu para a Argentina ainda muito jovem e aí se empenhou de tal modo na luta pela independência do povo argentino sufocado pelo domínio imperialista, que esta foi, sem dúvida, a sua verdadeira pátria, a pátria tal como a entendem os melhores patriotas. Para Codovilla

a defesa da Pátria não passa pelo egoísmo nacional, pela vontade de domínio de outros povos mas pela mais ampla solidariedade internacional com os trabalhadores e outras forças anti-imperialistas e defensoras da paz em todo o mundo.

Lutando contra o reformismo que na época, por volta dos anos vinte, tentava influenciar as massas trabalhadoras, e contra o oportunismo ultra-esquerdista, contra o sectarismo e mais tarde contra os que pretendiam colocar o Partido Comunista ao serviço do peronismo, Codovilla desempenhou um papel de tal modo importante no estudo e análise da realidade nacional que pôde-se afirmar sem exagero que influenciou decisivamente todo o debate ideológico e político na Argentina nestes últimos cinquenta anos. Os seus discursos no XI

Congresso e na V e VI Conferência do Partido, a par de diversos artigos e relatórios, são de inesimável valor para a unidade e a orientação do proletariado argentino e dos seus aliados.

A instável vida da democracia argentina desde 1930, os sucessivos golpes de Estado, o surgimento do peronismo, as transformações económicas e sociais, deram uma atenção de Codovilla de forma permanente. Entre o seu trabalho teórico e prático destaca-se a atenção que deu ao surgimento do peronismo como fenómeno social e a sua conclusão de que os trabalhadores peronistas são imãs de classe dos trabalhadores comunistas, que é possível e necessária a luta comum.

A sua concepção das forças políticas e sociais que estão com o progresso, a democracia

e o bem-estar do povo, ganhou forma em diversos trabalhos e numa orientação constante pela unidade, em prol de uma Frente Democrática Nacional, sem jamais desprezar o debate ideológico.

As suas obras sobre os católicos e os cristãos em geral, demonstrando quais as plataformas que permitem um trabalho comum entre crentes e comunistas, conservam ainda hoje grande actualidade. Codovilla sofreu, como tantos outros comunistas, a prisão, as perseguições, o exílio. Nada o deteve. E jamais separando a incidência dos problemas internacionais na questão nacional, Victorio Codovilla foi um lutador consequente pela libertação dos povos latino-americanos, contra o fascismo, contra a Alemanha de Hitler. Terminada a II Guerra

Com funda ou sem ela não há «David» que os salve...

ESTA semana assistiu-se ao desenrolar de dois acontecimentos mais ou menos simultâneos, relacionados entre si e envolvendo directamente a situação política que se vive no Médio Oriente: uma nova «ronda» de negociações do trio Carter/Begin/Sadat e a cimeira dos países que integram a «Frente de Firmeza». Os primeiros peregrinando em Washington para a salvação dum nado-morto — os acordos de Camp David —, a segunda esboçando em Trípoli nova frente de ataque à ingerência imperialista na zona, consubstanciada na política sionista de ocupação.

O futuro de Camp David ficou irremediavelmente comprometido quando os árabes, em uníssono, o recusaram. Sadat traía, pagando o elevado preço do isolamento. Por outro lado, a revolução iraniana viera destruir a principal base de agressão da estratégia norte-americana na zona. Quanto ao terceiro membro da irmandade, o governo sionista de Begin, embora permanecendo fiel à cegueira histórica de se querer impor como Estado imperialista às custas de tudo e todos, também necessita aliviar pressões. Dai que esta «trindade» surgida de uma aliança espúria tenha razões, distintas embora, para insistir no fracasso de Camp David. A custa de Sadat, obviamente, que foi quem, nele, se vergou.

A «Frente de Firmeza», que integra a Líbia, Síria, Argélia, Yemem Democrático e a Organização de Libertação da Palestina (OLP), iniciou em Trípoli uma cimeira onde já foi anunciada a possibilidade de se encerrar seriamente a utilização do embargo petrolífero contra os EUA, como forma de combater a política norte-americana no Médio Oriente. Com a promessa já recebida na cimeira, segundo fontes próximas, vinda do governo do Yemem do Norte, a afirmar a disposição de apoiar as resoluções que forem aprovadas em Trípoli.

ESTES dois acontecimentos, embora não revelem singularidades numa zona e num tempo onde as novidades são escassas e a luta sempre e sempre mais intensa, apontam todavia em duas direcções, distintas e confluentes: a primeira, falando do crescente isolamento do sionismo e dos interesses imperialistas que o apoiam no Médio Oriente; a segunda, mostrando de novo que a luta do povo palestino não se resolve em «Camps» de qualquer espécie e mobiliza em consciência e acção, também crescentes, todo o povo árabe, ele todo igualmente posto em causa pelo sionismo expansionista.

CARTER empenhou todo o seu prestígio em Camp David e nele procurou atingir objectivos ambiciosos, nomeadamente a «reconquista» pelas multinacionais dos mercados egípcios e, a partir daí, o rasgar de vias de penetração económica de grandes dimensões nos restantes países árabes. Obteria assim e de uma «habilidade» só, tanto a necessária expansão imperialista como o desmembramento da unidade árabe face ao problema palestino. O primeiro objectivo está parcialmente alcançado — a economia egípcia é, no presente, uma quase couteada dos investimentos sionistas e americanos. Quanto ao segundo, pesado é o preço do seu fracasso...

PESADO porque a condenação unânime do povo árabe à capitulação de Sadat rastelrou clamorosamente a utilização deste e do seu país com via de penetração. Pesado também porque o comportamento do presidente egípcio e descreditojou sujeições do seu país aos interesses imperialistas e desacreditou perante o seu próprio povo, a ponto de ser legítimo considerar a sua queda, mais tarde ou mais cedo, sob os escombros vergonhosos da sua traição.

O «folhetim cubano» a ritmo de agência

Grande tem sido o estardalhaço à volta dos «exilados cubanos» na embaixada do Peru em Havana, a ponto de, fazendo fé na pasquinada reacção da nossa praça e mesmo de gente menos desqualificada, se poder avançar na dúvida sobre o haver ainda algum cubano «fora» das representações diplomáticas acreditadas em Havana...

Antes de mais convém recordar que Cuba jamais obstaculizou a saída de quem quer que fosse, mesmo aqueles que objectiva e comprovadamente hostilizavam a Revolução. Como prova disso temos a lembrança dos famosos «voos da liberdade» nos princípios da Revolução, quando o Estado cubano concedeu ilimitadas autorizações legais a quem quisesse sair do país, mesmo depois da crise de Outubro de 1960 — quando os EUA decretaram o bloqueio — voos esses terminados abruptamente pelo governo norte-americano, «fechando as portas» a mais «emigrantes». Anos depois foi mesmo concedida autorização a todos os ex-presos e contra-revolucionários e familiares para saírem do país.

Perante isto convém igualmente sublinhar que nenhum dos indivíduos que se aglomeraram na embaixada peruana era vítima de qualquer perseguição política. Procedentes da cidade de Havana e das províncias ocidentais os três mil «refugiados» dos jardins da embaixada peruana são, na sua maioria, delinquentes, marginais e elementos anti-sociais. Elementos que, inexplícitamente, viram tempos antes recusados os seus pedidos de «asilo» quando o requereram nestas e noutras embaixadas...

Finalmente refira-se que o até há pouco embaixador peruano em Cuba, Edgardo de Habish, fora igualmente surpreendido pela invasão violenta dum grupo de marginais exigindo «asilo». Este diplomata, após receber garantias do governo cubano de que estes indivíduos não seriam molestados, concedeu-os a regressar ao país, o que eles fizeram... e o mesmo lhe aconteceu a ele, pois esta atitude custou-lhe o cargo de embaixador, após 33 anos de carreira diplomática!

É na sequência disto que o novo embaixador peruano em Havana consente abrigar indivíduos que, para entrarem na embaixada, assassinaram o soldado cubano que fazia guarda à mesma, pelo que o governo de Cuba retirou a protecção à sede diplomática, considerando, naturalmente, que não devia proteger embaixadas que não colaboravam na sua própria defesa.

Com a retirada das sentinelas cubanas, assistiu-se à «febre de asilo» trombeteada folhetinicamente por certas agências, que acabou por reunir nos jardins da embaixada peruana três mil e tantos indivíduos.

A posição de Cuba perante o facto foi muito clara, reiterando a sua posição junto de todas as representações diplomáticas acreditadas no país em não se opor à saída de todos os que pretendam fazê-lo, desde que para isso obtenham a autorização dos respectivos países para onde pretendem ir, sublinhando por outro lado que, na defesa da segurança e imunidade diplomáticas, não se permitirá a saída de indivíduos que penetrassem pela força em embaixadas. Por outro lado os que penetram na embaixada do Peru depois da retirada dos guardas cubanos não eram considerados autores de um acto de violência, podendo voltar às suas casas ou viajar para o Peru ou outro país qualquer que lhes conceda o «visto».

Depois disto é curioso constatar que: 1730 dos «refugiados» já solicitaram autorização para visitar as suas casas, numa evidente confiança na palavra do governo, tendo-o feito sem problemas; o governo cubano acabou por ter de dar toda a assistência aos ditos, pois os seus «protectores», além de não atarem nem desatarem quanto ao «asilo», não podiam assisti-los; finalmente, apesar das «portas abertas» pelo governo cubano, não há meio de haver interessados defensores dos «direitos humanos» a abrir fronteiras aos «infelizes». Isto desde o Peru aos EUA.

Mundial, participou na luta do PC da Argentina pela coexistência pacífica entre as nações e por uma política exterior independente por parte do governo argentino — política que levou ao restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética e os outros países socialistas.

Pelo seu trabalho de divulgador dos princípios de marxismo-leninismo — promoveu de forma incansável a edição de obras de Marx, Engels e Lênine —, pelo seu trabalho teórico e prático, contra todos os desvios do marxismo-leninismo, tanto de direita como esquerdistas, pelo seu combate contra o trotskismo, contra a conciliação de classes, contra o nacionalismo burguês, contra o maioismo — quando muitos ainda não vislumbravam este perigo —, pela sua contribuição ao enrique-

cimento do movimento comunista internacional, Victorio Codovilla recebeu do governo da URSS a Ordem da Revolução de Outubro.

E no coração dos comunistas argentinos, na sua luta de hoje contra as difíceis condições da Pátria, na sua esperança combativa ao ouvirem ainda recentemente o presidente Videla, depois de quatro anos de governo militar, abrir possibilidades ao diálogo político, os ensinamentos e o exemplo de Codovilla, fundador do PC da Argentina, constituem uma arma na batalha pelas profundas transformações políticas e sociais, pela unidade de todos os sectores anti-imperialistas e antioligárquicos — nomeadamente o campesinato — para realizar as transformações democráticas, agrárias e anti-imperialistas que o país reclama.



4.ª CONFERÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA

DEFENDER A REFORMA AGRÁRIA É PROSSEGUIR ABRIL

Três documentos de grande importância foram aprovados por unanimidade pelos 3205 delegados que participaram na 4.ª Conferência da Reforma Agrária, além das conclusões relativas aos grandes temas em debate e que referimos nas páginas centrais desta edição.

Na Proclamação da 4.ª Conferência da Reforma Agrária, na Carta aos Oficiais, Sargentos e Praças da GNR e na Saudação aos Pequenos e Médios Agricultores, é o Portugal de Abril que se assume, a defesa das suas conquistas que se afirma, a construção do futuro que se projecta. São documentos elaborados e aprovados por quem, de há quatro anos para cá, resiste às mais criminosas ofensivas com um objectivo: prosseguir Abril!



Carta aos Oficiais, Sargentos e Praças da GNR

O Governo da Aliança Reaccionária (AD) tem como um dos seus objectivos principais a destruição da Reforma Agrária, grande conquista do povo português que se encontra consagrada na Constituição da República. Daí que os trabalhadores portugueses, nomeadamente os da Zona da Reforma Agrária, considerem ilegal e anticonstitucional a actuação do governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

Hoje, já nem a famigerada «lei Barreto» é respeitada. Entrou-se no regime da ilegalidade e do arbítrio. Diariamente, o secretário de Estado Goulão assina despachos em que distribui terras aos seus amigos: os agrários. As ilegalidades e os abusos são tantos que até já elementos que não podem propriamente ser considerados como defensores da Reforma Agrária se demarcam da actuação dos «patrões» do MAP.

A prova mais cabal de que este governo actua ilegalmente é que nem as decisões dos Tribunais respeita.

A corrupção e compadrio campeiam no MAP. Toda a gente sabe, muita gente acusa, mas ninguém investiga e pune os responsáveis. Em suma: o MAP é hoje uma sucursal da CAP e Cardoso e Cunha e Goulão são meros representantes dos grandes agrários de Casqueiro e Companhia.

Assim, quando os trabalhadores se opõem às entregas ilegais de terras, fazem-no conscientes de que lutam pela reposição da legalidade, exercendo portanto direitos que lhes cabem.

Toda esta actuação de saque e destruição da Reforma Agrária tem-se baseado na violência. Não há lugar para o diálogo com os trabalhadores. A linguagem hoje usada nos campos alentejanos é a do bastão, dos tiros e dos cães.

Perante esta situação há quem se interroge se os

elementos da GNR estarão conscientes da sua actuação. Infelizmente o povo do Alentejo não tem boas recordações da GNR. Durante o fascismo, a GNR sempre funcionou como um verdadeiro corpo de polícia privada dos agrários, sendo estes quem dirigia a sua actuação.

Depois do 25 de Abril esperou-se uma nova direcção à actuação das forças militarizadas pois elas existem para defender os direitos dos cidadãos consignados na Lei Fundamental — a Constituição da República; existem para combater a criminalidade e o banditismo e não para tirarem o pão a quem trabalha. Só actuando no quadro da legalidade democrática e na defesa dos direitos dos trabalhadores, só deixando de actuar para execução de ilegalidades, a GNR se poderá prestigiar e identificar com o povo português. De contrário, todos continuarão a associar a GNR à repressão e ao atropelo dos mais elementares direitos.

Mas cabe aqui perguntar:

será que os Oficiais, Sargentos e Praças da GNR devem todos ser identificados com a agressividade e a violência que têm caracterizado a actuação desta força policial no Alentejo? Sabemos que não.

Há muitos elementos da GNR que não participam nem concordam com a violência empregada — e quantas vezes não são obrigados a enfrentar, nos campos alentejanos, os seus irmãos, familiares e amigos.

Além disso, muitos elementos da GNR estão a ser enganados, pois não lhes é permitido o acesso à informação verdadeira e ao contacto com a realidade. Se assim não fosse, porque é que certos graduados se preocupam tanto em evitar os contactos entre os seus homens e os trabalhadores da Reforma Agrária? Certamente porque temem que estes, ao tomarem conhecimento da verdade e do que significa realmente a Reforma Agrária, de futuro assumam uma atitude diferente.

Contudo, é sabido que certos oficiais da GNR têm íntimas ligações com os grandes agrários e que utilizam as forças sob o seu comando para satisfazerem os interesses e os desejos desses agrários, levando a cabo acções de intimidação e agressão dos trabalhadores, à revelia da orientação superior. Estes oficiais, que toda a gente sabe quem são, não são dignos de pertencer aos quadros de uma força à qual cabe assegurar a legalidade e a ordem democráticas, pois em vez de servirem a corporação servem-se dela para fins próprios e ilegais.

A Reforma Agrária é a mais bela conquista de Abril. Mudou a face dos campos do Alentejo e Ribatejo trazendo o pão e o trabalho para muitos milhares de famílias. Os oficiais, sargentos e praças da GNR sabem que isto é verdade. A sua dignidade de homens impõe que não sejam um joguete nas mãos daqueles que querem voltar a trazer o desemprego, a emigração e a fome.



Proclamação da 4.ª Conferência da Reforma Agrária

1 — Nestes dois dias de debates, uma preocupação constante dominou os trabalhos da 4.ª Conferência: foi ela a defesa da mais importante conquista de Abril — a Reforma Agrária!

A 4.ª Conferência sublinha:

Os factos testemunhados na realidade do dia a dia demonstram, sem sombra de dúvida, que a Reforma Agrária corre hoje perigos reais e imediatos de destruição, se a criminoso ofensiva dos inimigos do 25 de Abril não for rapidamente sustida.

O governo fascista de Sá Carneiro/Amaral, no seguimento de outros governos anteriores de direita, cumprindo ordens da CAP e do imperialismo, apostou todas as suas baterias, recorre a todos os meios ilegais, arbitrários e repressivos na ânsia de destruir rapidamente as UCPs/Cooperativas e «dar a terra a quem sempre a teve», ou seja, devolvê-la aos agrários como afirmou Goulão na própria Assembleia da República.

A equipa do PPD/CDS procura esconder a sua obra de destruição atrás da máscara de «estar apenas a cumprir a lei Barreto» e a «distribuir terras a pequenos agricultores». O governo e o MAP dos agrários não estão, como dizem, a cumprir a lei. Nem a célebre lei Barreto eles respeitam! Não estão como dizem, a entregar a terra a pequenos agricultores. Não estão, como dizem, a fazer outra Reforma Agrária. Servindo-se do aparelho de Estado, das armas da GNR, e valendo-se da impunidade, eles estão, pura e simplesmente, a destruir a Reforma Agrária, a destruir a produção e a reconstituir os antigos latifúndios, mais de três dezenas dos quais já estão reconstituídos.

Esta ofensiva é criminoso! Ela não atinge apenas os trabalhadores agrícolas. Ela fere também os interesses do comércio, da indústria e dos operários e empregados. É uma política dirigida pelas forças saudosistas do passado contra a produção nacional e contra o regime democrático.

Vive-se na zona da Reforma Agrária uma situação preocupante e perigosa. Milhares de GNRs, bem armados, foram mobilizados para esta região do país, especialmente para o Alentejo. Há 4 anos que as liberdades democráticas e os direitos dos cidadãos são aqui espezinhados por uma repressão fascizante. Assiste-se diariamente a espancamentos, prisões, julgamentos, chamadas ao posto, interrogatórios pidescos, sequestros e multas, bem testemunhados nesta Conferência.

Assiste-se constantemente a actos de vandalismo e banditismo, com bandos de agrários armados, funcionários do MAP, protegidos pela GNR, arrombando impunemente instalações dos trabalhadores, destruindo e lançando para a rua os seus haveres, comendo galinhas, arrombando instalações das Cooperativas, destruindo património dos trabalhadores e roubando gados, máquinas, ferramentas, combustíveis e outros bens, à mistura com banquetes, festas e bebedeiras! O património das Cooperativas está a saque.

Como foi sublinhado nesta Conferência, os inimigos da Revolução de Abril já tiraram aos trabalhadores cerca de 300 000 hectares das melhores terras, dos quais 52 000 foram roubados pelo governo Sá Carneiro, e destruíram mais de 60 Cooperativas; destruíram 28 000 postos de trabalho (roubaram cerca de 100 000 cabeças de gado e mais de 4600 máquinas e alfaias; assassinaram dois trabalhadores e espancaram mais de 1200, incluindo mulheres e crianças; sacaram às UCPs/Cooperativas, até fins de 1979, em gados, máquinas, cortiça, cereais, investimentos, etc., um valor superior a 3 milhões e 800 mil contos, ou seja, 41 por cento do produto criado pelas Cooperativas em 1979! Eis a «legalidade» do governo PPD/CDS e do MAP da CAP/Cunha da Goulão!

As culturas da Primavera estão já bastante afectadas pela ofensiva e as searas pragas também. Os agrários estão a proceder como faziam nos começos da Revolução: não dão trabalho, deixam as terras abandonadas, vendem o gado que tiram aos trabalhadores, dizem assim dezenas de milhares de fêmeas, comprometendo por largos anos o crescimento do efectivo pecuário.

O Governo Sá Carneiro/Amaral é uma equipa fora da lei, que nem sequer tem a preocupação de esconder a ilegalidade e a violência. Sente-se impune. A sua «lei» é a corrupção, o despotismo, a força dos bastões e do gatilho.

2 — A 4.ª Conferência reafirma:

A Reforma Agrária é uma conquista do Povo, do 25 de Abril. Ela é parte integrante do regime democrático, encarna as profundas aspirações dos que trabalham a terra e de todo o Povo Português: pão, trabalho, produção, paz, uma vida melhor sem exploração, liberdade.

Realizar a Reforma Agrária entregando a terra aqueles que a trabalham é uma exigência histórica para o desenvolvimento económico de Portugal. Está consignada na Constituição. Sem Reforma agrária não é possível arrancar a nossa agricultura do seu atraso secular, fazer sair o País do seu atraso e de importador de dezenas de milhões de contos anuais de produtos agrícolas que podem e devem ser produzidos no nosso solo.

Aqueles que atacam a Reforma agrária estão contra o Povo, contra a democracia, contra o progresso social, contra a Constituição.

As UCPs/Cooperativas nasceram e desenvolveram-se ligadas à batalha da produção. Elas mostraram, pela participação colectiva e democrática dos trabalhadores na produção e na gestão, pelo seu dinamismo, capacidade de resposta e iniciativa, serem um tipo de empresa e de organização económico-social que mais se ajusta às condições concretas do Alentejo e Ribatejo. As UCPs/Cooperativas nasceram ligadas à vontade dos trabalhadores e não a esquemas encontrados nos manuais.

Apesar dos quatro anos de uma ofensiva destruidora, com uma repressão violenta, assassínios, sem crédito nem apoio técnico, sem uma política de escoamento a preços compensadores, as UCPs/Cooperativas, ocupando hoje apenas 28 por cento da área da Zona de Intervenção da Reforma Agrária, apresentam mais uma vez ao país nesta Conferência números e resultados espantosos, com grandes aumentos das áreas semeadas, da pecuária, produção agrícola, aumento da área de forragens, regadio e culturas estratégicas, albufeiras, aumento do parque de máquinas e alfaias, das estruturas económicas e sociais, etc., como se pode verificar no balanço da 4.ª Conferência.

As UCPs/Cooperativas revelam grande capacidade de resistência e de resposta aos problemas da produção. Ao mesmo tempo, os trabalhadores da Reforma Agrária testemunharam perante o país o seu profundo patriotismo e vinculação com os interesses da sua Pátria.

3 — Os trabalhadores da Reforma Agrária, exprimindo os interesses da economia nacional, exigem de imediato:

- O fim da ofensiva e retirada da GNR do processo das reservas;
- Suspensão e revogação da lei Barreto e demais legislação anti-Reforma Agrária, e a elaboração de uma verdadeira Lei da Reforma Agrária que assegure a expropriação e liquidação total dos latifúndios e a entrega da terra aos assalariados agrícolas e agricultores sem e com pouca terra;
- Respeito pela viabilidade e autonomia das UCPs/Cooperativas;



Uma operária agrícola da Comissão Organizadora da Conferência, lê a proclamação no decorrer do grandioso comício

- Devolução aos trabalhadores das terras, gados, máquinas, instalações e outros bens arrancados ilegalmente;
- Pagamento pelo Estado aos trabalhadores das UCPs/Cooperativas de mais de 3 milhões e 800 mil contos usurpados pela repressão, em gados, máquinas, cortiça, cereais, investimentos, etc.;
- Uma política que assegure apoio técnico, linhas de crédito a curto, médio e longo prazo, preços compensadores, escoamento da produção para as Cooperativas e pequenos e médios agricultores;
- Demissão dos responsáveis do MAP, Cardoso e Cunha e João Goulão, assim como o afastamento da zona da Reforma Agrária dos elementos da GNR que mais se têm destacado na repressão, como os capitães Jerónimo Santos, Correia Dias, Matias, Faustino e Garcia, os tenentes Miguel Santos e Ferro, os sargentos Ramos, Bilé e outros.

4 — A 4.ª Conferência sublinha:

Se a actual ofensiva camarária persistir, dentro de um curto período a Reforma Agrária ficará profundamente destruída. Esse é o objectivo claro das forças governantes, daqueles que procuram, a todo o custo, subverter o regime democrático e instaurar o velho poder dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos agrários, que a Revolução Portuguesa derrubou em 25 de Abril de 1974.

A 4.ª Conferência exorta todos os trabalhadores, todos os democratas, todo o povo português a defenderem com maior determinação a Reforma Agrária. É necessário defender esta conquista do Portugal de Abril. É uma tarefa patriótica. Ela significa pão, trabalho, produção e liberdade!

Hoje, os trabalhadores gritam na rua: «terras roubadas serão recuperadas». Esta palavra de ordem é justa. A 4.ª Conferência sublinha: Os trabalhadores e suas organizações de classe não reconhecem legitimidade às reservas, máquinas e outros bens usurpados através da ilegalidade e da repressão. Os trabalhadores devem reforçar cada dia mais a sua organização em todas as frentes, de forma a que as terras e os outros bens arrancados pela ilegalidade e violência voltem rapidamente à posse legítima dos trabalhadores! Os agrários não têm direito e não devem ficar nas terras tiradas às Cooperativas pela violência.

A 4.ª Conferência sublinha que uma das frentes principais da defesa da Reforma Agrária é a batalha pelo aumento da produção e a continuação do programa de desenvolvimento agrícola que tem sido a linha mestra das UCPs/Cooperativas, assente principalmente na expansão da área de forragens, no aumento do efectivo pecuário, no incremento das culturas oleaginosas, no alargamento da área regada e na introdução de novas culturas.

A Reforma Agrária, conquista histórica da Revolução de Abril, está no coração do povo português. Ela é um eixo de unidade, sensibiliza milhões de portugueses.

A 4.ª Conferência da Reforma Agrária apela a todos os trabalhadores e às suas organizações de classe e a todas as forças democráticas, no sentido do desenvolvimento de novas acções de massas, combinadas e mais amplas em todo o país, com greves, paralisações, manifestações e outros protestos de massas que levem à derrota do governo fascista de Sá Carneiro/Amaral e façam parar esta criminoso ofensiva.

A 4.ª Conferência manifesta o seu inteiro apoio à jornada de luta promovida pela CGTP-IN para dia 19 de Abril, contra o governo reaccionário do PPD/CDS.

Apela para a participação de amplas delegações de trabalhadores agrícolas, dos 5 distritos da Reforma Agrária, nas manifestações de Lisboa.

A 4.ª Conferência apela aos órgãos de soberania que tomem medidas que levem à paragem da ofensiva camarária. É uma ofensiva que fere a Constituição.

O desrespeito pelas leis e pela Constituição, as violências, o vandalismo, a corrupção, a política de reconstituição do latifúndio, que tomam cada dia proporções mais preocupantes, exigem que seja constituída rapidamente uma ampla comissão de juristas e técnicos de reconhecida competência e idoneidade, que façam um inquérito profundo à actividade do MAP de Cardoso e Cunha/Goulão.

A 4.ª Conferência apela à solidariedade internacional mais activa em defesa da Reforma Agrária, convidando jornalistas, operadores de televisão, juristas e outras personalidades a virem a Portugal visitar as Cooperativas, tomar contacto com os crimes da equipa camarária e denunciá-los à opinião pública internacional.

O Governo PPD/CDS não serve o povo nem o país. Ele degrada as condições de vida dos trabalhadores. É um governo fora-da-lei, com uma política despótica. Ele ameaça a liberdade e as instituições democráticas. É um governo que não serve. Ele deve ser deitado abaixo. A 4.ª Conferência exige a demissão do governo Sá Carneiro/Amaral.

As terras roubadas voltarão à posse daqueles que as trabalham. Os latifúndios serão liquidados definitivamente. A Reforma Agrária, apesar da luta difícil, vencerá. A reacção será derrotada. Um governo democrático será constituído, e o Portugal das conquistas de Abril seguirá em frente no caminho apontado pela Constituição da República Portuguesa!

AVANTE COM A REFORMA AGRÁRIA, A TERRA A QUEM A TRABALHA!

Mensagem aos pequenos e médios agricultores

Nós, delegados dos trabalhadores das UCPs/Cooperativas à 4.ª Conferência da Reforma Agrária, certos de expressar os sentimentos de todos os trabalhadores da Reforma Agrária, daqui enviamos as mais calorosas saudações aos pequenos e médios agricultores, nossos irmãos no duro esforço de arrancar da terra o sustento das nossas famílias e de todo o Povo português.

Daqui, desta 4.ª Conferência da Reforma Agrária, grandiosa afirmação da nossa capacidade de organização, da força da nossa unidade e da firme decisão de defendermos as nossas Cooperativas da violência e ilegal ofensiva que ameaça destruí-las e lançá-las no desemprego, queremos assegurar a todos os pequenos e médios agricultores portugueses que estamos lutando e lutaremos pelo progresso da nossa

agricultura e pela dignificação de todos nós, que nela trabalhamos.

Daqui, da nossa 4.ª Conferência da Reforma Agrária, apoiamos a corajosa luta dos rendeiros e seareiros do Alentejo e Ribatejo, dos rendeiros do Norte, Beiras e de outras regiões do País, nomeadamente os caseiros da Ilha da Madeira, contra os despejos, injustiças e violências de que sois vítimas, e por condições de

arrendamento mais justas; e afirmamos que aqueles que vos oprimem e exploram se identifiquem e, nalguns casos, até são os mesmos agrários e grandes empresários agrícolas que nos expulsam ilegalmente das terras que trabalhamos e nos esbulham de gados, máquinas, produtos, frutos do nosso sacrifício e do nosso suor.

Tal como vós, pequenos proprietários, rendeiros ou seareiros, também nós

reivindicamos créditos a juro baixo, subsídios e seguro agro-pecuário, escoamento do que produzimos (trigo e outros cereais pragas, arroz, azeite, batata, tomate, vinho) a preços que compensem o nosso trabalho e nos libertem da exploração pelos intermediários; previdência rural, assistência médica e outras medidas de carácter social e cultural; tal como vós, nós protestamos contra a subida do gásóleo e do petróleo, o desaparecimento

do subsídio de motomecânica e opõem-nos a que os adubos sejam aumentados; convosco, exigimos a legislação que defenda os interesses de todos nós, os que trabalham a terra.

Tal como vós, vemos com apreensão as medidas que o Governo PPD/CDS está a tomar para uma próxima entrada de Portugal no Mercado Comum, que representa uma real ameaça de ruína para a agricultura

portuguesa e para todos os que nela trabalham — pequenos e médios agricultores e operários agrícolas.

Daqui, da 4.ª Conferência da Reforma Agrária, dirigimos a todos os pequenos e médios agricultores e aos seus movimentos e organizações unitárias de classe a proposta de nos encontrarmos e realizarmos diversos tipos de reuniões com o fim de discutirmos os problemas que nos são comuns e que afectam

gravemente a lavoura portuguesa.

Estamos certos de que o estreitamento e a intensificação da nossa colaboração permitirá defendermos melhor os nossos interesses e a legítima aspiração de construirmos uma vida mais segura e mais feliz para nós e para os nossos filhos.

Solidários com a vossa luta, apelamos à vossa solidariedade para com a dura luta que travamos!